



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO  
AMBIENTE**

**A ATIVIDADE TURÍSTICA: UMA ANÁLISE INTEGRADA PARA  
UMA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL**

**ANA CLAUDIA DE ARRUDA AMORIM**

**FORTALEZA - CE  
2006**

ANA CLAUDIA DE ARRUDA AMORIM

**A ATIVIDADE TURÍSTICA: UMA ANÁLISE INTEGRADA PARA  
UMA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, no Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 27/03/2006

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.: Dr. Antonio Jeovah de Andrade Meireles (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof.: Dr. Edson Vicente da Silva  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof.: Dr. José Manuel Mateo Rodriguez  
Universidade Federal do Ceará - UFC

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário Hamilton Rodrigues Tabosa CRB-3/888

A543a Amorim, Ana Cláudia de Arruda

A atividade turística: análise integrada para uma construção sustentável/ Jackson Nunes e Vasconcelos  
126 f. il., enc.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará , Fortaleza, 2006.

Orientador: Antônio Jeovah de Andrade Meireles  
Área de concentração: Proteção Ambiental e Gestão dos Recursos Naturais

1. Sustentabilidade 2. Planejamento do espaço 3. Turismo I. Meireles, Antônio Jeovah de Andrade II. Universidade Federal do Ceará – Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente III. Título

CDD 363.7

Este trabalho é dedicado à Deus, por me dar mais esta oportunidade. À minha família, que tanto me ajudou nesta jornada e a meu avô Olintho, *in memória*, por ter sido meu maior exemplo de vida.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo exemplo de vida, dedicação e amor às filhas, à minha irmã com quem sempre posso contar.

Ao Prof. Antonio Jeovah de Andrade Meireles, pela confiança, incentivo e orientação ao longo destes dois anos, que deixa, além da transmissão de conhecimentos técnicos, marca de sua competência e experiência profissional, o exemplo do quanto somos capazes de produzir quando trabalhamos com amor ao que fazemos.

À coordenadora do mestrado Prof<sup>a</sup> Dra. Vlândia Pindo Vidal de Oliveira, pela dedicação a todos que ingressam nesta escola.

A todos os funcionários do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA).

À banca de qualificação, professores Drs. George Satander de Sá Freire e Marcondes Araújo Lima, pelos comentários apontados.

A todos os professores do PRODEMA, que generosamente compartilharam conosco seu bem mais precioso, o conhecimento.

A todos os colegas de mestrado, em especial, a Flávia Batista Castelo Magalhães e Wilca Hampel, pela amizade que se formou nesta convivência mais próxima, onde dividimos muitas alegrias e algumas tristezas como na partida precoce de nosso amigo Evandro Almeida.

À Prof<sup>a</sup> Ms. Edna Leite Dias pela atenção, paciência e grande ajuda no desenvolvimento deste trabalho.

À comunidade de Canoa Quebrada que colaborou para a realização desta pesquisa.

À minha irmã, Ana Caroline de Arruda Amorim, pelo apoio incentivo.

Ao amor da minha vida, George Vasconcelos Bezerra Alves, pela ajuda e carinho de todas as horas.

Às minhas amigas, Sarah Russo Leite e Cristina Maria Aleme Romcy, pela ajuda e incentivo.

Ao Prof. Dr. João Vianney Campos de Mesquita pela colaboração na revisão dos textos.

À banca de defesa Professores: Dr. Edson Vicente da Silva e Dr. José Manuel Mateo Rodriguez pelos apontamentos e sugestões.

## SUMÁRIO

	<b>LISTA DE FIGURAS</b>	
	<b>LISTA DE TABELAS</b>	
	<b>LISTA DE SIGLAS</b>	
	<b>RESUMO</b>	
	<b>SUMMARY</b>	
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>A ATIVIDADE TURÍSTICA: DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS SÓCIO- AMBIENTAIS.....</b>	<b>21</b>
3.1	Desenvolvimento local e sustentabilidade	21
3.2	Ecodesenvolvimento e Sustentabilidade	28
3.3	Planejamento Turístico X Sustentabilidade	39
3.4	Turismo e impactos socioambientais	54
3.4.1	Impacto econômico	56
3.4.2	Impacto social	59
3.4.3	Impacto cultural	63
3.4.4	Impacto ambiental	64
3.4.5	Turismo como agente modificador da paisagem	68
<b>4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DA ZONA COSTEIRA: DO BRASIL A CANOA QUEBRADA.....</b>	<b>74</b>
4.1	Unidades geomorfológicas	77
<b>5</b>	<b>APERCEPÇÃO LOCAL DOS IMPACTOS DO TURISMO: UM REGISTRO DA DEGRDAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL</b>	<b>103</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>118</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS</b>	<b>122</b>

## LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 01 - Compartimentación regional de la costa brasileña, con los principales geoelementos
- FIGURA 02 - “*beach rocks*” entre Canoa Quebrada e Porto Canoa.
- FIGURA 03 - Campo de dunas com marcas de transporte eólico
- FIGURA 04 - Duna avançando sobre a planície aluvial
- FIGURA 05 - Avanço da duna móvel sobre a vegetação das dunas fixas
- FIGURA 06 - Dunas fixas com vegetação responsável pela estabilização
- FIGURA 07 - Canoa Quebrada sobre as falésias, vista do mar
- FIGURA 08 - Falésia na enseada entre Canoa Quebrada e Porto Canoa
- FIGURA 09 - Falésia de Canoa Quebrada com barracas no sopé
- FIGURA 10 - Mangue da planície flúvio-marinha do Jaguaribe, com planície aluvial mais acima
- FIGURA 11 - Principais unidades morfológicas associadas à vila de Canoa Quebrada.
- FIGURA 12 - Modelo representativo dos principais fluxos de matéria e energia localizados diante da vila de Canoa Quebrada
- FIGURA 13 - Histogramas de Chuva Média nas Estações Aracati e Chorozinho
- FIGURA 14 - Localização da área de estudo
- FIGURA 15 - Características naturais e estruturais da Zona Turística de Canoa Quebrada
- FIGURA 16 - Mapa de localização dos Equipamentos

## **LISTA DE TABELAS**

- TABELA 01 - Tipos de Planejamento
- TABELA 02 - Planejamento Estratégico X Planejamento Tácito
- TABELA 03 - Impactos econômicos do turismo
- TABELA 04 - Impactos sociais do turismo
- TABELA 05 - Impactos culturais do turismo
- TABELA 06 - Impactos ambientais do turismo



## LISTA DE SIGLAS

ABCQ	- Associação dos Bugueiros de Canoa Quebrada
ACIESP	- Associação dos Industriais do Estado de São Paulo
AME	- Associação dos Moradores do Estevão
APA	- Área de Proteção Ambiental
ARIE	- Area de Relevante Interesse Ecológico
ASACQ	- Associação dos Artesãos de Canoa Quebrada
ASDEC	- Associação dos Empreendedores de Canoa Quebrada
BIRD	- Banco.....
CCCQ	- Conselho Comunitário de Canoa Quebrada
CMMAD	- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	- Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONAMA	- Conselho Nacional de meio Ambiente
CAGECE	
EIA	- Estudo de Impacto Ambiental
EMBRATUR	- Instituto Brasileiro de Turismo
FEARO	- Federal Environmental Assessment Review Office
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
NEPA	- National Environmental Policy Act
OMT	- Organização mundial do Turismo
UNESCO	-
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAT	- Plano de Ação Turística
PDDU	- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
RIMA	- Relatório de Impacto Ambiental
SEMACE	- Superintendência estadual de Meio Ambiente
SETUR	- Secretaria de Turismo

## RESUMO

O turismo tem sido relacionado à idéia de que se utiliza dos recursos naturais sem causar grandes impactos. Por isso, têm-se realizado esforços, no sentido de inserir áreas preservadas na relação da exploração turística. No entanto, têm-se claras evidências de que esta atividade exerce uma “proteção” discutível e muitas vezes contribui para a destruição destas áreas. Portanto, deve-se ter parcimônia ao se associar o turismo a idéia de preservação, valorização ambiental ou cultural. Para tanto, políticas voltadas à exploração consciente do espaço pela atividade turística que primem pela conservação e manutenção da cultura local, bem como pela preservação do ambiente natural devem ser reformuladas. Para esta análise foi eleito o município de Aracati, tendo como recorte espacial o município de Canoa Quebrada, por ser uma área litorânea detentora de muitas potencialidades turísticas naturais e culturais. O desenvolvimento da atividade turística na região promoveu diversas transformações tanto espaciais quanto sociais, econômicas e ambientais. Entretanto a evolução do turismo na região não foi acompanhada por um planejamento territorial adequado, o que permitiu a formação de um espaço peculiar do ponto de vista da ocupação do território. Este trabalho teve como objetivo geral a realização do diagnóstico da cidade, baseado em estudos da evolução do turismo local, analisando os impactos sócio-ambientais do turismo na localidade. Sendo realizada ampla revisão bibliográfica, documental a cerca dos princípios do planejamento turístico e desenvolvimento sustentável, aliados a pesquisa de campo, aplicação de questionários. Com base nestes elementos, apresentou-se um registro da percepção local sobre a forma como se desenvolveu a atividade turística na localidade e dos impactos sócio-ambientais. Evidenciou-se, como recomendações finais a importância do desenvolvimento do planejamento de políticas ambientais para um desenvolvimento sustentável, fundamentado no manejo integrado dos recursos naturais e culturais de uma sociedade.

Palavras-chave: Planejamento; Turismo; Sustentabilidade.

## SUMMARY

The tourism has been related to the idea of that if it uses of the natural resources without causing great impacts. Therefore, efforts have been become fulfilled, in the direction to insert areas preserved in the relation of the tourist exploration. However, clear evidences are had of that this activity exerts a “arguable protection” and many times contribute for the destruction of these areas. Therefore, it must be had parsimony to if associating the tourism the preservation idea, ambient or cultural valuation. For in such a way, politics directed to the conscientious exploration of the space for the tourist activity that care for the conservation and maintenance of the local culture, as well as by the preservation of the natural environment they must be reformulated. For this analysis the city of Aracati was elect, having as space clipping the city of Canoa Quebrada, for being a littoral area with many natural and cultural tourist potentialities. The development of the tourist activity in the region promoted diverse social, economic and environmental transformations in such a way space how much. However, the evolution of the tourism in the region was not folloied by an adjusted territorial planning, what it allowed the formation of a peculiar space, when it is analysed under the point of view of the occupation of the territory. These works the accomplishment diagnosis of the city, based on studies of the tourism local evolution had as objective generality, analyzing the social and environmental impacts of the tourism in the locality. Being carried through ample bibliographical revision, documentary about the principles of the tourist planning and sustainable development, allies the field research, application of questionnaires. On the basis of these elements, a register of the local perception was presented on the form as if it developed the tourist activity in the locality and of the social and environmental impacts. It was proven, as final recommendations the importance of the development planning about environmental politics for a sustainable development, based on the integrated handling of the natural resources and cultural of a society.

Key-words: Planning; Tourism; Sustainable

## 1 INTRODUÇÃO

As questões relativas à importância da proteção e conservação ambiental ocupam na atualidade significativa parcela dos investimentos e esforços de todos os segmentos da sociedade. Observa-se uma extenuante discussão acerca do assunto, podendo-se perceber, tanto por parte dos países centrais quanto dos países em desenvolvimento, a crescente preocupação com o futuro da humanidade. Essas persistentes preocupações e discussões que a sociedade pós-moderna deixa transparecer, contribui para arrefecer o debate e salientar a urgência de se alcançar o desenvolvimento sustentável. Assim nas últimas décadas, os tomadores de decisão voltam suas atenções às questões que vão além das variáveis econômico-financeiras, alcançando proporção mais ampla, envolvendo preocupações de caráter político-social, em que a variável ecológica merece destaque significativo. Esses fatos servem para advertir sobre a necessidade de garantir o desenvolvimento sustentável do turismo.

No Brasil, há pouco tempo, a relativa abundância dos recursos, considerando-se sua dimensão continental do país contribuiu para que fatos relativos ao meio ambiente fossem relegados a segundo plano. Como conseqüência, costumava-se agir com base em horizontes ilimitados e dando-se pouca ou nenhuma atenção a ações que porventura viessem a ser prejudiciais ao meio ambiente. Tais atitudes causaram vários desastres ecológicos, em especial na Amazônia, o que sensibilizou a comunidade internacional e provocou reações internamente. Estes fatos fizeram com que surgisse uma consciência ecológica nacional.

Segundo Cunha (1997), a decisão de proteger ou não determinado espaço natural produz conflitos de interesses e tem um custo com o qual a sociedade deve arcar, e que pode ser determinado pelo valor econômico de determinado recurso. Diante do exposto, Donaire(2000) expressa de maneira conveniente o paradigma: “a sociedade está cada vez mais convicta de que é possível uma nova gestão dos recursos naturais que possibilite, ao mesmo tempo, eficácia e eficiência na atividade econômica e, que se possa manter a diversidade e a estabilidade do meio ambiente”.

No tocante ao turismo, tem-se difundido-se a idéia de que esta atividade se utiliza dos recursos naturais sem causar grandes impactos. Por isso, realizam-se esforços no sentido de inserir áreas preservadas na relação da exploração turística. Têm-se, no entanto claras

evidências de que esta atividade exerce uma “proteção” discutível e muitas vezes contribui para a destruição destas áreas. Portanto, deve-se ter moderação ao se associar o turismo à idéia de preservação, valorização ambiental ou cultural. Para tanto, políticas voltadas à exploração consciente do espaço pela atividade turística que primem pela conservação e manutenção da cultura local, bem como pela preservação do ambiente natural, devem ser reformuladas.

De acordo com Rodrigues (2003), pretende-se implantar nas unidades de conservação como estratégias de proteção ao patrimônio natural, proposta, no mínimo, romântica, a não ser que as comunidades locais, diretamente envolvidas no processo, desafiem os agentes hegemônicos e imponham irracionalidades, ou seja, contra finalidades, fazendo valer seus interesses (...).

No Brasil, são inúmeros os exemplos que se tem quanto à descaracterização local, promovida por uma exploração de áreas naturais em decorrência da atividade turística. Tem-se como exemplo a bela praia de Búzios no Estado do Rio de Janeiro, balneário Camburiú e em Santa Catarina, que foram descaracterizadas pela especulação imobiliária e a realização de um turismo sem o planejamento adequado para seu desenvolvimento.

O Estado do Ceará, reconhecido pela grande beleza de seus recursos naturais e que, muitas vezes, os utiliza como forma de atração turística, ainda relega a segundo plano a preservação e a conservação do seu ambiente natural, bem como da cultura local. Como exemplo, tem-se a praia de Jericoacoara, reconhecida por suas belezas naturais, que está sendo descaracterizada por uma exploração desordenada e sem planejamento. Se essa forma de utilização do ambiente perdurar, entretanto, perder-se-á o maior atrativo, que é o meio natural propriamente dito.

Apesar de apresentar belezas naturais, o Ceará também é o estado com maior percentual de semi-aridez do Brasil, estando localizado na região conhecida como Polígono das Secas, grande parte do solo cearense é assentada sobre o embasamento cristalino, fato que restringe o uso para a atividade agrícola. Diante deste cenário, aliado ao regime pluviométrico insatisfatório e irregular, somado à ocorrência periódica de secas e geologia desfavorável ao cultivo agrícola, tem-se o retrato do setor primário no Ceará. Portanto, é imprescindível que se encontrem formas “não-agrícolas” de estímulo à oferta de emprego e renda para o Estado.

A importância do turismo, como forma de impulsionar o desenvolvimento econômico, é reconhecida internacionalmente. Existe a crença de que o turismo pode ser um agente de transformação econômica e social. Em muitos casos, a atividade turística concorre para a disposição de emprego e aumento dos investimentos, modificando a estrutura econômica e o uso da terra, e contribuindo de forma positiva para a melhora da balança de pagamentos.

A indústria do turismo mostra-se relevante alternativa para o desenvolvimento econômico e social cearense e como forma de ampliação da sua base econômica. “No Brasil, segundo a matriz insumo-produto do IBGE, o turismo impacta 52 setores diferentes da economia, empregando, em sua cadeia, desde a mão-de-obra mais qualificada, em áreas que se utilizam desde alta tecnologia (transportes e comunicação) até as de menor qualificação, tanto no emprego formal, quanto no informal”. (EMBRATUR, 1999).

Com uma extensão de 573 km, o litoral cearense é marcado por belas praias de águas límpidas e clima quente e seco durante grande parte do ano, possuindo também uma rica fauna marinha, que permite a existência de vilas de pescadores artesanais, nas quais se pode testemunhar o modo de vida dos habitantes de maneira ainda muito rudimentar. Além de um belo litoral, no Ceará, ainda existem serras e chapadas com matas úmidas que favorecem o desenvolvimento do turismo ecológico, de natureza, esportes e aventura. Não se pode deixar de citar o sertão semi-árido com suas paisagens marcantes.

Apresentando grande diversidade territorial, e diante das inerentes dificuldades, que tornam as atividades ligadas ao setor primário pouco competitivas, surge a iminente necessidade de buscar opções em outros setores da economia. Uma que parece ser bastante promissora é o turismo. De fato, o turismo é uma tendência mundial, da qual o Ceará pode tirar muito proveito, desde que os planejadores de política de desenvolvimento tomem decisões embasadas em estudos, que sejam bem fundamentados e planejados e que reflitam a realidade local.

Aracati abrange cerca de 1.428 km<sup>2</sup>. Situa-se no litoral leste do Estado do Ceará, na micro-região do Baixo Jaguaribe a 149 km de Fortaleza por via rodoviária. Limita-se ao norte com o oceano Atlântico, ao sul e ao oeste com os Municípios de Itaiçaba, Jaguaruana e Palhano, ao leste com Icapuí e o Estado do Rio Grande do Norte e ao oeste, com Fortim. Como recorte espacial para esta análise, foi selecionada a comunidade de Canoa Quebrada,

que se localiza a 12 km do Município Sede, situada em frente a uma enseada na base de uma falésia, situando-se o núcleo urbano acima da falésia. É uma área litorânea detentora de muitas potencialidades turísticas naturais e culturais. O desenvolvimento da atividade turística na região iniciou-se espontaneamente e o aumento do fluxo turístico não foi acompanhado de um planejamento, resultando num espaço degradado do ponto de vista natural, cultural e social, mas que recentemente foi alvo de um projeto de requalificação urbana, que promoveu uma série de mudanças no espaço e na sociedade, já que esta se relaciona diretamente com o primeiro.

Segundo Drew (1986), os ambientes litorâneos apresentam relativa fragilidade, principalmente nos ambientes marinhos batidos pelas ondas. A erosão e a deposição de materiais nas praias utilizadas como equipamento de lazer já criaram muitos problemas, como a desestabilização de dunas, por serem intensivamente pisoteadas, causando perda da vegetação, o que provoca a erosão e a dispersão da erodida fragilidade.

Apesar de o turismo ser conhecido como uma indústria “não-poluidora”, devem ser considerados os custos ocasionados pela exploração da atividade turística. Para Wong (1996), a participação do turismo na economia local pode influenciar gastos, por parte dos governos, com a infra-estrutura turística necessária. Estes investimentos podem ser justificados até o momento em que a atividade turística não se mostrar como significativa contribuinte para a degradação ambiental. Deve-se evitar, entretanto, a idéia de que o turismo é um instrumento de desenvolvimento econômico e que não causa danos à sociedade.

Deste modo, faz-se mister a compreensão do processo de mitigar a degradação por parte do Poder Público e das empresas do setor turístico, no sentido de que, sem qualidade ambiental, diminui o fluxo turístico e, conseqüentemente, reduzem-se a arrecadação e o lucro, ocasiona o perecimento do efeito multiplicador do turismo, tão exposto como fortaleza da atividade turística. Por isto, este experimento responderá à seguinte questão central: o projeto de requalificação urbana procurou também a requalificação do turismo?

Assim, tendo como base a análise do desenvolvimento da atividade turística e o planejamento turístico e urbano sustentável teve-se como objetivo geral do trabalho a realização do diagnóstico da localidade com arrimo em estudos da evolução do turismo local, analisando os impactos socioambientais do turismo no local. Como objetivos

específicos, procura-se: compreender o papel do planejamento para gerenciar e aperfeiçoar a destinação, identificar as características individuais do composto turístico de Canoa Quebrada e a contribuição de cada um deles para o destino como produto e identificar qual a influência do Projeto de Requalificação Urbana de Canoa Quebrada para a comunidade local.

Este trabalho, além da Introdução (1) e das considerações finais (6), está estruturado em mais quatro capítulos que passaram por alterações de acordo com o desenvolvimento da pesquisa: Metodologia (2); A atividade turística: desenvolvimento, sustentabilidade e impactos socioambientais (3); Caracterização da zona costeira: do Brasil a Canoa Quebrada(4);A percepção local dos impactos do turismo: um registro da degradação sócioambiental(5).

O segundo capítulo refere-se á metodologia aplicada para o desenvolvimento da pesquisa, detalhando os procedimentos técnico-científicos para a obtenção e interpretação dos dados.

No terceiro segmento, são tratados temas ligados ao desenvolvimento sustentável, ao planejamento turístico e aos impactos produzidos pela atividade turística, sendo apresentados diversos conceitos relacionados com a temática e que serviram de fundamentação para este estudo.

O quarto módulo é dedicado à caracterização da zona costeira – do Brasil a Canoa Quebrada – exibindo-se uma síntese dos seus aspectos geoambientais e a importância da observação integrada dos processos morfológicos, eventos geológicos e a biodiversidade que mantêm estrita interdependência em relação às diversas formas de utilização deste território.

O quinto capítulo tece considerações no tocante aos resultados, realizando uma análise da evolução histórica do cenário turístico de Canoa Quebrada e sua relação com a realização do Projeto de Requalificação Urbana realizado em 2002.

O fecho da pesquisa, consolidando o estudo e os seus achados, é delineado nas considerações finais – capítulo 6 – guiando-se a relações da obras/autores que estearam empírica e cientificamente a presente investigação.



## 2 METODOLOGIA

Para esta análise foi eleito o Município de Aracati, tendo como recorte espacial a localidade de Canoa Quebrada, por ser uma área litorânea detentora de muitas potencialidades turísticas naturais e culturais.

Canoa Quebrada pode ser considerada um dos principais núcleos urbanos do litoral leste do Ceará<sup>2</sup>, sendo tradicionalmente percebida como uma aglomeração urbana ou espaço de assentamento urbano, de construções, com estruturas e funções específicas. Este espaço, no entanto, é mais que simples aglomeração, é a expressão da vida social e política; uma expressão da ecologia humana, um sistema aberto e complexo em que ordem e desordem dialogam, composto por uma amálgama de culturas que constituem um produto turístico peculiar.

Para a compreensão do funcionamento desse sistema, optou-se pela realização de um estudo de natureza qualitativa, tendo como caráter a subjetividade. Este método é empregado para estudar populações pequenas, não apresentando critério numérico, havendo maior preocupação com o aprofundamento e abrangência da compreensão das relações humanas e os impactos resultantes do desenvolvimento da atividade turística, no caso em Canoa Quebrada.

Para a fundamentação teórica, a pesquisa teve como fontes de dados secundários levantamentos bibliográficos em livros, revistas, artigos publicados em periódicos especializados e dados disponíveis na rede mundial de computadores. Também se utilizou de vertente documental em arquivos públicos, Secretaria de Turismo do Estado do Ceará - SETUR, Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Fortaleza Convention & Visitors Bureau, relatórios de pesquisa na área, fotografias e mapas, estudo de impacto ambiental (EIA), Plano de Ação Turística de Aracati (PAT), Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e o Projeto de Requalificação Urbana de Canoa Quebrada.

---

<sup>2</sup> Segundo dados da Secretaria de Turismo do Ceará, Canoa Quebrada está entre o três destinos mais procurados, depois de Fortaleza, em 2005.

Os dados primários foram levantados por meio da pesquisa de campo, com observação direta sistemática. Pode ser esta classificada como pesquisa-ação, pois houve integração entre o pesquisador e a realidade analisada. Segundo Bastos (2004) “Os pesquisadores se comportam como agentes ativos na investigação; não se limitam a levantamento de problemas, mas desencadeiam ações e avaliam-nas com base na população envolvida”.

Quanto ao fim, a busca é descritiva, pois descreve a situação no momento em que ocorre a investigação; estabeleceu relações entre as variáveis em registro e analisou os dados coletados sem manipulação direta.

Por ser o turismo um fenômeno espacial que compõe um sistema integrado de estruturas, recursos naturais e culturais e relações humanas dentro de um espaço de tempo sendo marcadamente dinâmico, necessário mais do que estudos meramente estatísticos para a compreensão da sua trama de relações.

Portanto, o caminho ordenado escolhido para o desenvolvimento desta pesquisa foi fundamentado no método fenomenológico – sistêmico.

De acordo com Bicudo (*apud* PANOSSO, 2005), “A investigação fenomenológica trabalha sempre com o qualitativo, com o que faz sentido para o sujeito, com o fenômeno posto em suspensão, como percebido e manifesto pela linguagem; e trabalha também com o que se apresenta como significativo ou relevante no contexto no qual a percepção e a manifestação ocorrem”.

A pesquisa qualitativa está interessada no aprofundamento das respostas obtidas, não no número de questionários aplicados.

O turismo engloba muito mais do que relações de consumo/mercado, pois nele também estão presentes as necessidades, anseios e desejos humanos, bem como as motivações psicológicas que fazem com que esta atividade se origine. Desta forma, a simples aplicação de questionários não desobriga de responder a estas questões. A abordagem fenomenológica permite a interpretação do fato em si, induzindo à reflexão sobre o conhecimento acumulado.

Sendo o turismo composto por uma série de tramas inter-relacionadas, compondo um conjunto relações humanas e não humanas, incorporou-se, também, ao estudo, a abordagem sistêmica.

Para Bertalanffy (1973) sistema refere-se “amplamente a qualquer unidade em que o todo é mais que do que a soma das partes. Assim um sistema é um todo integrado cujas propriedades das partes e as propriedades sistêmicas são destruídas quando o sistema é dissecado”.

Beni (1998) define sistema como sendo “um conjunto de partes que interagem de modo a atingir determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios, logicamente ordenado e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo”.

Fica evidente, desta forma, que o turismo resulta de um sistema e, para que se compreendam suas interconexões, interações, organização, seu comportamento e objetivos, é necessária uma abordagem integrada dos componentes do turismo característico pelo movimento de pessoas, transporte, estadas e atrativos do destino, o que determina a demanda.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, decidiu-se pela entrevista, que, de acordo com Bastos (2004) “é a comunicação entre duas ou mais pessoas, especialmente indicada para o levantamento de experiências. (...) é de natureza interativa e busca tratar de temas que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários ou formulários haja vista que objetiva o aprofundamento no assunto através da conversação.”

Segundo entendido por Cervo e Bervian (1983), entrevista é definida “como uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher através de interrogatório do informante, dados para a pesquisa”.

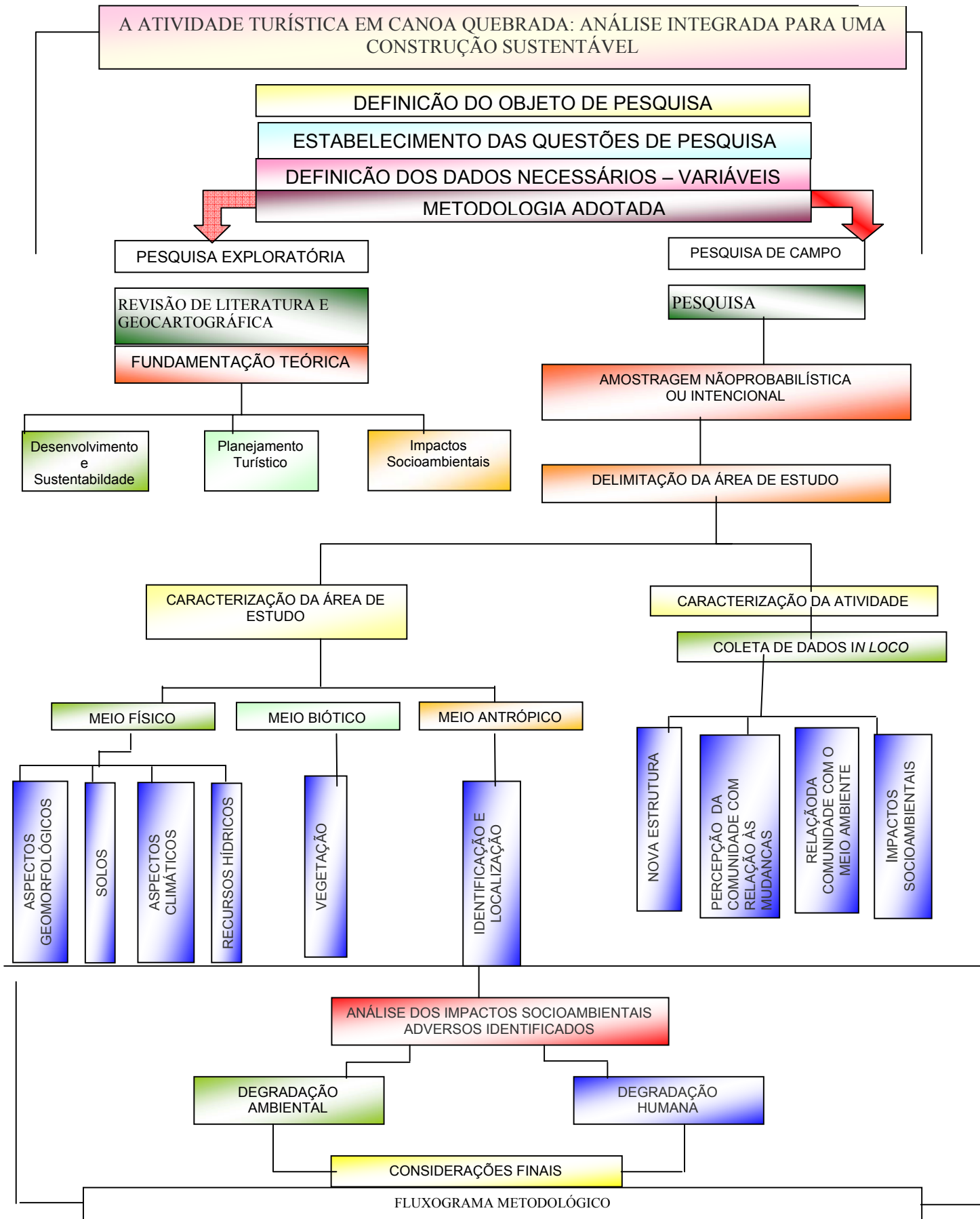
No que se refere ao tipo de entrevista, ela foi estruturada - narrativa, já que foi elaborado um roteiro, contendo alguns itens indispensáveis ao delineamento do objeto e narrativa, porque o entrevistado foi estimulado a falar sobre a influência do turismo na sua vida e no contexto da sua comunidade, além de expor suas histórias de vida.

Outra técnica bastante utilizada em campo foi a observação. Conforme Barros e Lehfeld (2000, *apud* BARROS, 2004) “Observar é aplicar atentamente a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso (...) Quando se observa, deve-se não apenas ver, mas examinar, entender e auscultar os fatos.”

A análise dos dados desenvolveu-se a partir da descrição dos fatos e análise qualitativa das entrevistas e relatos. As respostas dos entrevistados foram transcritas em

suas partes principais. Em seguida, foi feita a redução das unidades de significados, buscando-se destacar as idéias fundamentais de cada uma delas. Por fim, foram selecionadas as afirmações articuladas em cada discurso, buscando a essência de sua resposta.

Para dar início à abordagem teórica sobre o tema proposto, será realizado um estudo-síntese sobre a atividade turística entre o desenvolvimento local sustentável e impactos socioambientais gerados pela atividade turística.



### **3 A ATIVIDADE TURÍSTICA – DESENVOLVIMENTO, SUSTENTABILIDADE E IMPACTO SOCIOAMBIENTAL**

#### **3.1 Desenvolvimento local e sustentabilidade**

A questão ecológica irrompe no cenário político, científico e educacional como um dos problemas mais importantes do final do século XX. Além das mudanças climáticas que se verificam no decurso de milhares de anos, o homem é hoje um importante agente individual da alteração das condições na superfície terrestre. Um exemplo desta mudança é o aquecimento global, que é aumento da temperatura terrestre, não só em uma zona, mas em sua totalidade. De acordo com pesquisas realizadas pela Universidade de São Paulo – USP segundo medições realizadas desde antes de 1860, quando se fizeram registros do aumento da temperatura média em várias áreas do globo, a média prevista do aumento da temperatura é da ordem de 2° a 6°C para os próximos 100 anos, sendo maior do que qualquer aumento de temperatura já registrado desde o aparecimento da civilização humana. Desta forma, torna-se quase certo que o aumento de temperatura não se trata apenas de um fenômeno natural, mas é também antrópico.

As principais conquistas civilizatórias introduziram perturbações no equilíbrio da biosfera, alterando ecossistemas vitais. Como consequência, qualquer civilização teve em âmbito planetário o poder desestabilizador que tem a sociedade contemporânea. As mudanças ambientais estão concentradas em poucas décadas, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Conforme Relatório das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a humanidade consome mais de 20% além da capacidade de reprodução da biosfera, déficit que aumenta em 2,5% ao ano. O sobreuso dos recursos naturais produz 60 mil km<sup>2</sup> anuais de áreas em decurso de desertificação. A perda da biodiversidade, nas florestas tropicais, avança na razão de 150 mil km<sup>2</sup> por ano e 1,1 bilhão de pessoas já não dispõem de água de boa qualidade, enquanto 2,5 bilhões não têm saneamento. Outro dado importante fornecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é o de que, hoje, as três pessoas mais ricas do mundo detêm adidos superiores ao produto anual dos 48 países mais pobres, onde vivem cerca de 600 milhões de pessoas.

Leff (2001) confirma que: a degradação ambiental, o risco de colapso ecológico e o avanço da desigualdade e da pobreza são sinais eloqüentes da crise do mundo globalizado. A sustentabilidade é o significante de uma falha fundamental na história da humanidade – crise de civilização que alcança seu momento culminante na modernidade.

Podem-se apontar diversos fatores que confirmam o caráter insustentável da sociedade contemporânea, dentre eles o crescimento populacional em ritmo acelerado, a exaustão dos recursos naturais, um conjunto de valores e comportamentos centrados na expansão do consumo material e sistemas produtivos que utilizam processos de produção poluentes.

Desde o advento da Revolução Industrial, as técnicas de produção e de consumo predatórias provocam enorme impacto das atividades humanas sobre os sistemas naturais. Esse modelo de desenvolvimento modificou e aperfeiçoou em muitos aspectos a relação do ser humano com seu meio ambiente e também provocou transformações dramáticas no ambiente natural. A partir deste momento, o homem passa a ser uma extensão humana da máquina. Com a divisão internacional do trabalho, ele se desvincula do seu objeto de trabalho, não havendo mais identificação do produtor com o seu produto, porque agora ele é especialista, não tem mais a visão da totalidade; o seu tempo é um tempo mecânico, o tempo do relógio. Com isso, vê-se surgir uma sociedade com elevado nível de consumo de modo destrutivo, que não respeita mais o tempo natural e na qual o que prevalece é uma necessidade artificial, criada por modelo de desenvolvimento econômico perverso, o qual se prega o acúmulo de capital como sinônimo de qualidade de vida. Este homem moderno, tecnológico e excessivamente produtivo, atem-se a resultados puramente econômicos para justificar o “progresso”, não sendo levada em consideração a capacidade de resiliência dos sistemas naturais.

Drew (1986) ressalta que, “embora os seres humanos constituam uma das formas de vida do planeta, ele se tornou agora mais do que organismos passivos ocupando um nicho ecológico. O homem não pode transformar e expandir o seu nicho<sup>3</sup>, mas também afetar os mecanismos do sistema Terra em maior ou menor grau e escala. Ele vem procurando, em

---

<sup>3</sup> Nicho, neste sentido, refere-se ao conjunto de condições ambientais e bióticas que tornam possível sua sobrevivência.

ritmo acelerado, modificar o ambiente para se contentar a si mesmo, em vez de mudar seus hábitos para melhor adapta ao ambiente”.

Isto quer dizer que todas as ações repercutem concretamente no solo, na água, no ar e nos seres vivos, sendo preciso avaliar previamente os impactos e verificar se não há opções, calcular os custos ambientais e tentar contorná-los.

Na essência desta discussão, encontram-se várias interpretações sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável; existe o fato de a sustentabilidade estar ligada à questão ética, associada à capacidade do sistema econômico se sustentar, quando se refere a longos períodos. Estes componentes explicam a importância deste tema com relação à análise do sistema econômico. A conjunção entre eventos – como a limitação na oferta de recursos naturais, crescimento demográfico e a taxa decrescente da produção – fez com que economistas clássicos, como Malthus e Ricardo<sup>4</sup>, argumentassem que, em longo prazo, a economia tenderia a um estado estacionário, o que faria que a maioria das pessoas tivesse que ter um padrão de vida mínimo de subsistência. Eles imaginavam um futuro tenebroso para a humanidade, quando não haveria mais condições de satisfazer às necessidades humanas de forma satisfatória e o nível de bem-estar ficaria longe do ideal (PERMAN *et al.*, 1996).

Após a verificação da inviabilidade da aplicação da teoria da estagnação do crescimento econômico, passa-se a refletir sobre opções de desenvolvimento econômico, com base em princípios menos radicais e factíveis, já que esta ideologia impediria que países ainda em fase de desenvolvimento pudessem evoluir econômica e socialmente. Assim, passa-se a questionar o sistema de valores vigente e a procurar soluções lúcidas para se trabalhar os problemas sociais, econômicos e ambientais.

Segundo Goulet, (1973 *apud* SACHS, 1996)

Depois do anti-romance e da contracultura, o não crescimento, três sintomas, certamente bem diferentes, do questionamento de valores por uma sociedade à procura de novos referenciais ideológicos de problemas ainda insolúveis, a despeito dos progressos espetaculares do crescimento material ou por este

---

<sup>4</sup> Economistas clássicos que defendiam a idéia de que a conjunção entre oferta limitada dos recursos, a alta taxa de crescimento populacional e a taxa de retorno decrescente na produção levaria a economia a um estado estacionário e a um padrão mínimo de consumo, pois a produção de alimento não seria suficiente para satisfazer totalmente as necessidades da crescente população.



mesmo provocados: a inquietação generalizada da juventude, a persistência da miséria, a agressão contra o ambiente, a frustração do Terceiro Mundo que começa a se perguntar se o próprio conceito de desenvolvimento, fundado na eficácia, não deveria ser substituído pelo da liberação voltado para a justiça social e a criação de um novo homem.

Com isso passa-se a questionar o modelo de desenvolvimento vigente e a analisar criticamente a necessidade da mudança na relação homem-meio ambiente e homem-sociedade, onde a idéia de coletividade e equidade deveria prevalecer, reavendo, assim, valores como a ética e o respeito à cultura e à natureza.

As simplificações realizadas no debate acerca da tomada de consciência dos problemas ambientais, entretanto, podem causar dúvidas, já que ora o homem aparece como agente degradador da natureza, ora como elemento cativo de ciclo global, em que a produção e a poluição são marcas de um novo processo cultural que se instaura na medida em que a degradação energética e material insere um novo elemento – a irreversibilidade – como resultante negativa das ações para com o meio natural. A percepção de qualidade de vida é diversa, variando da necessidade de limitação das produções materiais até a possibilidade de aquisição, em abundância, de produtos. Isto incita questões acerca do padrão de desenvolvimento ideal e sobre até que ponto o meio natural suportará esta pressão que resulta em degradação humana e ambiental.

Deste modo, a degradação ambiental revela-se como resultado do colapso de um processo civilizatório conduzido pelo predomínio da razão tecnológica sobre a natureza. A questão ambiental leva à berlinda as próprias bases da produção, recomendando a desconstrução do padrão econômico vigente e para a edificação de futuros possíveis, embasados nos níveis de resiliência<sup>5</sup> dos sistemas naturais, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais; ou seja, homem começa a questionar seu ideário de progresso e qualidade de vida; alguns eventos que contribuíram para o arrefecimento dessa discussão foram os efeitos verificados no pós-Segunda Guerra Mundial.

Este período assinalou a emergência do movimento ecológico, entretanto podem-se encontrar ações e eventos expressivos ligados à preocupação com os problemas ambientais no século XX, anteriores à década de 1950. Como exemplos, tem-se a Carta de

---

<sup>5</sup> Refere-se à capacidade de recuperação do sistema natural, após sofrer algum tipo de impacto.

Atenas (1933) e a realização da 1ª Conferencia Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934, no Brasil.

Informa Silva (1978 *apud* CAMARGO,2003) que a Carta de Atenas foi redigida por um grupo de arquitetos, na qual se pode ler, entre outras asserções atualísimas, uma crítica à maioria das cidades por eles estudadas – caracterizadas como “uma imagem do caos”. O grupo alertava também para a noção de que as cidades não estavam destinadas a satisfazer as necessidades primordiais biológicas e psicológicas de seus habitantes.

E no ano seguinte, no Brasil, foi realizada a 1ª Conferencia Brasileira de Proteção à Natureza, no Museu Nacional. Três anos depois, em 1937, foi criado o primeiro Parque Nacional Brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia (LAGO e PÁDUA,1984).

Em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), que viria a ter um papel fundamental nos assuntos relacionados às questões ambientais. Desde a sua fundação, destacavam-se temas como a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento equitativo; antes mesmo do final do século XX, a proteção ambiental já adquiriria a quarta posição no universo das principais preocupações das Nações Unidas.

Em 1948, foi instituída a União Internacional para a Conservação da Natureza (UNICN) por um grupo de cientistas vinculados à ONU, que tinha o objetivo de incentivar o crescimento da preocupação internacional em relação aos problemas ambientais (LAGO e PÁDUA, 1984).

Em 1949, realiza-se a Conferência Científica das Nações Unidas, a propósito da conservação de recursos. Estes dois eventos da década de 1940 foram fundamentais para a grandeza que assumiu a preocupação ambiental na sociedade científica a partir da década de 1950.

Durante a década de 1960, arrefecem crítica com relação ao modo de produção, bem como do estilo de vida. Outro marco importante dessa década foi a criação do Clube de Roma, em 1968, na academia de Lincei, em Roma. Deste encontro, surgiu o informe denominado “Limites do Crescimento”, segundo o qual era necessário se adotar um política do “crescimento zero”, a qual foi imediatamente contestada. Essa discussão permaneceu por toda a década de 1970, quando se registram o começo da preocupação ambiental pelo sistema político. (CAMARGO,2003)

Em 1972 acontecem a Conferência de Estocolmo, que destacou os problemas da pobreza e do crescimento da população e elaborou metas ambientais e sociais, centrando sua atenção nos países em desenvolvimento. Como resultado desta Conferência, surgiu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, PNUMA<sup>6</sup>.

Outro marco importante desta década foi a emergência de uma percepção diferente dos problemas ambientais, surgindo então, a ecologia profunda. Para Capra (1996) a ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano, enquanto a ecologia profunda concebe o mundo como uma rede de fenômenos fundamentalmente interconectados e interdependentes.

Os anos 1980 são marcados pela introdução e divulgação da idéia de desenvolvimento sustentável, que se revelou como um novo modo de percepção da problemática ambiental, bem como das suas soluções, já que se incorporam a degradação ambiental às dimensões sociais, políticas e culturais, tendo o meio natural como um legítimo limite do crescimento.

Em 1983 foi criada, pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Em 1987, foi divulgado o relatório das atividades desta Comissão, intitulado *Our common future* (Nosso Futuro Comum), quando é reconhecida a expressão “Desenvolvimento Sustentável”. Em dezembro de 1989, a Assembléia Geral das Nações Unidas convocou um encontro global para elaborar estratégias de reversão dos processos de degradação ambiental. A resposta a essa convocação veio com a elaboração da Agenda 21, na Eco-92.

Durante a década de 1990 há um significativo impulso no tocante à consciência ambiental na maioria dos países. Em 1992, acontecem a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra. Esse evento chamou a atenção do mundo para a dimensão global dos perigos que ameaçam a vida na Terra e para a necessidade de uma aliança entre os povos em prol de uma sociedade sustentável. Como resultado deste encontro, tem-se a

---

<sup>6</sup> Durante este evento, a então Primeira Ministra da Índia, Indira Gandhi, declarou que “O pior tipo de poluição é a miséria”.

Agenda 21, sendo identificada como uma agenda de trabalho para o século XXI. Por meio dela, procurou-se identificar os problemas prioritários, os recursos e os meios necessários para enfrentá-los, bem como as metas a serem atingidas nas próximas décadas.

Segundo o *National Research Council* (1999, *apud* CAMARGO,2003), três realidades parecem marcar nosso tempo, realidades estas que são responsáveis pela falta de otimismo e pela sensação de que muito pouco foi feito desde a Rio-92:

Enquanto as taxas de crescimento populacional continuam declinando globalmente, o número de pessoas vivendo em absoluta pobreza tem aumentado; enquanto a globalização tem apresentado novas oportunidades, muitos países não têm sido capazes de tirar vantagem dessas oportunidades. A extensão dos problemas relacionados à desigualdade de renda dentro e entre as nações e o desnível tecnológico entre países ricos e pobres aumentam; enquanto um número de países reduziu significativamente alguns níveis de poluição e diminuiu ou reverteu a destruição de recursos, o estado do meio ambiente global tem continuado a deteriorar-se.

Esse debate quanto à degradação natural e humana produziu em vários grupos ao redor do mundo engajamento num projeto para a criação de um documento denominado Carta da Terra.

Mais complexa do que a Carta Mundial da Natureza, a Carta da Terra contempla todas as dimensões do homem em sua interação com a natureza. Inspira-se em várias fontes, incluindo estudos em Ecologia e outras ciências contemporâneas, as tradições religiosas e as filosofias do mundo, a literatura sobre ética global, o meio ambiente e o desenvolvimento, a experiência prática dos povos que vivem de maneira sustentada, além das declarações e dos tratados intergovernamentais e não-governamentais relevantes (*The Earth charter initiative*, 2000).

Pode-se constatar o fato de que uma revolução de valores se processa nos últimos 50 anos em relação às questões ambientais. Segundo D'Amato e Leis(1998, *apud* CAMARGO,2003), pode-se assegurar que nos anos 1950 emergiu o ambientalismo dos cientistas; nos anos 1960, o das ONG's; nos anos 1970, o dos atores políticos e estatais; e nos anos 1980, o dos atores vinculados ao sistema econômico. Nos anos 1990, encontra-se

um ambientalismo projetado sobre realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, do Estado e do mercado.

Desta forma, observa-se uma expansão da consciência ambiental ao longo do século XX. As conseqüências devastadoras das duas grandes guerras mundiais foram decisivas para que houvesse um impulso na conscientização dos seres humanos com relação às questões ambientais; pois, desde a Revolução Industrial, são perceptíveis os efeitos da degradação ambiental, que encontra seu ápice durante a Segunda Guerra – com o lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão.

A consciência ambiental cresceu consideravelmente a partir da segunda metade do século XX e a percepção dos problemas ambientais ocorre de modo contingente. Na segunda etapa, a degradação ambiental é percebida como um problema generalizado, porém fechada nos limites territoriais dos Estados nacionais. Na terceira etapa, a degradação ambiental é percebida como um problema global.

Nos últimos tempos, progride uma corrente que defende a exploração dos recursos naturais pelo homem dentro de uma visão que leve em conta formas mais compatíveis de exploração desses recursos, buscando uma parceria harmônica do homem com a natureza – o chamado “ecodesenvolvimento”<sup>7</sup>.

### **3.2 Ecodesenvolvimento e sustentabilidade**

Os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial foram marcados pela discussão a respeito do modelo de desenvolvimento e crescimento econômico predominante desde a Revolução Industrial.

Para Lago e Pádua (1984), o grande mérito da teoria do ecodesenvolvimento está em deslocar o problema do aspecto puramente quantitativo – crescer ou não crescer – para o exame da qualidade do crescimento, sendo o ponto central da questão o “como crescer” implicando, portanto, a necessidade de uma mudança qualitativa das estruturas produtivas, sociais e culturais da sociedade.

---

<sup>7</sup> O termo Ecodesenvolvimento foi utilizado pela primeira vez por Maurice Strong para caracterizar uma concepção alternativa de política e desenvolvimento. Os princípios foram formulados por Ignacy Sachs, tendo como pressupostos cinco dimensões: a sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

Neste momento, o que valida o crescimento é a qualidade de vida que este poderá proporcionar à população, qualidade esta não vinculada somente a possibilidades de aquisição de bens materiais, mas também à qualidade do ambiente em que se vive. A questão da qualidade do crescimento está mais vinculada à condição que cria o desenvolvimento, já que crescimento pressupõe incrementos quantitativos, como desenvolvimento se refere às melhorias qualitativas.

O significado de desenvolvimento, porém, que ainda predomina é o crescimento dos meios de produção, acumulação, inovação técnica e aumento da produtividade, ou seja, o de expansão das forças produtivas e não a alteração das relações sociais e de produção (HERCULANO, 1992 *apud* CAMARGO, 2003).

O modo de produção industrial se constituiu sob o enfoque básico de progresso. Desta forma, fica subentendido a noção que as sociedades podem progredir indefinidamente em direção a patamares cada vez mais elevados de riqueza material, o que é combatido sob a óptica do desenvolvimento sustentável.

Na expressão desenvolvimento sustentável, a palavra sustentável adquire um sentido mais específico, voltado aos conceitos da Ecologia, referindo-se, de modo geral, à natureza homeostática dos ecossistemas naturais e à sua própria recuperação. “Sustentável”, nesse contexto, engloba a idéia de capacidade de suporte, a qual se refere o binômio recursos-população (BURGGER, 1994, *apud* CAMARGO, 2003).

As definições de desenvolvimento sustentável mais conhecidas estão presentes no relatório Nosso Futuro Comum, dentre as quais:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e o futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Para Maimon (*apud* CAMARGO,2003), desenvolvimento sustentável é

O desenvolvimento sustentável busca simultaneamente a eficiência econômica, a justiça social e a harmonia ambiental, mais do que um novo conceito, é um processo de mudança onde a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional devem levar em conta as necessidades das gerações futuras.

Deste modo, pode-se dizer que desenvolvimento sustentável requer uma mudança estrutural da percepção dos sistemas econômico, ecológico e social, voltando-se para uma visão ampla e integrada onde haja uma cultura de respeito mútuo e transgeracional, isto é, a preocupação com as gerações futuras, dando-lhes a possibilidade de suprir suas necessidades.

Segundo o National Research Council (1999), o desenvolvimento sustentável é o mais recente conceito que relaciona as coletivas aspirações de paz, liberdade, melhoria das condições de vida e de um meio ambiente saudável. Seu mérito reside na tentativa de reconciliar os reais conflitos entre economia e meio ambiente e entre o presente e o futuro.

O desenvolvimento sustentável, neste sentido, é mais do que um conceito, pois representa uma filosofia de vida que defende a preservação da integridade étnica, cultural e humana, de modo a produzir um ambiente de melhor qualidade, onde as pessoas possam ter acesso aos recursos econômicos, melhor qualidade educacional e do seu estado de saúde.

O *Center of excellence for sustainable development* (2001) conceitua desenvolvimento sustentável de modo bastante objetivo:

O desenvolvimento sustentável é uma estratégia através da qual comunidades buscam um desenvolvimento econômico que também beneficie o meio ambiente local e a qualidade de vida. Tem-se tornado um importante guia para muitas comunidades que descobriram que os métodos tradicionais podem levar a sérios problemas sociais e ambientais, o desenvolvimento sustentável fornece uma estrutura através da qual as comunidades podem usar recursos mais eficientemente, criar infra-estruturas eficientes, proteger e melhorar a qualidade de vida, e criar novos negócios para fortalecer suas economias. Isso pode nos auxiliar a criar comunidades saudáveis que possam sustentar nossa geração tão bem quanto as que viverem.

Assim desenvolvimento sustentável pode ser aceito como um sistema a gestão, composto pelos recursos ambiental, econômico, social, político, tecnológico e cultural que interagem, formando um sistema maior, que é a sociedade, isto é, passa-se a analisar as conexões entre os subsistemas, tendo como objetivo arranjos que possibilitem desenvolvimento auto-sustentado, ou seja, uma forma de desenvolvimento minimamente degradante e que possa realimentar o sistema e assim fazer com que ele se desenvolva de maneira harmônica.

Para especialistas da abordagem sistêmica, o ambiente se constitui de tudo aquilo que não faz parte do sistema intencional estudado, mas que afeta o seu comportamento (CHURCHMAN, 1968 *apud* SACHS 1996). À medida que o sistema incorpora políticas de ambiente, este se torna mais estreito e o sucesso dessas políticas passa, desta forma, a medir-se pelo desaparecimento do próprio conceito de ambiente, que é internalizado pelo sistema.

Na percepção desta crise ecológica, foi configurado um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negado pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu a modernização. O ambiente emerge como um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos processos ecológicos, tecnológicos e culturais (LEFF, 2001).

Neste momento, observa-se a emergência de uma nova percepção do meio ambiente natural e inicia-se o desenvolvimento da chamada “visão sistêmica”, isto é, um novo modo de percepção que busca integrar os diversos conhecimentos para a solução de problemas.

Assim, a questão ambiental, antes problematizada em conformidade com o pensamento metafísico e, também, racional, passa a ter novos caminhos para a concreção de soluções que partem de um conhecimento com origem no diálogo e na combinação de saberes, o que pressupõe um saber complexo e integrado.

Como bem exprimiu Leff (2003) a complexidade do mundo é o encontro do ser em vias de complexidade com a elaboração do pensamento complexo. Isto implica repensar toda a história do mundo a partir da cisão entre o ser como ente, do “erro platônico” que



deu falsos fundamentos à civilização ocidental; que engendrou a ciência moderna como dominação da natureza; que produziu a “economização” do mundo; e implantou a lei globalizadora e totalizadora do mercado.

Ainda segundo o mesmo autor (2003:)

Para o pensamento crítico, a complexidade ambiental não se limita à compreensão de uma evolução “natural” da matéria e do homem para este encontro no mundo tecnificado. Esta história é produto da intervenção do pensamento no mundo. Somente assim é possível sair do ecologismo naturalista e situar-se no ambientalismo como política do conhecimento, no campo do poder no saber ambiental, em um projeto de reconstrução social desde o reconhecimento da outridade.

A idéia de visão integrada entre homem e natureza deve levar em consideração, além dos fatores ecológicos e sociais, os tecnológicos, políticos e culturais, bem como a historicidade da evolução do modo produção do meio antrópico; tem-se, então, a sustentabilidade como a marca da crise de uma época. Desta forma, Leff questiona que, se fora do campo da Metafísica, do logocentrismo e da cientificidade da Modernidade que se produziu um mundo insustentável, então, como se pode pensar a intervenção sobre esta marca no ser que permita a construção de uma racionalidade alternativa?

Analisando as diferentes etapas de evolução ecológica e geológica, percebe-se-á que alterações catastróficas aconteceram. É do resultado, da nova relação homem-natureza estabelecida na sociedade contemporânea que, pela primeira vez, a crise ambiental não é decorrente de modificações naturais e sim induzida pela nova cultura embasada em concepções de uma natureza artificializada.

Neste sentido, a solução da crise ambiental não poderá ocorrer simplesmente pela gestão racional da natureza e do risco da mudança global. Esta crise leva a que se questione o conhecimento do mundo e esse projeto epistemológico que buscou a homogeneidade, que divulga um futuro comum, negando o limite, o tempo, a história, a diferença, a diversidade.

A crise ambiental é um questionamento sobre a natureza da natureza e do ser no mundo, da linha do tempo e da entropia como as leis da matéria e da vida,

desde a morte como *lei-limite* na cultura que constituem a ordem simbólica, do poder e do saber (LEFF,2003).

Assim o ambiente não se restringe à ecologia, mas é um mundo complexo; é um conhecimento acerca das formas de apropriação da natureza por meio das relações de poder que se registraram, porém, mediante as formas dominantes de conhecimento que deram ao homem a capacidade de reconhecer as relações edificadas a partir das modificações, que, ele causou ao meio natural.

Com efeito, a capacidade simbólica do homem permitiu a edificação de relações abstratas dentre os indivíduos que conhece. Igualmente, o desenvolvimento do conhecimento teórico seguiu seus saberes objetivos. Com o advento da Geometria nas primeiras sociedades agrícolas, como necessidade de racionalizar a produção agrícola por meio de um sistema de medições, desenvolvem-se a Ciência Matemática e suas relações abstratas. Desde então, o artefato de trabalho transforma-se do mesmo modo em objeto de um conhecimento empírico.

A relação entre conhecimento teórico e os saberes práticos acelera-se com a chegada do capitalismo, com o nascimento da ciência moderna e institucionalização da racionalidade econômica. Com o modo de produção capitalista, cria-se a articulação concreta entre o conhecimento científico e a produção de mercadoria por intermédio da tecnologia.

Este novo modo de produção que alia conhecimento à produção de materiais origina a necessidade de elevar a mais-valia<sup>8</sup> relativa dos processos de trabalho traduzidos na necessidade de incrementar sua eficiência produtiva, o que induz à substituição progressiva dos processos de mecanização por uma cientifização dos processos produtivos (LEFF,2002).

O rudimentar método científico abrangia o seguinte: o sistema da natureza podia ser segregado em elementos isolados quase estáveis, e o objeto de estudo podia ser separado do sujeito. Disso resultou uma ciência dividida em disciplinas (a base do conhecimento universitário) e o mito de uma ciência neutra, livre de valores, que legitima especialistas.

---

<sup>8</sup> Dentro do sistema capitalista, refere-se aos diferenciais de produtividade não pagos em relação à produtividade total, ou seja, o trabalhador tem que produzir mais em menos tempo. Para tanto, situando-se investe-se no desenvolvimento continuado de tecnologia para elevar o lucro.

De acordo com Funtowicz, Marchi, 2003:

A racionalidade se converteu em sinônimo de “racionalidade científica” e o conhecimento foi sinônimo de “conhecimento científico”. Outras formas de conhecimento e outros apelos à racionalidade, como o conhecimento prático agrícola, medicinal ou artesanal, foram considerados de segunda categoria. (...) O suposto tradicional que somente a ciência pode chegar ao Verdadeiro está agora sendo questionado. (...) O sistema científico moderno e seu modelo de tomada de decisões não podem por si mesmos dar respostas completas aos problemas de saúde individuais, sociais ou ambientais.

Vive-se em tempos de miscigenação do mundo de mecanização da vida e a economização da natureza, de hibridação de culturas, de diálogo de saberes; neste momento emergem novas racionalidades que redirecionam a edificação da sociedade. Tempos de repensar a relação homem-natureza e redesenhar o mundo com base na história vivida para a construção de outros horizontes.

Leff (2003) afirma que

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise se apresenta a nós como um limite no real que re-significa e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limites dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; *limite* da pobreza e da desigualdade social. Mas também crise do pensamento ocidental: da “determinação metafísica” que, ao pensar o ser como ente, abriu a via da racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada, como formas de domínios e controle sobre o mundo. Por isso, a crise ambiental é sobretudo um problema de conhecimento.

Desta forma, saber sobre o ambiente que não é uma realidade visível da poluição, mas o conceito da complexidade emergente onde se reencontram o pensamento e o mundo, a sociedade e a natureza, a biologia e a tecnologia, a vida e a linguagem. (LEFF, 2001)

A questão ambiental, a poluição da natureza, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos, surgiu nas últimas décadas do século XX como espelho de uma civilização, que passa a questionar sua racionalidade econômica e tecnológica. Este conflito

encontra explicações em perspectivas ideológicas heterogêneas. Compreendida ora como resultado da pressão desempenhada pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta. Ora, sendo decifrada como efeito da acumulação de capital e da maximização de lucros em curto prazo, que induzem a padrões de consumo e ritmos de exploração perversos ambientalmente, que ocasionam o esgotamento das reservas de recursos naturais, modificando a produtividade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais.

Leff (2002) assinala que

A problemática ambiental gerou mudanças globais em sistemas sócio-ambientais complexos que afetam as condições de sustentabilidade do planeta, propondo a necessidade de internalizar as bases ecológicas e os princípios jurídicos e sociais para a gestão democrática dos recursos naturais. Estes processos estão intimamente vinculados ao conhecimento das relações sociedade-natureza: não só estão a novos valores, mas a princípios epistemológicos e estratégias conceituais que orientam a construção de uma racionalidade produtiva sobre bases de sustentabilidade ecológica e de equidade social. Desta forma, a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade.

A visão mecanicista da razão cartesiana se constituiu como base para a formatação de uma teoria econômica que subjugou os paradigmas organicistas dos processos da vida, validando um falso conceito de progresso. Desta forma, a racionalidade econômica suprimiu a natureza do campo da produção, provocando processos de degradação ambiental. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção.

De acordo com Leff (2003):

A crise ambiental, entendida como crise da civilização, não poderia encontrar uma solução pela via da racionalidade teórica e instrumental que constrói e destrói o mundo. Apreender a complexidade ambiental implica um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento; remete as suas origens, à compreensão de suas causas; a ver os “erros” da história que se arraigam em

certezas sobre o mundo com falsos fundamentos; a descobrir e reavivar o ser da complexidade que ficou no “esquecimento” com a cisão entre o ser o ente (Platão), do sujeito e do objeto (Descartes), para apreender o mundo coisificando-o, objetivando-o homogeneizando-o. esta racionalidade dominante descobre a complexidade em seus limites, em sua negatividade, na alienação e na incerteza do mundo *economizado*, arrastado por um processo incontrollável e insustentável de produção.

Para Morin (2005) não haverá transformação sem reforma do pensamento, ou seja, revolução nas estruturas do próprio pensamento. O pensamento de se tornar complexo. Destaca, ainda, que é dessa complexidade que se afastam os cientistas não apenas burocratizados, mas formados segundo modelos clássicos do pensamento.

Capra (1975) enfatiza que

... a visão de mundo sugerida pela física moderna seja incompatível com a nossa sociedade atual, a qual não reflete o harmonioso estado de inter-relacionamento que observamos na natureza. Para se alcançar tal estado de equilíbrio dinâmico, será necessária a uma estrutura social e econômica radicalmente diferente: uma revolução cultural na verdadeira acepção da palavra. A sobrevivência de toda a nossa civilização pode depender de sermos ou não capazes ou não de realizar mudanças.

Morin (2005:177) argumenta que: ...o problema da complexidade não é a completude, mas o da incompletude do conhecimento. Num sentido, o pensamento complexo tenta dar conta daquilo que os tipos de conhecimento mutilante se desfaz (...) De fato, a aspiração para a complexidade tende para o conhecimento multidimensional.

Desde a década de 1970, após a Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano (1972) – e, principalmente, a partir da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, realizada em 1977 em Tbilisi, na Geórgia, iniciou-se amplo processo mundial orientado a compor uma nova consciência sobre o valor da natureza e a reorientar a produção do conhecimento conduzido pelos métodos da interdisciplinaridade e os princípios da complexidade.

Leff (2003) destaca que:

A complexidade ambiental não emana da evolução da matéria nem se descobre no mundo objetivo. A complexidade emerge como uma nova racionalidade e um novo pensamento sobre a produção do mundo com base no conhecimento, na ciência e na tecnologia; é o espaço onde se articulam a natureza, a técnica e a cultura. A complexidade ambiental é um processo de reconstituição de identidades resultantes da hibridação entre o material e o simbólico; é o campo no qual se gestam novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza; é uma nova cultura na qual se constroem novas visões e surgem novas estratégias de produção sustentável e democracia participativa.

A complexidade ambiental não é constituída apenas de entrecruzamento de saberes e se enraíza em novas identidades. No início deste saber não existe um conhecimento último nem um saber privilegiado. A complexidade ambiental vai se edificando na lógica de arranjos sociais antagônicos, bem como no enlaçamento de reflexões coletivas, de valores comuns e ações solidárias ante a reapropriação da natureza. De acordo com o autor supracitado,

O saber ambiental nasce de uma nova ética e de uma nova epistemologia, na qual se fundem conhecimentos, se projetam valores e se internalizam saberes. (...) O saber ambiental é um questionamento sobre as condições ecológicas da sustentabilidade e as bases sociais da democracia e da justiça; é uma construção e comunicação de saberes que colocam em tela o juízo das estratégias de poder e os efeitos de dominação que se geram através de formas de detenção, apropriação e transmissão de conhecimentos.

Esse novo saber busca a integração das diversas ciências para a solução das questões ambientais. Esta nova percepção do saber é denominada de ciência pós-normal que, de acordo com Funtowicz, Marchi (2003),

Na ciência pós-normal, o princípio organizador não é a Verdade, mas a Qualidade. A tarefa não é já a dos expertos individuais que descobrem “fatos verdadeiros” para sustentar “boas política”; mas sim, trata-se de uma tarefa que recai em uma comunidade ampliada, que avalia e gera a qualidade dos inputs científicos, em

processos complexos de tomada de decisões nos quais os objetivos são negociados com base em perspectivas e valores em conflito. Necessitamos ainda de uma ciência tradicional e uma tecnologia de boa qualidade, mas seus produtos devem ser incorporados em um processo social integrador. Desta maneira, o sistema científico se converterá em um input útil para novas formas de decisão política e de governabilidade.

A formação por meio da aprendizagem sugere a internalização de um saber ambiental construído social e culturalmente, mas não se trata da imposição de uma doutrina e de um conhecimento exterior, mas de uma elaboração continuamente interativa dos sujeitos, indivíduos e comunidades, em que se re-estabelecem os saberes pessoais e as identidades coletivas. “É um aprender a aprender em um processo dialógico: diálogo aberto com os outros e com um mundo em vias de complexização.”(LEFF, 2003); ou seja, é necessário formular os conhecimentos de maneira integrada, para possibilitar melhor compreensão do ambiente e suas relações, bem como facilitar a proposição de soluções mais adequadas.

Deveremos aceitar que a relação entre os avanços ocorridos na ciência e nas tecnologias científicas, por um lado, e no desenvolvimento sustentável por outro, é complexa, ambígua e apresenta múltiplos aspectos. O simples reconhecimento dos limites ecológicos em termos de produção e consumo economicamente sustentáveis permite observar que “mais *output*” não é o mesmo que “bom *output*”. Não necessariamente mais conhecimento científico, expresso em termos de inovações tecnológicas, terá como resultado uma sociedade mais sustentável. (FUNTOWICZ, MARCHI, 2003)

A finalidade das esferas científica, social e política, neste novo contexto, é a resolução social de problemas, compreendendo a participação e a aprendizagem mútua entre agentes envolvidos, em vez de a busca de “soluções” definitivas ou impostas, o que é relevante quando se realiza o planejamento de destinos turísticos, já que a atividade turística funciona como fator propulsor do desenvolvimento socioeconômico regional. Assim, as questões do desenvolvimento sustentável e do planejamento para o turismo serão caracterizadas a seguir.

### 3.3 Planejamento turístico e sustentabilidade

Para que o planejamento tenha bases sustentáveis, é premente a necessidade da realização de um estudo prévio da destinação turística para que os impactos promovidos em detrimento do desenvolvimento da atividade turística sejam mitigados. Para tanto, a formatação do planejamento da localidade que pretende ficar neste âmbito é condição *sine qua non* para que se maximizem os benefícios e a fim de que seja dada continuidade ao desenvolvimento cultural, social, econômico e tecnológico.

De acordo com Dias (2003), o planejamento turístico é:

Um instrumento adequado para procurar amenizar os efeitos do livre jogo do capital, que torna mais fortes aqueles que já o são e ainda mais pobres aqueles que pouco têm. O Estado em todos os seus níveis, ainda é o único agente capaz de articular amplas forças da sociedade numa perspectiva de planejar um desenvolvimento identificado com a preservação do meio ambiente, socialmente justo e economicamente viável. O turismo tem condições de ser incorporado como uma das variáveis mais importantes dentro de qualquer proposta de planejamento do desenvolvimento.

A atividade turística, além de importante vetor de desenvolvimento, é uma consumidora intensiva de território, e, por conseguinte, deve-se planejar seu incremento de forma que estejam claros os objetivos econômicos que se espera obter, quais espaços devem ser protegidos e qual identidade que será adquirida ou fortalecida. O patrimônio natural e cultural está integrado ao território e, portanto, qualquer iniciativa de desenvolvimento deve contemplar a utilização racional dos recursos dentro de uma perspectiva de um modelo de desenvolvimento sustentável, já que o meio natural e cultural constitui os principais recursos que originam a atratividade do local. Sendo assim, a falta de um planejamento adequado poderá acarreta, em um futuro próximo, o esgotamento destes recursos e, conseqüentemente, a inviabilizar da sua comercialização.

Assim, qualquer localidade que tenha como objetivo o fomento da atividade turística como forma de desenvolvimento regional deve, inicialmente, investir na formatação de um planejamento turístico, social e ambiental. Isto porque, o turismo é uma



atividade que tem como matérias-primas o meio ambiente natural, bem como a cultura resultante da inter-relação da sociedade, com a natureza e suas formas de produção econômicas, relações sociais, ecológicas e de formação do espaço.

O planejamento turístico deve abranger, além de estratégias para maximização dos lucros, o atendimento às demandas da comunidade local tendo reciprocidade de interesses econômicos e socioambientais, pois, ainda que traga benefícios à comunidade, se não houver respeito às limitações do ambiente, ele também provocará sérios danos. Desta forma, os planejadores e empreendedores devem estar atentos às formas de elevar o nível de bem-estar social e de facilidade das pessoas, o que abrange desde a qualidade arquitetônica, o paisagismo e o *design* ambiental; o planejamento com relação aos transportes e vias de acesso; comunicação, saúde, desenvolvimento educacional e do capital humano, que trabalhará diretamente com a atividade turística. Já que, o turismo é uma indústria do setor de serviços, a qualidade da prestação deste serviço é de grande importância para o seu bom desenvolvimento na localidade que optou pela implementação deste como forma de incremento econômico e das condições sociais, devendo funcionar como um diferencial positivo, atuando como uma importante ferramenta de marketing turístico.

Além de constituir um serviço de excelência, a atividade turística demanda uma série de serviços, que vai desde a infra-estrutura até uma superestrutura, a qual envolve equipamentos de hospedagem, comércio varejista e entretenimento, que devem estar em ótimas condições de uso e bem sinalizados, para que os turistas se sintam seguros e acolhidos pelo local visitado.

Outros pontos importantes que devem ser levados em consideração pelos planejadores são: a capacidade de suporte da localidade, formas de combate à sazonalidade<sup>9</sup> que causa grande impacto, bem como a realização de um estudo de impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos.

Assim sendo, faz-se necessário entender os conceitos de planejamento, planejamento ambiental e planejamento turístico e ambiental, já que o uso do território pela atividade turística e a fragilidade justificam por si a necessidade de recorrer-se à técnica de

---

<sup>9</sup> A sazonalidade turística trata-se da variação do fluxo turístico de acordo com as diferentes épocas do ano.

planejamento como forma de garantir um desenvolvimento turístico sustentável (DIAS, 2003).

Difícilmente, entretanto, se conseguirá uma definição de planejamento que seja aceita de maneira unânime. As definições a seguir não pretendem ser definitivas ou completas e sim pontos de apoio para estabelecer o conhecimento acerca do que é o planejamento turístico sustentável.

O planejamento de organizações comerciais privadas tem como objetivo fundamental o lucro, podendo ser avaliado objetivamente, ao passo que os órgãos públicos não visam ao lucro, e seus resultados não podem ser aferidos mediante indicadores quantitativos. Perante a magnitude e a multiplicidade das ações de cada um dos setores, a abordagem deste estudo se concentra no planejamento turístico nas organizações públicas que, para conseguir seus objetivos, precisam da colaboração das empresas privadas, atuando direta e indiretamente no desenvolvimento da atividade.

Partindo-se desta premissa, faz-se necessário entender o planejamento que consiste – segundo Estol e Albuquerque (s.d.:8, *apud* RUSCHMANN,1997) :

Em determinar os objetivos de trabalho, ordenar os recursos materiais e humanos disponíveis, determinar os métodos e as técnicas aplicáveis, estabelecer as formas de organização e expor com precisão todas as especificações necessárias para que a conduta da pessoa ou do grupo de pessoas que atuarão na execução dos trabalhos seja racionalmente direcionada para alcançar os resultados pretendidos.

É perceptível, então, que a noção de planejamento envolve uma metodologia de trabalho com objetivos claros, que estejam de acordo com a realidade a ser transformada, buscando otimização no emprego dos recursos disponíveis para a consecução da realidade desejada.

Para Petrocchi (1998), o planejamento é: “a visão de futuro próximo ou distante – contribui para que tarefas sejam melhor realizadas e objetivos sejam mais facilmente atingidos, por pessoas ou organizações. Ordena as ações e dá prioridade a elas. Permite mapear dificuldades ou obstáculos e, assim, escolher previamente caminhos alternativos.” Com efeito, pode-se dizer que planejamento é a definição de um futuro desejado e a definição dos caminhos para a sua materialização.

Fica subentendido a idéia de que é preciso conhecer os dados do problema (por meio de pesquisa), e compreendê-lo (análise), para equacioná-lo e resolvê-lo. Logo, todo planejamento pressupõe uma pesquisa, uma análise e, conseqüentemente, uma síntese, noções estas que devem, implicitamente, estar contidas, no conceito amplo de planejamento. É a “informação” fundamento da “decisão” de resolver os problemas sob planejamento (FERRARI,1979)

A análise dos fatos a partir da apreciação das informações é importante para que a tomada de decisão siga na busca da resolução dos problemas apresentados, sendo este *continuum* que deve ser constantemente avaliado.

De acordo com Pertocchi (*Op cit*), o ato de planejar é: é pré determinar um curso de ação para o futuro; um conjunto de decisões interdependentes; uma *meta-contínua* que visa a produzir um estado futuro desejado, o qual somente acontecerá se determinadas ações forem executadas; é a atitude anterior à tomada de decisão.

A atividade de planejamento envolve a finalidade de se atingir um cenário ideal desejado a partir de objetivos propostos, tendo como objetivo o fornecimento de condições favoráveis e serviços para que uma comunidade tenha a possibilidade de ter seus desejos e necessidades satisfeitas ou, então, em um sentido amplo, “planejamento é um método de aplicação, contínuo e permanente, destinado a resolver, racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade situada em um determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores conseqüências”. (FERRARI, 1979)

É importante que o planejamento seja pensado de maneira coletiva, buscando atingir um estado futuro, melhor do que o atual, e que enseje a comunidade usufruir destes benefícios, sem que este processo seja direcionado, Bromley (1982, *apud* DIAS, 2003) reforça esta idéia, quando acentua que:

O planejamento busca definir a alcançar objetivos para o futuro, de tal maneira que as transformações que ocorram nas sociedades humanas não sejam determinadas por circunstâncias fortuitas ou externas, mas como resultado de decisões e propósitos gerados por um conjunto de pessoas determinadas.

Pensar o planejamento de maneira coletiva é importante, principalmente quando se refere ao Poder Público que tem a faculdade de influenciar de forma direta na conjuntura social.

Para Hilhorst (1975:145) o planejamento pode ser definido como “o processo de decisão que objetiva causar uma combinação ótima de atividades em uma área específica e pelo qual a utilização dos instrumentos de política seja coordenada, considerados os objetivos do sistema e as limitações impostas pelos recursos disponíveis.”

O planejamento deve ser congruente com a disponibilidade de recursos econômicos, tecnológicos, humanos e ambientais e ainda se tem de entender que o ato de planejar é dinâmico e mutável, já que não há total controle dos possíveis resultados. Deste modo necessário reavaliá-lo constantemente.

Nas palavras de Barreto (2002:12),

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um devir, um acontecer de muitos fatores concomitantes, que têm de ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico, é lícita a permanente revisão, a correção de rumos, pois exige um repensar constante, mesmo após a concretização dos objetivos.

Portanto, ao se decidir delinear o planejamento de uma localidade, deve-se levar em consideração as peculiaridades da região, buscando realizar uma pesquisa para o conhecimento dos problemas, analisá-los e propor soluções condizentes com a realidade considerada.

No tocante às áreas onde o turismo é desenvolvido, verifica-se a concorrência da degradação ou a erosão de sítios ou recursos singulares, não obstante aos consideráveis benefícios socioeconômicos auferidos pela população receptora. Nesse caso, além da resultante das recomendações dos planejadores, a decisão, deve ser tomada considerando-se critérios políticos.

Para tanto, a metodologia de adequação de planos e programas elaborados a uma nova realidade, sem nenhum planejamento estratégico, é simples improvisação. Os assim chamados “pacotes econômicos” não passam em sua maioria de tentativas de adequação de uma política de rumo predefinido, passível de afetar negativamente o desenvolvimento de uma região turística, podendo levá-la ao fracasso. Porque muitas vezes estes planos

“aparecem” em uma determinada localidade, não tendo nenhuma conexão com as reais necessidades da comunidade, já que não foi feito nenhum levantamento prévio para análise das peculiaridades locais. Assim, o que acontece, com frequência, é uma total desconexão entre plano e área planejada.

As tendências econômicas globais apontam para um aumento do crescimento sustentável e da globalização e, conseqüentemente, para um aumento da integração mundial, indicando que o planejamento turístico deve atender as necessidades específicas da região no que diz respeito à comunidade e à ecologia local.

Para Franco (2000)

Dado o fracasso do planejamento fundamentado na visão economicista ou estratégico-militar de cunho nacionalista, e tendo em vista o colapso urbano e o avizinhamento da escassez de elementos básicos naturais, tais como água potável, e alimentos, já para o início do século XXI, acredito que a vida futura no planeta só será possível mediante o Planejamento Ambiental, entendido com entrelaçamentos inter, multi e trans-escolares. Essa revolução deverá dar-se com a inclusão da visão ecossistêmica em três instâncias: nos ecossistemas urbanos, nos agroecossistemas e nos sistemas naturais.

Presume-se, pois, que as ações de planejamento sejam realizadas com base nos sistemas humanos (cultura), natural (dinâmica ambiental) e artificial (espaço historicamente construído). Ainda que levem em conta as questões nacionais, por serem ecossistêmicas, esta forma de pensar o planejamento transcende os limites políticos, uma vez que, no mínimo, elas deverão levar em conta os limites do ambiente natural que se instalara.

Faz-se premente que o planejamento turístico esteja atrelado ao planejamento ambiental, partindo-se de uma visão sistêmica e integradora, já que a principal matéria-prima da atividade turística é o meio natural, bem como a formação histórica do seu espaço construído e dos modos de produção desenvolvidos pela comunidade autóctone. Para tanto é importante que sejam conhecidas as dimensões do planejamento ambiental.

O reconhecimento da dimensão ambiental no plano de desenvolvimento urbanístico é recente, já que, apenas a partir da década 1960, os cuidados com a questão ambiental emergiram no Ocidente. Esta nova racionalidade conduz a sociedade a uma reciclagem da nossa forma de agir e pensar o ambiente onde se habita; mostra que ele não é parte isolada

da sociedade, mas sim integrante, e influencia e é influenciado a partir do estabelecimento de uma rede de relações, levando a crer que planejamento territorial deve pensar o espaço sinônimo da inter-relação homem-natureza.

No século XX, grande parte dos planos territoriais constituídos adotou uma perspectiva predominantemente progressista ligada à meta de desenvolvimento econômico do crescimento ilimitado. “Os anos oitenta viram surgir uma nova modalidade de planejamento orientada para as intervenções humanas dentro da capacidade de suporte dos ecossistemas. A esse planejamento deu-se o nome de Planejamento Ambiental.” (FRANCO,2000)

O planejamento ambiental surgiu como reflexo de uma realidade resultante da degradação ambiental e humana, pois as conseqüências do modo de produção capitalista que incita a elevados níveis de consumo, não respeitando a capacidade de regeneração dos sistemas naturais, provoca neles um colapso e diminui a produtividade, que induz a uma reflexão acerca da qualidade de vida desejada.

Para tanto, de acordo com Brown (1979, *apud* SACHS,1996) “deveríamos abandonar nossa tradição de minimização de custos e substituí-la por uma nova tendência para minimizar o desperdício e a poluição, diminuir a vulnerabilidade e maximizar qualidades como a maleabilidade, segurança, conforto e beleza”, culminado em melhoria da qualidade ambiental e, conseqüentemente, elevação da qualidade de vida, por meio da disseminação e aplicação de técnicas mais sustentáveis, já que a população só pode aplicar técnicas que são de seu domínio, para então transformar a matéria-prima em artigos para fins de consumo e de reprodução social. Este progresso socioambiental só será atingido com a aplicação de um planejamento responsável ou ambiental.

Franco (2000) entende Planejamento Ambiental como “todo o esforço da civilização na direção da preservação e conservação dos recursos ambientais de um território, com vistas à sua própria sobrevivência”. Significa que, é a utilização dos recursos naturais de maneira responsável, visando à perpetuação da espécie e da qualidade do ambiente.

Deste modo, deve-se romper com o paradigma de planejamento tradicional que se apresenta estreitamente ligado à racionalidade econômica e partir para uma análise holística e voltada para as questões ambientais.

Franco, *Op cit*, discorre sobre os princípios que fundamentam o Planejamento Ambiental:

O Planejamento Ambiental pressupõe três princípios de ação humana sobre os ecossistemas, os quais podem ser combinados em diversos gradientes: os princípios da preservação, da recuperação e da conservação do meio ambiente. O primeiro é também chamado de princípio da não-ação, isto é, os ecossistemas deverão permanecer intocados pela ação humana e representam as áreas de reserva e bancos genéticos de interesse para vidas futuras, aplicando-se a territórios que mantêm seus ciclos ecológicos em funcionamento em grandes quebras nas cadeias alimentares [...] A recuperação ambiental aplica-se a áreas alteradas pela ação humana adotando-se, nesse caso e a partir de um certo momento, o princípio da não-ação no sentido de se manter uma determinada área intocável, onde, em alguns casos, presta-se um serviço de “ajuda a natureza” no sentido de provocar ou acelerar certos processos, como a recuperação de matas degradadas, onde é feito o plantio artificial de plantas nativas, e o repovoamento de peixes em lagos e rios que sofreram impactos, com a conseqüente quebra da cadeia alimentares. O terceiro caso da conservação ambiental, pressupõe o usufruto dos recursos naturais pelo homem na linha de mínimo risco, isto é, sem degradação do meio ambiente, e do mínimo gasto de energia. De outra maneira, pode-se dizer que conservar significa utilizar sem destruir ou depredar a fonte de origem de alimento ou de energia.

Ao se pensar estes princípios de forma prática, verificam as ações de recuperação e de conservação como as mais factíveis no que concerne à realidade, além do que a prevenção e a mitigação dos impactos seriam as formas mais racionais de se usufruir do meio ambiente em harmonia com ele.

A necessidade do Planejamento Ambiental aparece na Agenda 21, em seu cap.7, ao conceituar que a redução da pobreza urbana só será possível mediante o planejamento e a administração do uso sustentável do solo. Logo, o documento recomenda aos países a realização de um levantamento de seus recursos de solo para classificá-los de acordo com seu uso mais adequado, advertindo para que a noção de que áreas ambientais frágeis ou sujeitas a catástrofes devem ser identificadas para medidas especiais de proteção.

O mesmo documento reconhece que o Planejamento Ambiental deve fornecer sistemas de infra-estrutura, ambientalmente saudáveis, que possam ser traduzidos pela

sustentabilidade do desenvolvimento urbano, o qual está atrelado à disponibilidade dos suprimentos de água, qualidade do ar, drenagem, serviços sanitários e rejeitos de lixo sólido e perigoso. Logo, Planejamento Ambiental deverá promover tecnologias de obtenção de energia mais eficientes, assim como fontes opcionais e renováveis de energia e sistemas saudáveis de transporte.

Assim, pode-se considerar Planejamento Ambiental como sendo

Todo o planejamento que parte do princípio da valoração e conservação das bases naturais de um dado território como base de auto-sustentação da vida e das interações que a mantém, ou seja, das relações ecossistêmicas. Para isso, o Planejamento Ambiental emprega como instrumentos todas as informações disponíveis sobre a área de estudo, vindas das mais diversas áreas do conhecimento, bem como as tecnologias de ponta que passam a facilitar o seu meio principal de comunicação e de projeto que é o Desenho Ambiental. (FRANCO,2000)

O desenho ambiental surge como uma proposta alternativa ao modelo de planejamento urbano vigente até o período do pós-Segunda Guerra, quando emergem as discussões acerca da problemática ambiental, ocorrendo o rompimento do modelo de intervenção paisagística fíncada em moldes pitorescos ou racionalistas. O desenho da paisagem baseado apenas na estética e funcionalidade perdem a razão de ser. Este fato fica mais evidenciado a partir da aprovação do “National Environmental Policy Act” (NEPA) no Congresso dos Estados Unidos, em 1969, onde foram estabelecidos os pareceres da política ambiental americana sob os pareceres conservacionistas, instituindo uma linha de trabalho embasada na visão ecológica do mundo.

O Desenho Ambiental, incluindo ao seu escopo de trabalho os ecossistemas humanos (a *urbis*), pressupõe não somente o conhecimento científico e as tecnologias de ponta como também o sentido de *arte ambiental*. Quando se fala em ciência e tecnologia surgidas de uma base pragmática nova, o Desenho Ambiental deverá responder a elas antes de tudo como uma arte, já que só assim poderá exprimir a idéia de *totalidade*. (FRANCO,1997:11)



Desta maneira pode-se perceber o desenho ambiental como uma forma de integrar conhecimento e experiência, não somente na área do planejamento e arquitetura como também meio de estabelecer um diálogo entre as diversas áreas de conhecimento e o meio cultural vivido, considerando o potencial ambiental local.

Tomando como base o pensamento de Leff, o potencial ambiental de uma região não está restrito a sua estrutura ecossistêmica, pois engloba todos os processos produtivos que nela desenvolvem diferentes formações socioeconômicas. As formas de uso dos recursos dependem do conjunto de valores das comunidades, da significação cultural de seus recursos, da lógica social e ecológica de suas práticas produtivas e de sua capacidade para assimilar estes conhecimentos técnico-científicos modernos. Assim, a relação sociedade-natureza deve ser apreendida como sendo dinâmica, sujeita à articulação histórica dos processos tecnológicos e culturais que especificam as relações sociais de produção de uma formação socioeconômica, bem como a forma particular de desenvolvimento integrado ou de degradação destrutiva de suas forças produtivas.

Sendo assim, pode-se entender Planejamento Ambiental como o planejamento das ações antrópicas no território, embasadas na capacidade de suporte dos ecossistemas com uma visão integral, isto é, respeitando as peculiaridades locais, tendo o entendimento global, objetivando a melhora da qualidade de vida humana e ambiental. “O Planejamento Ambiental é portanto também um Planejamento Territorial Estratégico, Econômico-ecológico, Sociocultural, Agrícola e Paisagístico.” (FRANCO,2000)

De maneira geral, o planejamento tem como objetivo a determinação de um estado futuro desejado, tendo como fundamento para análise e projeção o estado atual, seguindo-se pela escolha dos instrumentos necessários e disponíveis para a realização da mudança desejada. Desta forma, os objetivos básicos indicaram “aonde” se quer chegar. Estas informações são expressas, inicialmente, em termos qualitativos.

No planejamento econômico, e muitas vezes no turístico, os planos sofrem grande influência política. Os objetivos do planejamento turístico podem envolver localidades, regiões, países e até continentes, e envolvem tanto órgãos públicos e empresas privadas desse ramo de atividade, como também fatores influenciadores em todos os níveis (BOUND E BOVY 1977:133, *apud* RUSCHMANN, 1997:85).

O planejamento de áreas turísticas deve envolver não somente os recursos, mas também a sua área de influência. Embora seja possível haver dificuldades com relação à tomada de decisões, é importante considerar as regiões geograficamente homogêneas em vez de basear os estudos e as propostas em limites políticos e administrativos. O planejamento pode ser pensado em quatro níveis – internacional, nacional, regional e local.

Analisando do ponto de vista histórico, verifica-se que poucas são as políticas voltadas para a proteção ambiental, porém as que existem relacionam-se à escala e à natureza de um recurso comum a dois ou mais países (rios, lagos, mares e montanhas). Sendo assim, recomenda-se a assinatura de acordos que determinem não só os recursos críticos ou com problemas, mas também os que merecem cuidados preventivos. A maior barreira para essas ações ainda se encontra nos diferentes enfoques e conceitos estatísticos para a preparação e implementação de planos turísticos.

Os recursos naturais de maior potencial turístico encontram-se, geralmente, localizados em pequenas comunidades, o que significa a existência de uma população fixa reduzida, cuja atividade econômica local não é tão expressiva ao ponto de originar recursos financeiros que possibilitem a realização de investimentos em estrutura e/ou equipamentos para o desenvolvimento da atividade no local.

Para que o desenvolvimento turístico no plano local seja considerado sustentável, é imprescindível a realização de uma preparação da comunidade autóctone, isto é, desenvolver uma cultura turística nas pessoas do local, para que elas possam receber bem os turistas e entender a importância desta atividade para o desenvolvimento econômico e social, a população nativa inferiorizada pelo fato de lidar com diferentes culturas, compreendendo, assim, a importância da diversidade cultural e a necessidade de preservação do modo de vida e costumes locais, devendo entender o turista como alguém que poderá contribuir para a ampliação da atividade. Para tanto é necessário, porém, que haja harmonia entre os recursos naturais, equipamentos e excelência nos serviços prestados. Outro ponto importante está na idéia de que o turista não pode se sentir explorado pela comunidade que visita, pois isto contribuirá negativamente para o marketing do destino.

Muitas vezes, para que a qualidade dos recursos naturais seja resguardada, sugere-se a sua privatização, por meio da instituição de taxas de acesso ou de ocupação. Trata-se de

uma opção para a angariação de recursos que permitam o pagamento das obras e a instituição de medidas que salvaguadem a atratividade dos locais. Essa medida encontra, contudo, resistências junto ao público que tem direito a livre acesso e a beneficiar-se dos recursos e atrativos da natureza, uma vez que eles são partes do patrimônio nacional.

A ação de planejar, para que seja bem-sucedida, deve estar ligada a uma metodologia de trabalho, já que exige a tomada de decisão e uma série de ações para a realização do que foi planejado. Cada uma das ações propostas para o desenvolvimento, seja da empresa ou do destino turístico, terá distintos níveis de importância e impactará de forma diferenciada, seja de forma imediata ou no futuro. Para tanto, estabeleceu-se a distinção da aplicabilidade em diferentes períodos – de longo, médio e curto prazos.

De maneira geral, os planos até três anos podem ser considerados de curto prazo e são pensados de modo a sanar problemas urgentes. Os planos de médio prazo são os que se estendem por cerca de cinco anos (planos quinquenais, quadrienais etc.) e se ajustam de certo modo aos mandatos governamentais. Os planos de longo prazo possuem duração maior do que dez anos e se caracterizam por maior complexidade, podendo conter vários planos intermediários de curto ou médio prazo.

Os planos de longo prazo correspondem ao chamado planejamento estratégico, e procuram estabelecer os objetivos gerais e as linhas de conduta a serem adotadas pela economia. Segundo Miglioli (1982, *apud* DIAS, 2003), “sua função principal é a de dar orientação de longo prazo à economia e assegurar a coerência e a continuidade dos planos de médio prazo”.

O planejamento pode seguir duas linhas distintas – a do planejamento tático ou operacional, que envolve ações de curto prazo e mais fáceis de serem realizadas; e a linha estratégica, compreendida em um pensamento mais complexo e ações a longo prazo, conforme é apresentado na síntese da ilustração abaixo:

Tabela 01 : Tipos de Planejamento

<b>Tipos de planejamento</b>		
<b>Características</b>	<b>Tático ou operacional</b>	<b>Estratégico</b>
<b>Temporais</b>	Curto prazo	Longo prazo
<b>Flexibilidade para alterações</b>	Alterações mais fáceis	Alterações mais difíceis
<b>Incidência de atividades</b>	Pequeno número de atividades	grande número de atividades
<b>Ambiência</b>	Ambiente interno	Ambiente externo

Fonte: Fischmann,1979, *apud* Petrocchi,1998:25

Ainda segundo as considerações acerca dos tipos de planejamento de acordo Fischmann (1979, *apud* PETROCCHI,1998:26), eis a ilustração da tabela 02:

Tabela 02: Planejamento estratégico X Planejamento tático

<b>Planejamento estratégico</b>	<b>Planejamento tático</b>
Procura defini objetivos gerais	Transforma objetivos gerais em objetivos específicos para a execução de programas ou projetos
Estabelece diretrizes e normas para o relacionamento da organização com seu entorno	Transforma as diretrizes em ações no âmbito dos sistemas administrativos
Voltado para decisões de longo prazo e grandes repercussões	Voltado para decisões em médio prazo
Indica a direção que a organização deve seguir	Dá suporte às decisões que indicam a direção a seguir

Fonte:Fischmann (1979, *apud* PETROCCHI,1998:26)

Ao se realizar o planejamento de um destino turístico, utiliza-se o planejamento estratégico na elaboração do Plano, onde está contido o diagnóstico do local. Assim, são estabelecidos objetivos mais gerais e de longo prazo e o planejamento turístico em longo prazo pode estender-se a partir da atualidade até o final da capacidade potencial de um empreendimento ou ação, visando ao desenvolvimento de novos produtos (RUSCHMANN,1997).

Outro tipo de planejamento utilizado nos destinos turísticos é tático, ou de médio prazo, que é empregado na elaboração do programa e dos projetos e contem informações mais específicas.

O programa é composto por uma série de projetos que têm relação entre si, os quais são destinados a transformar em realidade os objetivos e metas do plano. Os programas organizam e otimizam os recursos disponíveis, e os projetos são um conjunto de atividades coordenadas para a consecução dos objetivos específicos do plano.

Assim deve ocorrer, ao se planejar o incremento turístico em núcleos turísticos litorâneos que têm seu produto concentrado no binômio praia e sol. Sendo este um ambiente frágil com relação a sua ecodinâmica, deve-se ter uma visão de longo prazo, pois torna-se difícil realizar grandes modificações, em curto tempo, para atender aos novos desejos da demanda com relevante susceptibilidade a mudanças. Os equipamentos, o tipo de serviço e alguns entretenimentos poderão ser modificados, porém a base do produto continuará sendo sua característica litorânea.

No planejamento turístico de longo prazo, acontece a decisão acerca da “concepção” do produto ou da sua identidade mercadológica. Com base nesses dados, determinam-se os produtos que serão oferecidos no mercado, quem participará da sua composição, em que períodos e para quais segmentos de mercado.

O planejamento turístico de médio prazo visa à implementação de ações propostas em longo prazo, relacionadas aos equipamentos destinados ao atendimento dos desejos e das necessidades da demanda.

O planejamento de curto prazo estabelece a fase inicial da hierarquia na implantação de equipamentos e no desenvolvimento de atividades em núcleos receptores. De modo geral, são soluções que podem ser implantadas no universo temporal de um ano, e correspondem a soluções para necessidades imediatas, com vistas a viabilizar o funcionamento adequado de serviços e equipamentos turísticos.

Assim, verifica-se que, com ações bem planejadas, podem ser mitigados os impactos oriundos do turismo, contribuindo para o desenvolvimento local. De acordo com Ruschmann (1997: 73-75), existem algumas medidas, como:

- 1 Na implantação/operação de equipamentos turísticos
  - Identificar e minimizar os problemas ambientais originários da operação dos equipamentos, concentrando as atenções nos novos projetos;

- cuidar dos impactos ambientais resultantes da arquitetura, planejamento, construção e operação dos equipamentos turísticos;
- zelar pela preservação ambiental de áreas protegidas ou ameaçadas, de espécies de fauna e flora, de paisagens;
- praticar a economia no consumo de energia;
- reduzir e reciclar o lixo;
- controlar o consumo de água fresca e tratar as águas servidas;
- controlar e diminuir a emissão de gases e outros poluentes;
- controlar, reduzir e eliminar os produtos nocivos ao meio ambiente natural, como inseticidas, pesticidas, corrosivos tóxicos ou materiais inflamáveis;
- respeitar e proteger objetos e sítios históricos e religiosos;
- respeitar os interesses da população local, incluindo suas tradições, sua cultura e seu desenvolvimento futuro;
- considerar os aspectos ambientais como fatores fundamentais na capacidade de desenvolvimento de destinações turísticas.

## 2 Soluções comportamentais para a proteção do meio ambiente

Essas soluções buscam identificar as condições sob as quais os agentes individuais do desenvolvimento restringem voluntariamente o uso dos bens públicos, sem coações ou obrigações externas, controlando seus ímpetos desenvolvimentistas. Essas soluções envolvem valores sociais, tais como o altruísmo, a confiança, a consciência, as normas coletivistas, a responsabilidade social, a informação e a comunicação.

O ponto-chave para a transformação comportamental reside na disseminação de novos conhecimentos e idéias por meio da educação.

Na conjuntura da atividade turística, essa disseminação se torna difícil, uma vez que apresenta uma série de circunstâncias específicas. Ela envolve uma série de variadas empresas, organizações e indivíduos, que oferecem inúmeros produtos tangíveis e intangíveis ao mercado.

Uma das maiores barreiras para a restrição voluntária da implementação de equipamentos turísticos que provocam danos ao meio ambiente está no receio de os empresários parecerem ingênuos, nos interesses individuais. Eles, por fazerem um

sacrifício individual, serão considerados empresários simplórios e serão ridiculizados pelos seus atos.

Demonstrar aos agentes de desenvolvimento turístico os efeitos econômicos de uma atitude empresarial oportunista e de visão de curto prazo é uma das formas de estimular sua participação voluntária.

Outra medida que pode ser adotada para a mitigação do impacto da atividade turística na comunidade receptora é um estudo da capacidade de carga<sup>10</sup> da localidade.

### **3.4 Turismo e impactos socioambientais**

O grande fluxo de viajantes ao redor do globo suscita impactos positivos e negativos na economia, alterando a estrutura de trabalho, ativando e desativando diversos segmentos econômicos e influenciando diretamente os setores de transporte, construção, obras públicas, lazer, entretenimento, dentre outros. Indiretamente, afeta toda a sociedade, uma vez que a renda produzida no setor mantém outras atividades, e muitos produtos criados para atender aos turistas contribuem para o desenvolvimento de outros setores.

Esse fluxo de viajantes promove mudanças econômicas, sociais, culturais e ambientais expressivas que, se não bem dimensionadas, podem tornar o turismo um problema para as comunidades receptoras, acarretando o aniquilamento de modos de vida tradicionais e de regiões ecologicamente preservadas. Para tanto, é importante a realização de um estudo que avalie os possíveis impactos ocasionados por este fluxo. Um instrumento importante que fornece esse tipo de informações é o chamado estudo de impacto ambiental (EIA), que tem como objetivo determinar, com antecedência, fatores que possam afetar a habilidade para estabelecer um desenvolvimento desejado e os atributos que serão afetados pela atividade proposta. Os resultados podem influenciar decisões, considerando, para prosseguir, escolhas de "design", planos de construção e métodos para mitigar efeitos indesejáveis (WORLD TRAVEL TOURISM COUNCIL *apud* MANNING e DOUGHERTY, 1996).

---

<sup>10</sup> Capacidade de carga é o número máximo de visitantes que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações no meio físico e sociocultural.

O EIA no Brasil é de competência federal (lei nº. 6.938, de 31/8/81) e pode ser definido como o conjunto de procedimentos, quer sejam de natureza técnico-científica ou administrativa, destinados a analisar os efeitos dos impactos ambientais de um projeto, influenciando conseqüentemente a forma de implantação deste e controlando de certa forma os efeitos ambientais esperados.

Outro relatório utilizado para a avaliação de impactos ambientais é o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental – usado pela primeira vez no decreto federal nº. 88.351 no art. 18. Mais tarde, a resolução nº. 01/1986 do CONAMA diferencia o EIA do RIMA. Este último é, portanto, um produto do EIA que, pelo decreto nº. 8.351/83 (art.18, parágrafo 3º.), constitui-se num documento de acesso público, muito embora a lei nº. 6.938/81 (art. 10, parágrafo 1º.) já garantisse a participação da comunidade no EIA. Estes estudos são de extrema importância quando se refere à implementação da atividade turística, pois, de acordo com Ruschmann (1997:34),

Os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural.

A autora explica que os impactos se originam num processo de transformação e que não constituem eventos contingenciais resultantes de uma causa específica. Eles decorrem da interação dos turistas, comunidade e meios receptores. Às vezes, tipos de turismo parecidos causam diferentes impactos.

O papel do homem está intimamente relacionado à natureza. Mesmo sem a interferência humana, o meio ambiente se modifica, dificultando a definição das bases para os estudos de impactos. Muitos dos efeitos do turismo sobre o meio ambiente são resultados de processos ambientais normais, que ocorrem independentemente da ação do homem.

A dificuldade reside na identificação das variáveis a considerar na identificação das mudanças provocadas pelo turismo e, conseqüentemente, na determinação do que medir. Assim outro problema complementar apresenta-se na atribuição aos indicadores



selecionados, uma vez que a importância dos impactos varia nos diversos sistemas estudados.

O turismo pode causar impactos em diversas áreas, como: economia, sociedade, cultura e ambiente.

#### 3.4.1 Impacto econômico

O crescimento da atividade turística nos últimos anos movimentou quantidades consideráveis de recursos, convertendo-se na principal atividade do setor serviços em muitas localidades. Segundo estudos da Organização Mundial de Turismo - OMT (1998), as receitas médias anuais de crescimento do turismo internacional dobraram no período 1994/1998, passando de US\$ 221,3 para US\$ 444,7 bilhões.

O Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR estima que no Brasil o setor turístico gerou, em 1998, US\$ 3,6 bilhões em divisas para o País, correspondendo a 4,8 milhões de turistas estrangeiros, além de 38,2 milhões de turistas domésticos. Para tanto, 5,8 milhões de trabalhadores estão ocupando postos de trabalho na atividade, o que resulta em 16 bilhões de reais em salários.

Deste modo, é perceptível o papel do turismo como instrumento que sustêm em boa parte a economia dos países, no que concerne ao incremento econômico, tendo-se transformado num fenômeno que se mantém mesmo em momentos de crise e recessão diante de outras atividades econômicas. Esta atividade, entretanto, se não for planejada, pode sofrer com os impactos econômicos negativos, característicos, tais como:

**A sazonalidade** essa é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas áreas que elegem o turismo como atividade central de desenvolvimento. A descontinuidade do fluxo turístico está atrelada aos caprichos do clima, ao período de férias, feriados ou fins de semana prolongados. O fluxo de turistas primeiramente causa desequilíbrio na economia local. De um momento para outro, um contingente enorme de pessoas passa a adquirir bens e serviços, originando necessidades de investimento, abastecimento e atendimento. Caso esse movimento perdurasse, os problemas seriam menores. Ocorre que, em determinado

momento, a economia local é alvo grande impacto, pois os turistas se vão, retomando a comunidade sua rotina.

**A desarticulação das atividades tradicionais** – um dos aspectos que contribuem para a atração do turista são as características peculiares da cultura local, entre as quais se encontram as atividades econômicas tradicionais: pesca, artesanato de subsistência, vendas, botequins, pequenas manufaturas etc. Quando não bem dimensionado seu papel social e cultural, focando-se somente no aspecto econômico, a tendência é da subvalorização dessas atividades. Muitas vezes, a pesca tradicional não atende à demanda de consumo dos turistas, contudo ela deve ser preservada como atrativo. O ritual em torno da pesca, os equipamentos utilizados, muitas vezes, apresentam valor econômico que extrapola o valor do produto da pesca. O mesmo acontece com outras atividades econômicas tradicionais, que também devem ser recontextualizadas e redefinidas em uma nova realidade.

**A transformação na estrutura do trabalho** – ainda que existam muitos aspectos positivos quando se modifica a estrutura de trabalho nas áreas turísticas, pois são criadas novas oportunidades de geração de renda, novas expectativas e novas oportunidades de trabalho, há o aspecto de que muitos dos pontos de trabalho criados são sazonais - ocorrem no período de alta temporada, por exemplo. O fenômeno turístico cria oportunidades de emprego, deslocando trabalhadores de outros setores da economia. Em muitos locais, a agricultura perde pessoas para o turismo, surgindo atividades no campo que passam a se tornar financeiramente recompensadoras, quando até então não eram sequer remuneradas, como as atividades de limpeza, lavagem de roupa etc.

Tabela 03 Impactos Econômicos do Turismo

<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>PREJUÍZOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de Empregos</li> <li>• Geração de Rendas</li> <li>• Aumento de Divisas em Moeda Estrangeira</li> <li>• Aumento da Arrecadação de Impostos</li> <li>• Criação e Desenvolvimento de Empresas</li> <li>• Descentralização de Riquezas</li> <li>• Diversificação da Economia</li> <li>• Maior Distribuição e Circulação de Renda</li> <li>• Aumento da Renda "Per Capita"</li> <li>• Expansão das Oportunidades Locais</li> <li>• Atração de Investimentos diversificados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Especulação Imobiliária</li> <li>• Aumento da Economia Informal</li> <li>• Aumento do Custo de Vida</li> <li>• Inflação</li> <li>• Privilégio de Benefícios Econômicos</li> </ul>

Fonte: EMBRATUR (1996)

Os benefícios que o turismo traz apresentam-se de tal modo significativos que os riscos que possam trazer, na maioria das vezes, são minimizados. Entre os aspectos positivos da atividade turística, podem ser citados (MOLINA, 1997) entre outros:

1. produz divisas que contribuem para cobrir o déficit na balança de pagamentos; grande parte dessas divisas destina-se ao pagamento das importações e, mais recentemente, a saldar parte dos compromissos financeiros contraídos com banqueiros internacionais;
2. cria empregos, o que permite incorporar na vida econômica pessoas desempregadas, subempregados ou que acabam de ingressar no mercado de trabalho;
3. empregos são criados com um investimento comparativamente inferior ao exigido por outros setores da economia;
4. contribui para o desenvolvimento regional, fato significativo em países que se destacam pela concentração da atividade econômica, da renda e da riqueza;
5. aproveita recursos renováveis, característica esta que será válida, no caso dos atrativos naturais, quando na exploração destes tenham sido incorporados critérios de conservação;
6. contribui para o resgate e a conservação dos usos e costumes locais, de manifestações folclóricas, artesanais etc.;

7. em conjunto com outras atividades econômicas, pode atuar como força induz para impulsionar o desenvolvimento regional;
  8. nos países onde os deslocamentos do turismo interno são importantes, promove-se maior identificação entre as pessoas da mesma nacionalidade;
  9. favorece uma rápida distribuição geográfica de renda; e
  10. tem um efeito multiplicador significativo no conjunto da economia nacional;
- recupera e conserva valores e fatos de caráter histórico.

Assim o turismo, se planejado, pode funcionar como importante vetor de desenvolvimento econômico local, trazendo importantes ganhos relativos à geração de ocupação e renda e fortalecimento da economia.

### 3.4.2 Impacto social

O impacto social produzido pode ser considerado o choque decorrente do encontro de culturas distintas, podendo ser benéfico quando este intercâmbio acontece de modo a respeitar os valores e a estrutura de trabalho e o padrão de consumo local, ajuntando valor e enriquecendo a cultura local. Este impacto, no entanto, também pode trazer conseqüências negativas, de modo a subjugar o modo de vida e os costumes locais, criando a impressão, para os moradores do local visitado, de que seus valores são menores e que a forma de vida dos visitantes é mais interessante, provocando mudanças, muitas vezes, irreversíveis. Dentre estes impactos é possível mencionar:

**O ressentimento local resultante do choque de culturas** – a disparidade econômica entre turistas e a comunidade local pode ocasionar diversos problemas relacionados com as diferenças entre os padrões de consumo e estilo de vida. Os turistas, de modo geral, são percebidos como pessoas ricas que possuem roupas de férias, utilizam cartões de crédito, câmeras fotográficas, de vídeo, e apresentam uma ânsia de consumo de *souvenir*. Esse comportamento leva os residentes a endeusarem que a vida diária dos visitantes em seu local de origem assemelha-se ao que demonstram durante a visita, criando dessa forma uma barreira social que pode levar a atitudes antagônicas, de ressentimento ou de busca de padrões de consumo idealizados.

**Transformação da estrutura de trabalho** – as novas oportunidades de emprego geradas pelo turismo, muitas vezes, são mais adequadas aos jovens e às mulheres, suscitando a perspectiva de que esses grupos sociais aumentem a sua independência econômica. Enquanto isso, nas sociedades tradicionais, há predominância social dos homens e, entre estes, dos mais idosos, o que pode ensejar conflitos, em razão disso mudança nas relações sociais, provocando mudança na estrutura social.

**Problemas ocasionados pela saturação da infra-estrutura** – a saturação do destino ocorre, em geral, quando um ritmo acelerado de desenvolvimento ou de sazonalidade do mercado provoca a coexistência, num mesmo espaço de grande número de turistas comparado com a população local.

**Transformação dos valores e condutas morais** – a presença dos turistas provoca mudanças nos valores sociais adotados pela comunidade receptora. Entre os problemas mais freqüentes, estão: a prostituição e turismo sexual, aumento da liberdade sexual, uso de drogas, alcoolismo, comportamento agressivo e barulhento, aumento da taxa de criminalidade, exploração do trabalho infantil.

**Modificação dos padrões de consumo** – a comunidade receptora, por meio do “efeito demonstração” e mesmo do aumento do nível de renda, passa a adotar comportamentos associados a novos bens consumidos, tais como: aparelhos eletrônicos, roupas, equipamentos, que, de um modo geral estão associados à mudança de comportamento que afeta a estrutura social da comunidade residente.

**Transmissão de doenças** – os turistas podem tornar-se importantes vetores de transmissão de doenças, como AIDS, cólera ou malária, que provocam mudanças nos relacionamentos anteriormente existentes na comunidade local. Outro ponto a ser considerado é que o esgotamento da infra-estrutura (falta de água potável, incapacidade de absorção dos dejetos pela rede de esgoto, não-recolhimento de lixo etc.) poderá levar ao agravamento dos problemas de saúde na comunidade local.

**Manifestações de etnocentrismo** – o turismo é atividade diretamente relacionada com a prestação de serviços, e o aspecto de servir pode muitas vezes trazer uma condição de servilismo, minando a auto-estima das populações locais. Isto se deve ao fato de que o turista, geralmente, considera seu modo de vida superior.

**Excesso de padronização** – além da padronização de bens e serviços para o atendimento dos anseios dos turistas por instalações familiares, há um aspecto social a ser considerado, que é o da imitação de comportamentos sociais. Mudanças na forma de relacionamento, novas expressões lingüísticas, inseridas no cotidiano, passam a ser empregadas pelos diferentes grupos sociais existentes na comunidade e levam à padronização de comportamentos e atitudes que podem conduzir á descaracterização da sociedade local.

Estes impactos podem apresentar-se em maior ou menor grau, de acordo com o nível de preparo da comunidade para a recepção do fenômeno turístico como vetor de desenvolvimento humano. Com o decorrer do tempo, a comunidade passará a ter diferentes percepções acerca deste fenômeno, como explicitaram o s autores Mathieson e Well (*apud* RUSCHMANN, 1997), ao identificarem os estágios da população receptora com relação aos impactos sociais do turismo:

**1º-Euforia** – quando as pessoas vibram com o desenvolvimento do turismo, recebem os turistas, registram-se sentimentos de satisfação mútua. Oportunidades de emprego, negócios e lucro são abundantes e aumentam com o crescimento do número de turistas.

**2º-Apatia** – na medida em que a atividade cresce e se consolida, a população receptora considera a rentabilidade do setor como garantia, e o turista é considerado meio para a obtenção de lucro fácil. Contatos humanos são mais formais do que no estágio anterior.

**3º-Irritação** – se manifesta à medida em que o turismo começa a atingir níveis de saturação ou o local já não consegue atender às exigências da demanda.

**4º-Antagonismo** – existe à medida que os moradores não disfarçam sua irritação e responsabilizam os turistas por seus males e pelos problemas da localidade. O respeito mútuo e a polidez desaparecem e o turista passa a ser hostilizado pela população receptora.

**5º-Arrependimento** – ocorre quando a população se conscientiza de que, na ânsia de obter vantagens do turismo, não considerou as mudanças que estavam acontecendo nem pensou em impedi-las. Conviverá,então, com o fato de que seu ecossistema nunca será o mesmo que era antes do advento do turismo.

Tabela 04: Impactos sociais do turismo

<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>PREJUÍZOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diminuição do índice de desemprego</li> <li>• Melhoria e Desenvolvimento da Infra – Estrutura</li> <li>• Capacitação da Mão – de – Obra</li> <li>• Aumento da Mão – de - Obra especializada</li> <li>• Melhoria da Qualidade de Vida</li> <li>• Conscientização e Educação da Comunidade</li> <li>• Auto–Estima na Comunicação pela Participação Direta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Imigração Desordenada</li> <li>• Aumento da Prostituição</li> <li>• Tráfico de Drogas</li> <li>• Acúmulo de Lixo Urbano e Rural</li> <li>• Aumento da Poluição, Congestionamento, e Tráfego Urbano</li> <li>• Exploração do Turista</li> <li>• Crescimento Desordenado e Desequilíbrio</li> <li>• Aumento da Criminalidade e do Vandalismo</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento da Estrutura Urbana</li> <li>• Aumento de Atividades de Lazer</li> <li>• Incremento da Qualidade de Prestação de Serviços</li> <li>• Divulgação do Município</li> <li>• Integração e Desenvolvimento Regional</li> <li>• Contribuição para a Paz entre os Povos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desconforto da População Local</li> <li>• Evasão da População Local</li> <li>• Rejeição do Turista pelos Residentes</li> <li>• Desagregação Familiar</li> <li>• Doenças</li> <li>• Aumento da População Sazonal</li> <li>• Problemas de Infra – estrutura</li> </ul>

Fonte: EMBRATUR (1996).

Em comunidades litorâneas, como Canoa Quebrada, inicialmente isolada, este contato promoveu modificações em diferentes níveis com o passar do tempo. No início, o lugar era visitado por pequenos grupos de pessoas e havia uma relação mais estreita, que possibilitou certa aceitação popular com relação ao fenômeno turístico; entretanto, à medida do tempo, sem ter ocorrido nenhuma conscientização nem qualificação das pessoas para o turismo, aconteceram representativas transformações na sociedade local, o que ocasionou uma nova forma de percepção das relações humanas, da estrutura de trabalho e dos valores locais.

### 3.4.3 Impacto cultural

Cultura é todo o acervo de costumes, valores e crenças criados por uma sociedade que ditará seus padrões de comportamento.

O Novo Dicionário Aurélio define cultura como o ato, efeito ou modo de comportamento, das crenças, das instituições ou de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade.

Assim, pode-se considerar que os valores culturais de uma comunidade são seus maiores bens e é o que os diferencia das demais. No caso do turismo, a cultura local pode ser utilizada como atrativo da atividade, por isso a importância do respeito e conservação deste patrimônio.

A produção de artesanato, entretanto, voltada unicamente para o consumo dos turistas - como *souvenir* - descaracteriza sua função original, utilitária, dos objetos para transformá-los em itens de decoração.

Quanto aos hábitos e costumes, estes podem ser afetados de dois modos: pode ocorrer assimilação dos comportamentos dos visitantes, um fenômeno conhecido como aculturação, ou haver mudança radical no modo de vida local.

As ações mercadológicas do turismo comumente proporcionam aos turistas dos países desenvolvidos cenas e manifestações culturais dos países em desenvolvimento de forma inexata e romantizada, contribuindo para a concepção de uma imagem simplista e estereotipada.

O folclore e outras manifestações culturais da comunidade residente são na maioria das vezes apresentados aos turistas em salões especiais, com ar-condicionado e poltronas confortáveis, para evitar o contato direto do turista com os nativos, transformando-os em meros objetos de observação.

O acesso de turistas em massa pode comprometer as estruturas de bens históricos, em virtude da circulação excessiva de veículos e das ações degradadoras dos próprios turistas, nem sempre controláveis.

É importante apontar que o turismo afetará de qualquer forma a vida da comunidade. O que se discute é em que grau isso ocorrerá.



Tabela 05: Impactos culturais do turismo

<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>PREJUÍZOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização do artesanato</li> <li>• Valorização da herança cultural</li> <li>• Orgulho étnico</li> <li>• Valorização e preservação do patrimônio histórico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descaracterização do artesanato</li> <li>• Vulgarização das manifestações tradicionais</li> <li>• Arrogância cultural</li> <li>• Destruição do patrimônio histórico.</li> </ul>

Fonte: Embratur (1996)

Deste modo, o turismo pode funcionar como agente de valorização e divulgação cultural, ou como fator de descaracterização, chegando até à destruição do patrimônio cultural. No caso de pequenos núcleos turísticos primitivos, este desaparecimento pode decorrer da falta de preparo e da conseqüente ausência de planejamento direcionado para o desenvolvimento local.

#### 3.4.4 Impacto ambiental

O ambiente, seja natural ou artificial, é a base do produto turístico. Quando, porém, a atividade turística passa a fazer parte da realidade de um local, o ambiente é invariavelmente modificado, seja para facilitar o acesso ao destino, seja durante o processo de desenvolvimento da atividade. Portanto, a conservação ambiental e melhoramento o de ambientes atingidos pela degradação constituem parte fundamental do plano de desenvolvimento local.

Os impactos ambientais associados à atividade turística podem ser positivos ou negativos, tendo efeitos diretos, indiretos ou induzidos. Não é possível fomentar o turismo sem que ocorram impactos no ambiente, no entanto, é possível, por meio do planejamento, gerenciar esta atividade para que os impactos negativos sejam minimizados.

Para a compreensão do que seja impacto ambiental, serão apresentadas algumas definições que fundamentarão este estudo.

De acordo com a resolução 001 do CONAMA (23/01/86), pode-se definir como “impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas (...)” que afetam: 1- a saúde, a segurança e o bem-estar da população; 2- as atividades sociais e econômicas; 3- a biota; 4- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; 5- a qualidade dos recursos ambientais.

Observa-se que muitos fatores ambientais são interdependentes, e mesmo que não sejam diretamente atingidos, podem sofrer conseqüências, como exemplos pode-se citar a destruição de recifes de coral que acarretará na diminuição da diversidade de peixes local e de outros seres vivos que deles se alimentam; ou a poluição causada pelo derramamento de petróleo nos oceanos, que tem representativos efeitos negativos na pesca, nas cadeias alimentares, dado que o óleo mata o plâncton<sup>11</sup> e os peixes pequenos e afeta também áreas sociais, porque ocasionará a proibição do uso das praias afetadas.

Deve-se, no entanto, lembrar que tanto o conceito de impacto quanto a poluição<sup>12</sup> apresentam-se antropocêntricos, como anota Tommasi (1994, *apud* FRANCO, 2000), uma vez que estão fundamentados nos efeitos das ações humanas sobre os ecossistemas e sobre a própria sociedade e sua economia. Desta forma, a poluição natural passa a não existir e impacto ambiental, portanto, refere-se às ações humanas, mesmo que sob forma de inundações, secas, terremotos e outros fenômenos de grande porte. Assim, como não é possível estabelecer um modelo generalizado de impacto ambiental, dada a imensa variedade de interações dos parâmetros ambientais e os ecossistemas, deve-se levar em consideração a capacidade de resiliência de um dado ecossistema, isto é, o limite da capacidade de recuperação do sistema e seu retorno ao seu equilíbrio após o término da ação impactante. Se um dado impacto tiver, portanto, uma magnitude superior à capacidade de resiliência de um ecossistema, ele entrará em processo de morte ou extinção.

Outra definição que se considerou foi a da Fearo (Federal Environmental Assessment Review Office) em (1979, *apud* FRANCO, 2000) que definiu impacto ambiental como sendo:

---

<sup>11</sup> Pequenos organismos que vivem livremente na coluna de água, sendo arrastados pelas correntes oceânicas e encontram-se na base da cadeia alimentar dos ecossistemas aquáticos.

<sup>12</sup> Corresponde à ação de sujar ou contaminar o ambiente com produtos resultantes da ação humana.

Processos que perturbam, descaracterizam, destroem características, condições ou processos no ambiente natural; ou que causam modificações nos usos instalados, tradicionais históricos, do solo, e nos modos de vida ou na saúde de segmentos da população humana; ou que modifiquem de forma significativa, opções ambientais.

Para tanto, ao se avaliar os impactos ambientais, é necessário, inicialmente, compreender a ecodinâmica<sup>13</sup> do sistema natural que está sendo analisado, considerando seu histórico de evolução. Deste modo, é perceptível que qualquer alteração antrópica no ambiente natural concorre para modificações, como confirma a ACIESP, 1987 (Associação das Indústrias do Estado de São Paulo) (*apud* FRANCO,2000), quando expressa que impacto ambiental é “toda e qualquer atividade, natural ou antrópica, que produz alterações bruscas em todo o meio ambiente ou apenas em alguns de seus componentes. De acordo com o tipo de alteração, pode ser ecológico, social ou econômico.”.

Não existem, contudo, modelos determinados e de aceitação geral para a avaliação de impactos ambientais. E, em muitas destinações turísticas ambientalmente sensíveis, como o ambiente costeiro, existem poucos órgãos para salvaguardar o meio ambiente com relação ao desenvolvimento do turismo. Isto é importante, porque os impactos ambientais gerados pela atividade turística são significativos para a atividade e podem, posteriormente, afetar o desenvolvimento.

O turismo pode causar impactos ambientais em todos os recursos naturais: na água, na terra, nas florestas, nos animais silvestres, nas plantas de um modo geral, na paisagem; quando não bem dimensionados, podem-se tornar irreversíveis, prejudicando a comunidade autóctone atual e as gerações futuras que terão danificada sua qualidade de vida.

Para tanto, é importante identificar os impactos relacionados a esta atividade, pois é mais fácil evitar o dano ambiental, seja modificando, seja rejeitando o empreendimento, do que tentando corrigi-lo, uma vez implementado o projeto; projetos que estão estreitamente relacionados a áreas de grande beleza podem-se tornar inviáveis se degradarem o meio ambiente. Sendo as paisagens importantes atrativos turísticos, ao sofrerem relevantes alterações em virtude da construção de equipamentos e instalações para os turistas, podem, além de descaracterizadas, se tornar pouco atrativas.

---

<sup>13</sup> É a articulação dos elementos do meio ambiente e seu processo de evolução natural.

Resta, claro que a atividade turística, além provocar mudanças profundas na economia local, também ocasiona mudanças nas paisagens, sendo que os caminhos que irão tomar essas alterações devem ser direcionados por um planejamento cuidadoso, voltado para o longo prazo. O turismo é uma atividade em que os consumidores (os turistas) podem consumir o produto turístico sem esgotá-lo; contudo, para que isso ocorra, é necessária a conscientização de um conjunto de atores – empresários, operadores turísticos, turistas, residentes, autoridades locais, ONG's – de que há muito mais a ganhar na preservação dos atrativos naturais e culturais do que na exploração indisciplinada e voltada para a obtenção de resultados financeiros em curto prazo. O turismo é uma atividade que, se bem planejada, pode oferecer retorno permanente às comunidades, uma vez que, diferentemente da atividade industrial tradicional, não transforma os recursos, para serem levados como produtos comercializáveis em outras regiões. A peculiaridade da atividade turística é a utilização dos recursos naturais e culturais na comparação de um produto comercializável que não por ser deslocado e deve ser consumido no mesmo local. E, mais importante, quanto menos modificado o recurso, maior o valor do produto turístico.

Portanto, o turismo pode originar ganhos locais, já que o produto turístico não pode ser consumido em outras regiões. Seu consumo deve ser administrado pelas próprias comunidades que, numa perspectiva mais ampla, na realidade, integram o produto turístico.

Tabela 06: Impactos ambientais do turismo

BENEFÍCIOS	PREJUÍZOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recuperação psicofísica dos indivíduos;</li> <li>• Utilização mais racional dos espaços e valorização do convívio direto com a natureza</li> <li>• Criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e, ainda, de monumentos históricos</li> <li>• Empreendedores turísticos investem em iniciativas preservacionistas, para manter a qualidade e conseqüente atratividade dos recursos naturais e socioculturais</li> <li>• Promove-se a descoberta e a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O turismo implica a ocupação e a destruição de áreas naturais que se tornam urbanizadas e poluídas pela presença e pelo tráfego intenso de turistas</li> <li>• Poluição visual provocada pela construção de equipamentos turísticos modifica o meio, descaracterizando a paisagem</li> <li>• Poluição do ar, provocadas pelos motores, produção e consumo de energia</li> <li>• Poluição da água provocada por: descarga de águas servidas <i>in natura</i>, falta ou mau funcionamento dos sistemas de</li> </ul>

<p>acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões não valorizadas, a fim de desenvolver o seu conhecimento por meio de programas especiais (ecoturismo)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A renda dessa atividade, tanto indireta (impostos) quanto direta (taxas, ingressos), proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas.</li> </ul>	<p>tratamento; descargas de esgotos de iates de recreio, gases emitidos por barcos a motor</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Poluição sonora</li> <li>• Destruição da fauna e da flora.</li> </ul>
---	---

Fonte: Embratur (1996)

### 3.4.5 Turismo como agente modificador da paisagem

Na cidade há cores, odores, hábitos e costumes, história e memória. A percepção urbana é uma prática cultural que concretiza uma percepção de cidade (GRINOVER, 2002 *apud* FERRARA, 1998) e apóia-se, de um lado, no uso urbano e, de outro, na imagem física da cidade. As imagens que são o resultado de um processo de troca entre o observador e seu ambiente. No processo de percepção e recepção, o visitante é ativo, pois seleciona, de acordo com seus próprios critérios de significação, os elementos que devem compor a imagem.

O intercâmbio de valores entre visitado e visitante proporciona enorme riqueza de conhecimentos, modificando sua visão de mundo e reunindo valores claros ao relacionamento humano. A dimensão dessas transformações permite novas conformações sociais e culturais. A influência promovida pelas interações, que ocorrem em localidades de grande vocação turística, diz respeito ao modo de vida da população autóctone, à expressão lingüística, à gastronomia, aos hábitos de entretenimento. Assim sendo, a viagem, como experiência para o turista, pode resultar num movimento preciso da construção social do indivíduo, da afirmação da individualidade e da socialização. De acordo com Grinover,

(2002), após uma experiência da viagem alguém conclui que “viajar consiste em ir e voltar modificado”.

As paisagens não são uniformes nem universais. De acordo com Meneses (2002), se a paisagem não é fato universal, não são universais as inúmeras formas que assume a superfície do planeta sobre o qual vivemos. Ainda para o autor, a apropriação estética é fundamental na construção da paisagem. Entenda-se o estético como se referindo não à beleza, mas ao universo mais amplo, complexo e rico da percepção. Trata-se, portanto, de algo de extrema relevância, pois os sentidos são a principal ponte de comunicação entre o sujeito e o mundo externo. Por isso, as condições de “legibilidade e “imaginabilidade” da paisagem (Berleant) ou sua capacidade de preencher uma expectativa formal (Cauquelin) constituem fatores importantes da apropriação estética.

Para Augustin Berque (*apud* MENESES, 2002), a paisagem não é um objeto. Para compreendê-lo, não basta saber como agenciam morfologicamente os componentes do ambiente, nem como funciona a fisiologia da percepção, pois é preciso também conhecer as determinações culturais, sociais e históricas da percepção – isto é, aquilo que elabora a subjetividade humana.

Desta forma, percebe-se que a percepção da paisagem não é única. Cada sujeito tem uma leitura diversa do outro. A noção de paisagem, os valores que a sociedade imprime por intermédio da paisagem são conceitos subjetivos.

Para o entendimento da paisagem como prática cultural, deve-se buscar verificar seus efeitos e o alcance dessa prática no interior da sociedade. Para Meneses (*Op cit*), a paisagem, que dessa forma serve de ponte entre o mundo humano e o não-humano, não é apenas uma cena natural, nem mesmo apenas a representação dessa cena, mas uma “representação natural de uma cena natural, um traço ou ícone da natureza na própria natureza”.

A paisagem é uma representação histórica e dinâmica, pois oferece pistas materiais que permitem a percepção do seu caráter histórico, que diz respeito ao uso que as sociedades fizeram dela, sendo indiscutível o papel de fixação de identidade, sendo entendida como a edificação e expressão do caráter nacional.

De acordo com Meneses (2002), falar de identidade não é pressupor uma harmonia capaz de produzir, por sua própria força, unidade e solidariedade. Ao contrário, a

instrumentalização da paisagem como vetor de identidade nacional muitas vezes fez-se no conflito. Pode-se falar, sem excesso, em guerras de paisagens.

A cidade não pode mais ser apreendida em um simples golpe de olhar, pois o seu crescimento fez com que sua percepção se tornasse fragmentada.

Segundo Carlos (2002), a natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ou de formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos.

O apelo visual da imagem dos atrativos turísticos está vinculado ao sistema cultural em que esta imagem foi produzida. A combinação entre divertimento e prazer constitui moldura para o turismo.

O olhar constitui um instrumento de mediação entre o objeto concreto e a capacidade perceptiva do observador, que ascende do seu conhecimento prévio e sua imaginação. A partir desta conjunção, é apreendida a imagem.

De acordo com Fiedler (*apud* FERRARA, 2002), toda imagem registra o elemento visual dos processos de representação, oscilando, porém, entre o hábito e a experiência de ver. Essa oscilação manifesta-se quando se interpreta a natureza da imagem para tentar delinear sua antologia. Como consequência disto, é possível falar em visualidade, que corresponde à elaboração reflexiva do dado visual, transformando-o em fluxo cognitivo e evolutivo.

A paisagem urbana constitui-se de cenários da convivência social, constituída a partir de fragmentos que somente fazem sentido quando inseridos em uma totalidade, seu domínio visual abrange formas e proporções variadas, edificações e seus conjuntos e a relação entre o espaço edificado e o natural. Para Sherer (2002):

A paisagem urbanística é o conjunto constituído tanto pelas edificações como pelas relações que se estabelecem e sua inserção na malha urbana. A paisagem urbanística dialoga com o sítio, com a paisagem natural e, deste diálogo, participam tanto as edificações monumentais quanto os produtos da arquitetura comum e também as resultantes das diferentes modalidades e autoconstrução. Isto é, a paisagem urbana e o urbanismo em seu interior evidenciam o modo como nos núcleos urbanos se relacionam as instituições e as diferentes classes sociais, em síntese: materializam a um só tempo a estruturação física e social interna das cidades.

Desta forma pode-se dizer que a paisagem urbana relata a história de cada sociedade, na medida em que o espaço novo edificado dialoga com o espaço preexistente.

Segundo Milton Santos (1997), as paisagens são arranjos de formas de um dado momento histórico. As formas ou artefatos de uma paisagem, para o autor, “são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente (...) a refletir os diferentes tipos de estrutura, aí estão as diferentes formas reveladas naturais e artificiais”. Assim, as paisagens são produtos e agentes do processo de produção do espaço.

Sendo a paisagem o principal objeto de atratividade para o turismo, e entendendo-se que ela é produto da relação entre a sociedade e o meio natural, fica fácil perceber a importância da qualidade paisagística como um componente do *marketing* turístico e a sua estreita relação com o meio natural.

Os movimentos entre sociedade e natureza se articulam, de modo a produzir novas formas, funções, estruturas e processos na sua totalidade. De acordo com Pinheiro (2001), a unidade do homem com a natureza sempre existiu em todas as épocas, de formas diferentes, segundo o desenvolvimento das forças produtivas. Estas forças condicionam e são condicionadas pelas atividades humanas em determinado tempo e espaço. Assim, pode-se dizer que a natureza é uma condição material da produção e reprodução das relações sociais, sendo a divisão entre sociedade e natureza a representação do distanciamento entre produtor e produto.

Para Milton Santos (1997), espaço geográfico pode ser definido como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O autor ainda propõe “entender o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações (...) o espaço é também e sempre formado de fixos e fluxos”. Estas definições descrevem bem o fenômeno turístico, já que este é composto de uma dinâmica fixa, mas não estática, caracterizada pelos centros emissores de demanda, de onde se originam os fluxos para os núcleos receptores.



A relação entre esta dinâmica de fixos e fluxos se utiliza de uma base física natural nomeada por Milton Santos como meio ecológico, que compreende “o conjunto de trabalhos territoriais que compõem o trabalho humano”.

No estudo do turismo, o meio ambiente natural é ponto fundamental, principalmente porque ainda é pouco valorizado pelo trabalho humano. É detentor de paisagens notáveis, muito valorizadas pela ideologia do ecoturismo, que, muitas vezes, tenta incorporar áreas de relevante valor ecológico e paisagístico no circuito da atividade turística, com o argumento de promoção da sustentabilidade turística e como mais uma opção de fomento e apoio às áreas de proteção ambiental. Este tipo de turismo tido como sustentável é caracterizado, de acordo com Ruschmann (2002), como o turismo “brando”, ecológico, naturalista, personalizado e em grupos pequenos de pessoas (...) atividades seletivas realizadas em equipamentos qualitativamente estruturados, tanto nos serviços prestados como em sua arquitetura e seu tamanho (...), o que por sua vez (...) incrementará os custos de seu desenvolvimento, que se reverterão no aumento do preço das viagens para os turistas. Em consequência da necessidade premente de limitação da capacidade de carga destes espaços, implicará restrição da oferta, havendo uma demanda bem maior. Neste contexto, somente os turistas de elite terão acesso a este espaço. A sustentabilidade desta atividade, entretanto, em longo prazo é questionável.

A paisagem é claramente um recurso turístico. Para Tricard (*apud* RODRIGUES, 2001), a paisagem é a porção de um espaço perceptível a um observador onde se inscrevem uma combinação de fatos visíveis e invisíveis, e inter-relações, cujo resultado global só se percebe resultado global, em determinados espaço e tempo. Pode-se dizer, então, que a paisagem é a resultante do acúmulo de impressões culturais, processos produtivos, políticas e econômicas das sociedades ao longo dos tempos.

Cenas de natureza praticamente intocada, o bucolismo de uma cidade eminentemente rural, bosques e florestas, atraem os turistas, sendo, pois, a relação social com o ambiente e sua produção um atrativo para os turistas que buscam destinos que os “desliguem” da sua realidade conturbada.

Segundo Rushmann (2002) a inter-relação do turismo com o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a “matéria-prima” da atividade. Destaca,

também, que a deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos (...) a deterioração dos ambientes pela poluição sonora, visual e atmosférica, a violência, os congestionamentos e as doenças provocadas pelo desgaste psicofísico das pessoas são as principais causas da “fuga das cidades” e da “busca do verde” nas viagens de férias e finais de semana. Nessas ocasiões, o homem urbano, agredido em seu próprio meio, passa a agredir ambientes alheios.

Deste modo, observa-se uma falta de cultura turística, uma vez que os visitantes se portam de maneira alienada ao meio que visitam, não demonstrando nenhuma responsabilidade com a preservação do destino, tanto no âmbito do meio natural quanto da cultura tradicional; entendendo que têm pleno direito de usufruir daquilo que compraram e que o tempo de sua permanência não interferirá de forma significativamente negativa.

É inegável o compromisso do turismo com a preservação da diversidade biológica e a necessidade de uma educação para o turismo ambiental, já que uma das maiores motivações dos turistas é a fuga do caos urbano em busca do contato com o meio natural. Além do mais, a proteção ambiental poderá converter-se em aliada para o *marketing*, juntando, assim, a preservação natural e cultural com a preocupação com o bem-estar do turista.

Para tanto, é necessário que se preserve a identidade biológica e cultural da sociedade que optar pela atividade turística como forma de desenvolvimento, pois o indivíduo que se sente pertencente a um grupo desenvolve solidariedade social, isto é, terá maior auto-estima e orgulho de ser e de pertencer ao lugar, o que ensejará um sentimento de querer cuidar do lugar exatamente por que aquelas impressões espaciais fazem parte da história de vida deles e o ambiente natural também é a extensão da sua casa. Portanto, é essencial que seja bem cuidado e preservado, para que, quando as visitas (turistas) chegarem possam apresentar um espaço agradável e com qualidade estética.

Este cuidado com o espaço/paisagem e perpetuação da identidade cultural deve fazer parte do planejamento local, porque é justamente a peculiaridade do modo de vida e a beleza da paisagem, aliadas a equipamentos turísticos harmônicos com o local, que farão com que o destino turístico possa permanecer atraente por um período maior. Caso contrário, este percorrerá o caminho nascimento, ápice e declínio, rapidamente, o que denominamos de ciclo de vida dos destinos turísticos.

#### 4 CARATERIZAÇÃO DA ZONA COSTEIRA: DO BRASIL A CANOA QUEBRADA

Para a caracterização ambiental da zona costeira objeto de estudo, faz-se necessária a elaboração de uma síntese dos aspectos geoambientais da costa brasileira. A integração dos processos morfológicos, eventos geológicos e a biodiversidade mantém estrita interdependência em relação às diversas formas de utilização deste território. Para uma introdução integrada da faixa litorânea e seus reflexos na de Canoa Quebrada, é importante iniciar com a definição de zona costeira.

De acordo com o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, zona costeira pode ser considerada "espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre". (Lei nº 7.661 de 16/05/1988, Art. 2º, parágrafo único).

A zona costeira brasileira abrange um total de 8.698 km de extensão e largura variável, contemplando múltiplos ecossistemas de significativo valor ambiental. Pode ser considerada uma região de contrastes, pois possui áreas de intensa urbanização, com o desenvolvimento de atividades portuária, industrial e turística, que se combinam com áreas de baixa densidade de ocupação.

Essa faixa *stricto sensu* reúne quase um quarto da população do País, em torno de 36,5 milhões de pessoas (censo de 2000) distribuídas em cerca de 400 municípios, com uma densidade média de 121 hab./km<sup>2</sup>, seis vezes superior à média nacional (20 hab./km<sup>2</sup>). Treze das dezessete capitais dos estados litorâneos situam-se à beira-mar. As atividades econômicas na zona costeira são responsáveis por cerca de 70% do PIB nacional.

Em decorrência do aumento da de ocupação, decorrente da atividade turística e da especulação imobiliária de segunda residência, demanda ações preventivas, com um planejamento que apresente consonância entre as questões da dinâmica ambiental e econômica.

Assim, observa-se que litoral brasileiro, além de intensamente ocupado, pode ser considerado um dos mais complexos sistemas morfodinâmicos do Planeta, já que suas dimensões continentais estão submetidas a distintas condições climáticas, fontes de

sedimentos, mudanças de marés e correntes marinhas, sendo composto por grande número de unidades morfossedimentares e litológicas em contato com a linha de costa.

A figura 01 mostra uma classificação para a costa brasileira, segundo Silveira (1964) e Martins & Coutinho (1981) que definiram 5 setores (A Costa Norte, Costa Nordeste, Costa Este ou Oriental, Costa Sudeste e a Costa Sul).

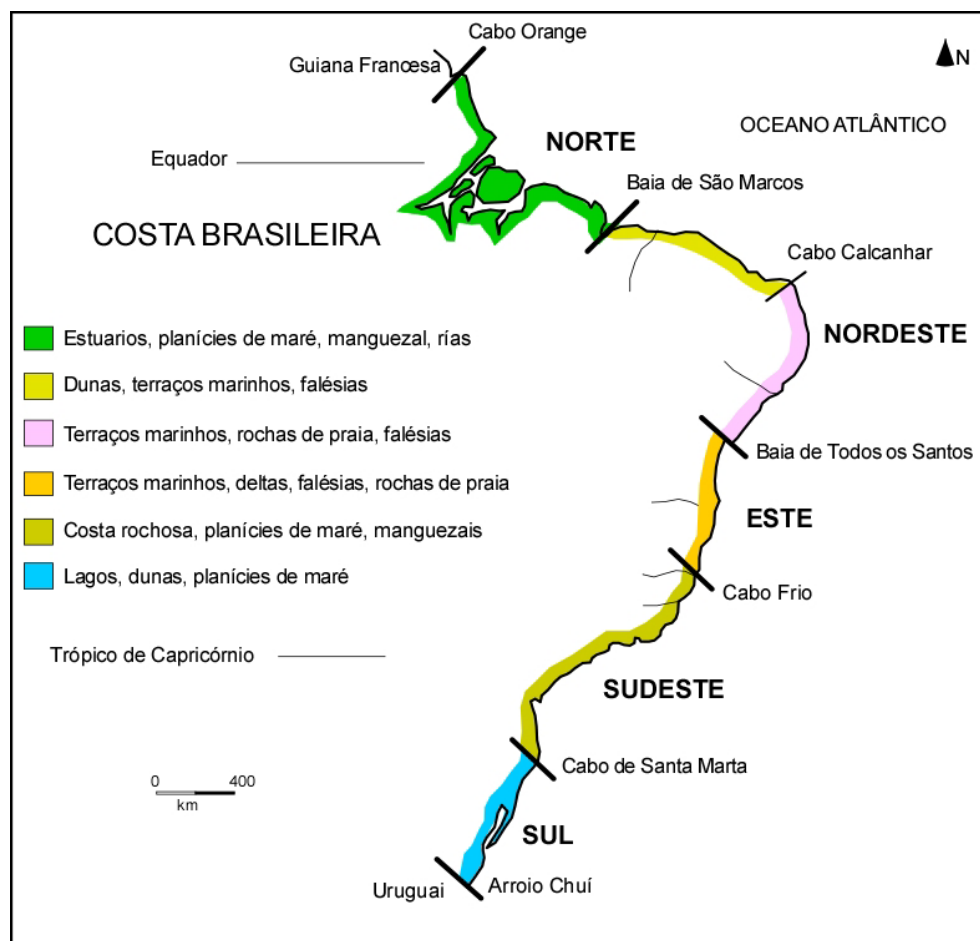


Figura 01: Compartimentação regional de la costa brasileña, con los principales geoelementos

Fonte: Arquivo J. Meireles (2005)

É importante destacar o fato de que no Nordeste do Brasil registram-se os maiores campos de dunas, que freqüentemente cobrem unidades morfológicas originadas pelos eventos eustáticos (mudanças do clima e do nível do mar) como, por exemplo, os campos do Ceará e do Maranhão, com a presença de várias gerações em uma grande área geográfica, sobre terraços marinhos, antigos vales de estuários e falésias mortas.

No Ceará, a zona costeira compreende um trecho de 573 km de extensão, com espessura variada. Caracteriza-se por ser uma faixa de terras constituída de sedimentos predominantemente arenosos de origem continental, tendo sido depositados pela ação fluvial, trabalhados e mobilizados pela abrasão marinha e ação eólica. Segundo Souza (2000), os aspectos da morfologia costeira são determinados pela acumulação e desenvolvimento de estiramentos, dependendo da carga aluvial depositada pelos rios de maior capacidade energética.

Por ser um ambiente dinâmico e de extrema fragilidade, em virtude da constante ação dos processos de transporte, acumulação de sedimentos e de erosão que atuam ao longo dos ambientes costeiros, os faz diretamente dependentes da conservação de seus componentes bióticos. Sendo assim, somente uma cobertura vegetal bem desenvolvida pode contribuir para a bioestabilização destes ambientes.

Esta alta instabilidade faz com que este ambiente tenha reduzida capacidade de resistência aos impactos ambientais provenientes de atividades socioeconômicas.

Segundo Mateo (1984, *apud* SILVA, 1993) nas inter-relações dos fluxos de matéria e energia que atuam na dinâmica costeira, destacam-se os fluxos aéreos, de correntes marinhas, de marés e ondas, de água fluvial, de água doce subterrânea, de água salgada subsuperficial e os fluxos gravitacionais.

Desta forma, a dinâmica e a morfologia das dunas estão intrinsecamente relacionadas à intensidade e velocidade dos ventos alísios. Em razão da constância eólica no litoral cearense, os campos de dunas, especialmente as dunas móveis, avançam sobre os outros ecossistemas, transformando-os, criando, desta forma, outras formas de paisagens em determinados locais.

A cobertura vegetal tem função bioestabilizadora, atenuando nos processos da dinâmica costeira. Além de amenizar os processos geomorfológicos, a vegetação atua na pedogênese que favorece a estabilização ambiental e a sucessão vegetal, proporcionando o desenvolvimento de comunidades fitoecológicas mais complexas.

Meireles (1997 *apud* SILVA, 1993) destaca diferentes evidências das oscilações do nível do mar, na planície costeira cearense, referentes aos dois últimos níveis mais altos. Essas oscilações indicam a presença de feições morfológicas, como eolianitos,

paleomangues, terraços marinhos, dunas, “beachrocks”, promontórios e falésias mortas, que testemunham antigas linhas de costa.

As falésias mortas e cordões dunares, estabilizados e afastados da faixa de praia, são indicativos de processos de regressão marinha, podendo ser tidos como exemplos de testemunho das regressões, as falésias mortas, ao longo do litoral de Icapuí.

Por possuir uma costa predominantemente arenosa, o litoral do Ceará recebe a influência determinante dos agentes e ações da deriva litorânea.

Embora os ventos tenham um papel importante nos processos de geomorfogênese do litoral, as condições pluviométricas também influem diretamente na dinâmica dos ambientes costeiros. O regime de distribuição pluvial determina a estacionalidade da drenagem hídrica superficial e o reabastecimento dos aquíferos subterrâneos, influenciando no deslocamento, acúmulo de sedimentos e processos de migração de partículas nos solos e camadas sedimentares.

A ação conjunta de todos os processos e fluxos energéticos e materiais faz com que a paisagem do litoral cearense esteja em permanente estado de transformação.

Com efeito, faz-se necessária a compreensão dos processos ecodinâmicos nas paisagens litorâneas nos planos, projetos e políticas vinculados à sustentabilidade.

#### 4.1 Unidades geomorfológicas

Da mesma forma, é interessante a compreensão das unidades geomorfológicas para a elaboração de modelos que reflitam a evolução de zona costeira e possibilitar diagnósticos mais precisos para auxiliar no processo de planejamento e na gestão.

A zona costeira cearense apresenta um conjunto de ecossistemas de alta relevância ambiental e grande diversidade natural.

Geologicamente, a zona litorânea é constituída por sedimentos tercióquaternários da Formação Barreiras, sobrepostos a depósitos holocênicos de dunas, praias, mangues e aluviões em superfícies localizadas.

Ressalta-se que a Formação Barreiras apresenta material de textura areno-argilosa de coloração creme-amarelada ou vermelha.

O relevo da plataforma litorânea é relativamente plano, alternado como fundos ondulados, recifes irregulares e campos de ondas de areia, além de feições morfológicas denominadas – *beachrocks* – nas proximidades da linha de costa

**Os tabuleiros pré-litorâneos** constituem a forma de relevo da superfície da Formação Barreiras. Sua altimetria varia de 80 a 100 metros até o nível de base, na linha de costa, às vezes, aflorando com cotas maiores próximo à praia, formando as falésias. Na porção litorânea são talhados pela ação abrasiva do mar.

A **planície fluvial** resulta do acúmulo decorrente de ação fluvial. Sujeitas a inundações periódicas, apresentam as melhores condições de solos os aluviões constituídos por areias de granulometria de fina a grossa, estando, às vezes, misturadas com outros materiais, como silte, argila, cascalho e blocos, além de possuir boa disponibilidade hídrica.

Entre as planícies fluviais de maior largura, que chegam próximo ao mar, destacam-se as dos rios Jaguaribe e Acaraú.

As praias são formadas por sedimentos arenosos, cascalho, pequenos seixos e restos de conchas transportados pelas ondas e correntes marinhas. Sazonalmente, ocorrem modificações em suas feições, em consequência dos processos de deposição de sedimentos arenosos causados mais intensamente na preamar e dos processos erosivos na baixa maré que deixam a mostra os denominados – *beach rocks*. Assim, pode-se dizer que a maioria dos sedimentos que compõem a faixa praial são de origem continental e trazidos até o litoral pela drenagem fluvial.

Morais *et al*, (2002:122) definem praia como sendo: perfis intermediários com variação de morfologias evidenciadas a cada subida de maré e mudanças do ângulo de ataque das ondas (...) corresponde à faixa de terras emersas e submersas que vai do nível máximo de influência das marés altas (pós-praia) até a zona onde ocorre a movimentação de sedimentos pelas ondas (antepraia).

Nas diferentes configurações das faixas praias do Ceará, são identificadas morfologias planas ou com maior declividade, sendo geralmente mais largas e rasas,

quando situadas a sotamar dos promontórios, como nos caso de Jericoacoara e Ponta Grossa.

Pós-praia é definida por Morais *et al* (2002) como a área acima da influência da maré alta e que somente é atingida pelas ondas de ressaca ou tempestade ou em marés excepcionalmente altas.

Na constituição da pós-praia, os sedimentos arenosos são mais grosseiros do que os dos campos de dunas, uma vez que as partículas de quartzo de menor granulometria são levadas pela ação eólica.

Em alguns trechos litorâneos, não ocorre a presença da faixa de pós-praia, sendo o contato da praia direto com as dunas, falésias ou planícies fluviomarinhas. A largura da faixa de pós-praia também é bastante variada ao longo do litoral. Essas modificações ocorrem em função de aspectos relativos às oscilações do nível do mar e da geomorfologia local.

A zona interdital ou estirâncio é a parte do litoral exposta na maré baixa e, subseqüentemente, recoberta pelas águas de maré alta. A zona de antepraia (*fore shore*) é a parte da zona litorânea permanente coberta de água, mas que pode ser descoberta excepcionalmente na maré baixa. Considerando-se a influência das ondas, são definidas também três zonas: de arrebentação, de *surf* e de espraiamento. A zona de arrebentação é o local onde as ondas começam a ficar mais instáveis e quebram, gerando a zona de *surf* com ondas menores e que são projetadas para a face de praia, gerando a zona de espraiamento. A zona de *surf* é gerada como consequência do quebramento das ondas (MOARAIIS *et al*, 2002).





Figura 02 *Beach rocks* entre Canoa Quebrada e Porto Canoa.  
Fonte: Projeto Canoa, PMA - 2002

Na zona submersa, que corresponde ao perfil de praia submarino, é comum a presença de rochas de praias associadas ao material arenoso, evidenciando antigas plataformas de abrasão e de recuo de falésias. Esses afloramentos rochosos, quando presentes nas zonas *off-shore* do Pontal de Maceió, Canoa Quebrada, Ponta Grossa e Redonda, participam ativamente no processo de circulação das correntes e sedimentos costeiros mediante a divergência e refração das ondas incidentes. Além disso, em alguns pontos, como em Canoa Quebrada, o alinhamento paralelo dessas estruturas em relação à linha de costa faz com que elas amortecem a energia das ondas, protegendo a praia (MOARAIIS *idem*).

Campos de dunas são constituídos pelo mesmo material da faixa praias, sedimentos areno-quartzosos holocênicos selecionados pelo transporte eólico, estando, geralmente, sobrepostos a uma litologia mais antiga. Esses sedimentos possuem uma granulometria de fina a média com forma homogênea e arredondada, coloração amarelo-esbranquiçada. Em sua maioria, as areias quartzosas são de origem continental e foram transportadas pelos rios até a zona litorânea. Posteriormente, são retrabalhadas pelo mar e depositadas na praia pela ação da deriva litorânea.

As praias com baixas declividades e cursos d'água que trazem grande aporte de sedimentos favorecem a formação das dunas, como ocorre nos Lençóis Maranhenses, Delta do Parnaíba e em grande parte do litoral cearense. Influenciam, também, na formação de extensos cordões dunares: a intensidade, direção e velocidade dos ventos, baixa umidade atmosférica e precipitações irregulares ou escassas.

No Ceará, o que mais caracteriza a zona litorânea é um extenso cordão de dunas que margeia de forma quase contínua toda a costa, sendo interrompida às vezes pela presença de falésias, que é o contato direto dos Tabuleiros Costeiros com a zona de arrebentação, ou vezes pela presença de planícies Flúvio-Marinhas.

Segundo Morais *idem*, a concentração de dunas ocorre em três faixas distintas. A primeira é composta por dunas inativas que não têm contato com o litoral e estão separadas da praia por espessa vegetação. Situam-se a 35 metros de altura, formadas de areia média a barlavento e grossa a sotavento, de cores avermelhadas e amareladas e com potencial de fluxo subterrâneo.

A segunda faixa situa-se entre as praias de Retirinho e Canoa Quebrada, acima das falésias vivas em cotas de 7 a 11 metros, também inativas do tipo parabólica edafizada, de coloração amarelada. A terceira faixa são os lençóis de barcanas simples e conjugadas, assim como parabólicas que ocorrem desde Canoa Quebrada até a foz do Rio Jaguaribe.

As dunas móveis de formação mais recente, composta de sedimentos em constante mobilização não apresentando processos pedogenéticos. Em função da ausência de solos, não há cobertura vegetal, sendo que por vezes apresenta uma vegetação Pioneira Psamófila que dá início ao processo de ocupação vegetal. Trata-se de uma vegetação herbácea, de pequeno porte, que forma um estrato rasteiro composta por espécies tolerantes a salinidade, aos fortes ventos e a intensa radiação solar. Atua na fixação do substrato arenoso, contribuindo para o início do processo de pedogênese, através do aporte de matéria orgânica e da retenção de umidade no substrato.

Na maioria dos casos a ausência do recobrimento vegetal justifica a mobilização constante de sedimentos. Os efeitos dessa mobilidade podem ser sentidos tanto nos sistemas naturais quanto nos que já foram transformados pelo homem. No primeiro caso a migração ocasiona assoreamento de rios, aterramento de mangues, soterramento de paleodunas, desvio dos cursos d'água, dentre outros. Nos ambientes antropizados causa

interrompimento de vias de acesso, soterramento de moradias e estruturas sociais. Porém, estes problemas se dão em função de uma má racionalização no processo de uso e ocupação do espaço, onde áreas que não deveriam ser ocupadas foram utilizadas de forma inadequada.



Figura 03: Campo de dunas com marcas de transporte eólico  
Fonte: Projeto Canoa, PMA 2002



Figura 04: Duna avançando sobre a planície aluvial  
Fonte: Projeto Canoa, PMA 2002

As dunas de segunda de segunda geração ou fixas apresentam-se de forma bastante intercalada com as dunas móveis, formando corpos alongados, paralelos à linha de

costa, fixados por uma vegetação pioneira pouco espessa, do tipo arbustiva de pequeno porte, e associados a inúmeras espécies de cactáceas. Ocorrem em maior escala na planície à direita da desembocadura do rio Jaguaribe, desde as proximidades do Farol até o lugarejo da Maceió, Redonda, Ponta Grossa e Canoa Quebrada. (MORAIS, *idem*)

As dunas fixas apresentam uma vegetação subperenifólia de dunas com variações fisionômicas apresentando porte predominantemente arbustivo quando a barlavento e arbóreo nas encostas a sotavento. São também encontradas nas encostas adjacentes das lagoas formadas por trás das dunas ou entre elas e em baixadas úmidas. Tem papel fundamental na fixação das dunas reduzindo o efeito da ação eólica e impedindo o avanço de sedimentos rumo ao interior garantindo certa estabilidade ambiental.



Figura 05:Avanço da duna móvel sobre a vegetação das dunas fixas  
Fonte: Projeto Canoa, PMA 2002



Foto 06: Dunas fixas com vegetação responsável pela estabilização  
Fonte: Projeto Canoa, PMA 2002

Em virtude das condições pedogenéticas e conseqüente fixação da vegetação não sofrem tanto os efeitos da mobilização eólica. Constituem-se como excelentes aquíferos subterrâneos, dada a permeabilidade do terreno. Posicionam-se após o cordão de dunas móveis, limítrofe com os tabuleiros pré-litorâneos.

Os campos de dunas fixas são ambientes de transição onde há certo equilíbrio nas relações entre pedogênese e morfogênese, garantindo assim certa estabilidade ambiental. Possuem um grande potencial paisagístico além de serem excelentes aquíferos subterrâneos que podem ser utilizados como complemento para o abastecimento humano, desde que observadas condições sanitárias.

Já as dunas móveis são ambientes fortemente instáveis, apresentando grande vulnerabilidade ambiental, tanto que são protegidos legalmente. São áreas que podem ser destinadas ao turismo e lazer, dado o seu elevado potencial paisagístico. Suas restrições referem-se à interferência nos efeitos da ação eólica, através da desagregação das superficiais partículas de quartzo que são soltos através do uso de veículos.

As paleodunas têm distribuição muito restrita ao sul da praia de Majorlândia, Ponta Grossa e Redonda, recobrimo terrenos da Formação Barreiras. Apresentam cores

vermelho-amarelada, os sedimentos são quartzosos. É uma faixa de terra praticamente contínua, com largura entre 1,5 e 2,5 km. Estreita-se muito quando da ocorrência de falésias e paleofalésias esculpidas em terreno da Formação Barreiras.

As **Falésias** ocorrem desde Aracati até Icapuí. Em todo este trecho elas se comportam como falésias vivas sob o impacto constante da erosão costeira. De Majorlândia até Canoa Quebrada, os processos erosivos são menores, bordejam o litoral com falésias mortas deixando na faixa praias linhas de beach rocks que se estendem para a faixa de antepraia.

A geologia dessas falésias é variada, pois na extremidade oeste da área, isto é, em Fortim, elas aparecem como parte integrante da Formação Tibau, e no extremo leste, ou seja, no litoral de Icapuí, afloram constituídas de arenitos e calcários oriundos da formação Açú e Jandaíra. No trecho entre Canoa Quebrada e proximidades da Praia de Ponta Grossa, as falésias são testemunhos de Formação Barreiras. (MORAIS *et al.*, 2002)

A cobertura vegetal que permitiria uma maior estabilidade às falésias vivas é muito escassa, já que poucas espécies vegetais se adaptam às condições ecológicas, como o efeito da maresia e a intensidade eólica.

As falésias mortas estão localizadas mais afastadas do mar e livres de sua ação erosiva. Possuem, portanto, uma maior estabilidade morfológica, e, geralmente, são recobertas por uma vegetação arbustiva mais densa.

Em diversos pontos das encostas das falésias ou em sua base, ocorre o fenômeno da ressurgência. Muitas vezes, essas fontes de água alimentam lagoas ou manguezais dispostos próximo às praias.

As falésias possuem elevado potencial paisagístico, porém apresentam limitações ecodinâmicas, são ambientes frágeis em razão da sua constituição litológica (sedimentar). Em alguns trechos do litoral de Icapuí, observam-se algumas áreas de falésias relativamente estabilizadas por uma vegetação arbustiva. Já em trechos de Beberibe como na Praia das Fontes e Morro Branco, evidenciam-se a presença significativa dos processos erosivos com sulcos de erosão, ravinas e voçorocas.



Figura 07: Canoa Quebrada sobre as falésias, vista do mar  
Fonte: Projeto Canoa, PMA 2002



Foto 08: Falésia na enseada entre Canoa Quebrada e Porto Canoa  
Fonte: Projeto Canoa, PMA 2002





Figura 09 Falésia de Canoa Quebrada com barracas no sopé.  
Fonte: Projeto Canoa, PMA 2002

**Planícies Fluviomarinha** são faixas de terra perpendiculares à linha de costa, em estuários, com sedimentos de fino calibre, de origem fluvial e marinha, com solos lodosos, negros, profundos, parcial ou permanentemente submersos; o humos alcalino que se desenvolve, é objeto de intensas fermentações, permitindo a fixação dos mangues até onde os efeitos de salinidade se façam sentir; a vegetação halófila desses ambiente complexo serve de criadouro de inumeráveis espécies de peixes e crustáceos; apesar do poder de regeneração, o sistema ecológico do mangue é frágil e muito vulnerável à degradação, constituindo-se no ecossistema mais produtivo da faixa litorânea.(Lima *et al*, 2000)

O padrão de drenagem é anastomosado, com vários canais em meandros, sem apresentar grande potencial energético. O rio tem pouca capacidade de incisão linear e há o predomínio de materiais finos em suspensão.

O manguezal é um ambiente onde ocorre uma mistura de águas doces (continentais) com águas salgadas (marinhas), cuja água é rica de sedimentos em suspensão. Os solos são lamacentos e profundos, apresentando alta concentração de salinidade e grande quantidade de matéria orgânica em decomposição, compostos por Gleissolos Sálícos e Tiomórficos anteriormente denominados genericamente de solos indiscriminados de mangue. Trata-se de um ambiente de alta produção de biomassa, que serve de berçário para inúmeras espécies marinhas e continentais.



Este sistema ambiental está sujeito a quatro oscilações de maré num período de 24 horas, duas preamar e duas baixamar. Esta característica vai proporcionar o estabelecimento de uma cobertura vegetal altamente especializada. O mangue (Vegetação Perenifólia Paludosa Marítima de Mangue) tem como característica suportar inundações periódicas e altos índices de salinidade.

O ecossistema manguezal possui uma vegetação arbórea halofítica, composta por cinco espécies principais, que se distribuem de forma diferenciada nas planícies fluvio-marinha conforme a disponibilidade hídrica. Essa unidade de vegetação contribui para que os manguezais sejam o ecossistema de maior produtividade no litoral cearense, atuando na fertilização de suas águas através do aporte de matéria orgânica. O mangue desempenha ainda funções de estabilização geomorfológica protegendo contra inundações, impactos das marés, fixando solos instáveis, diminuindo a erosão das margens dos canais dos estuários e regulando a deposição de sedimentos. Dessa forma a cobertura vegetal, além de atuar no equilíbrio dos processos geomorfológicos da planície flúvio-marinha, diminui o avanço de dunas sobre os cursos d'água e contribui na manutenção da linha da costa. (SILVA,1993)

As variações diárias e sazonais do nível das águas e do regime de salinidade, a diversidade de textura dos substratos e a heterogeneidade da distribuição das espécies vegetais influem diretamente na localização e dispersão da fauna no ecossistema manguezal.

Historicamente, o mangue foi devastado para a retirada de madeira lenhosa que serve como matriz energética, ou para a construção civil e naval, causando um forte desmatamento, a atividade salineira teve grande impacto nos manguezais do Ceará em meados do século passado, onde grandes áreas mangue foram devastadas e incorporadas à essa atividade. A expansão urbana, que invade estas áreas para fins de moradia ou empreendimentos turísticos-industriais mostra-se como um forte impacto negativo sobre as áreas de mangue que contribui para a redução dessas áreas.

Porém, nos últimos anos surgiu uma nova forma de devastação, a carcinicultura que vêm incorporando várias áreas de mangue em todo o litoral cearense, merecendo destaque as áreas dos rios Pirangi, Jaguaribe e Acaraú (IBAMA, 2005).



Figura: 10: Mangue da planície flúvio-marinha do Jaguaribe, com planície aluvial mais acima  
Fonte: Projeto Canoa, PMA 2002

Por conseguinte trata-se de um ambiente extremamente vulnerável, onde a ação humana deve ser mínima, devido a sua importância à manutenção do equilíbrio ecológico.

A preocupação em relacionar um estudo geoambiental com um estudo de planejamento turístico urbano é decorrente do fato que Canoa Quebrada está localizada em uma enseada na base de uma falésia e seu núcleo urbano está localizado em cima da falésia, onde por trás da mesma encontram-se dunas móveis. Assim, por se tratar de um ambiente litorâneo de alto potencial turístico, deve-se conhecer suas unidades geoambientais a fim de que se realize um planejamento turístico urbano baseado na sustentabilidade da ecodinâmica costeira.

A Figura 11 sistematiza as unidades geoambientais associadas à Vila de Canoa Quebrada. Foram representadas a faixa de praia, as dunas fixas e móveis, as falésias vivas e o tabuleiro litorâneo. Trata-se de um conjunto onde a dinâmica costeira está diretamente vinculada à ação das ondas e marés, dos ventos, do escoamento pluvial e da gravidade.



Figura 11: Principais unidades morfológicas associadas à vila de Canoa Quebrada.  
 Fonte: Arquivo J. Meireles (2006)

A erosão das ondas e marés foi em grande parte responsável pela fisionomia da faixa de praia e das falésias vivas diante da vila de Canoa Quebrada. Foi através do ataque direto das ondas sobre a base da estrutura sedimentar representada pela Formação Barreiras, que se processou o recuo da vertente abrupta da falésia (solapamento basal). Com a dinâmica espaço-temporal associada aos eventos de mudanças climáticas e do nível relativo do mar durante o Quaternário, a progressão erosiva (eventos transgressivos), propiciou a formação de uma larga plataforma de abrasão marinha (Meireles, 2001).

Com a constituição sedimentar da Formação Barreiras relacionada com fácies argilosa (rica em óxido de ferro) nas proximidades da linha de falésia, a ação pluvial promove o escoamento superficial, evoluindo para uma série de ravinas e voçorocas que drenam no sentido da faixa de praia. Desta forma, produziu-se uma borda intensamente festonada, compondo paisagem característica e amplamente utilizada pelo turismo local.

A ação da gravidade interage com a das ondas e marés e a pluvial. Com as vertentes íngremes sendo submetidas a estas energias, grande blocos de material sedimentar

escorregam e/ou caem em blocos na faixa de praia. Daí por diante este material é trabalhado pelas ondas, gerando mais uma fonte de areia e argila para a dinâmica litorânea ao longo da zona de estirâncio.

A figura 12 evidencia a integração destas energia modeladora da faixa costeira diante da vila de Canoa Quebrada. É importante ainda salientar que o fluxo do aquífero, na direção das escarpas da falésia, também atua como agente modelador. São originadas fontes de água doce no sopé das escarpas, promovendo erosão diferencial e o solapamento das paredes verticais.

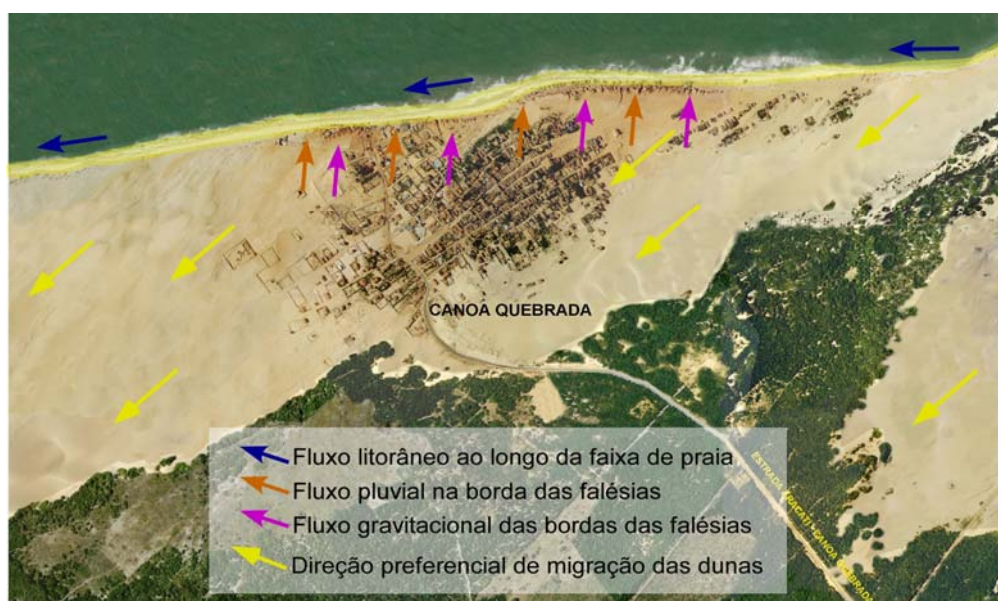


Figura 12 - Modelo representativo dos principais fluxos de matéria e energia localizados diante da vila de Canoa Quebrada. Fonte: Arquivo J. Meireles (2006)

A evolução da linha de costa deverá ser levada em conta para a edificação de equipamentos turísticos. O avanço das voçorocas evidencia a necessidade de medidas adequadas de gestão. A preservação de uma faixa mínima de 100m (de acordo com a resolução do CONAMA nº 303/2002) deverá ser inicialmente efetivada. O tráfego de veículos e de pedestres por vários setores da falésia está promovendo a origem de novos pontos de erosão, os quais estão evoluindo para ravinas e voçorocas.

## CLIMA

As condições climáticas no litoral, apesar da definição do clima na região como semi-árido, ao longo da faixa litorânea verifica-se uma disposição à caracterização de condições úmidas a semi-úmidas, definindo uma climatologia litorânea úmida, onde domina a atuação da massa tropical atlântica produzindo características de clima quente e chuvoso, com precipitações médias anuais entre 700 – 1200 mm.

Não há uma grande oscilação térmica, sendo julho o mês com a menor média (26,1°C) e dezembro com média maior (27,5°C), o que corresponde a uma oscilação de 1,4°C. A pouca variação das temperaturas se deve ao caráter tropical da região e à sua proximidade da linha do Equador.

Como ocorre em todo o domínio morfoclimático das caatingas o problema relacionado ao clima reside na distribuição da precipitação atmosférica ao longo do ano. A concentração ocorre no primeiro semestre com cerca de 90% da precipitação anual.

Em decorrência das altas temperaturas e constantes médias de insolação durante o ano todo, as perdas de água por evaporação são elevadas, atingindo uma média máxima mensal de 174,4 mm, em outubro, e mínima de 76,4mm, no mês de abril.

As condições climáticas de umidade mais elevada e a ocorrência de índices pluviométricos maiores, no litoral cearense, são favorecidas pela regularidade dos ventos alísios.

Na faixa litorânea, o volume de chuvas é caracteristicamente maior e sua distribuição mais homogênea em relação ao que se verifica para o interior, principalmente em virtude de aspectos orográficos.

Desta forma, este inconveniente climático, em Canoa, é transformado em potencialidade, já que, lá a atividade turística já está inserida como uma das principais atividades econômicas.

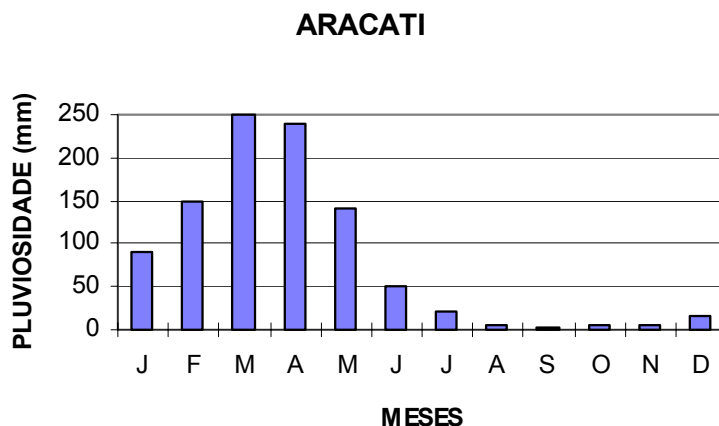


Figura 13 - Histogramas de Chuva Média nas Estações Aracati e Chorozinho  
 Fonte: PDDU – Aracati (2000)

## HIDROLOGIA

O ambiente litorâneo apresenta um bom potencial de recursos hídricos sub-superficial, com frequência de estuários. Os fluxos de água fluvial variam conforme o regime e a distribuição das chuvas.

Dentre todos os fatores climáticos, considera-se a chuva e o vento como os principais agentes influentes sobre a paisagem costeira, em função de suas irregularidades de intensidade e concentração ao longo do tempo.

Embora o litoral apresente clima sub-úmido, grande parte das bacias hidrográficas possuem afluentes intermitentes no interior do estado, onde há predominância de condições de semi-aridez e distribuição estacional e irregular das chuvas.

Devido ao caráter litológico, predominantemente sedimentar, da região litorânea favoreceu um acúmulo hídrico significativo no subsolo, constituindo importantes aquíferos subterrâneos nos campos de dunas e na Formação Barreiras, o que propicia a perenização de alguns rios e cursos d'água.

Em áreas com falésias, é comum a presença de fontes resultantes de ressurgências hídricas nos cortes de relevo, podendo ocorrer também nos sopés de dunas e na faixa de pós-praia, quando houver uma maior pressão do aquífero subterrâneo.

Os rios Jaguaribe e Acaraú constituem as bacias de drenagem de maior volume hídrico do litoral.

Todas as grandes bacias e sub-bacias do litoral cearense possuem um regime perene, pois que, a drenagem é alimentada pelos aquíferos subterrâneos da Formação Barreiras e/ou dos campos de dunas.

Sendo assim, pode-se afirmar que o litoral do Ceará possui um elevado potencial hidrológico, quando comparado com as áreas do semi-árido do estado.

## **SOLO**

Ao longo da faixa litorânea, podem ser identificados dois principais grupos de solos: as Areias Quartzosas Marinhas e os Solos Indiscriminados de Mangue.

Devido à sua gênese recente, as Areias Quartzosas Marinhas, em alguns de seus fácies, constituem-se, basicamente de depósitos sedimentares, sem qualquer estruturação edáfica, enquanto outros solos, mais desenvolvidos possuem um horizonte superficial representativo com um teor de matéria orgânica maior. As Areias Quartzosas Marinhas possuem profundidade e drenagem elevada, sofrendo intensos processos de lixiviação, sendo consideradas solos distróficos.

Em decorrência de sua pobreza em macro e micronutrientes, da escassez de água disponível às plantas, e da intensidade de processos erosivos e/ou deposicionais devido à ação eólica, este tipo de solo não possui uma elevada capacidade de uso agrícola. As Areias Quartzosas Marinhas ocupam as superfícies da faixa de pós-praia e campos de dunas, sendo que, nas dunas fixas, adquirem uma maior estabilidade devido aos processos pedogênicos. Nessas áreas, há uma fertilidade pedológica mais significativa razão da presença de um horizonte orgânico superficial.

Os Solos Indiscriminados de Mangue caracterizam-se por serem halomórficos, pouco consolidados e semifluidos. Eles possuem uma drenagem interna insuficiente, uma textura argilo-arenosa, alta concentração de sais e enxofre, mas são pobres em cálcio e rico em matéria orgânica. Esses solos são gleyzados e, geralmente, não se distinguem os seus horizontes.

Devido a uma elevada concentração de sais e enxofre, além de uma acentuada escassez de oxigênio, os Solos Indiscriminados de Mangue são inaptos para a atividade agrícola.

Em alguns trechos do litoral, onde as planícies fluviais e os tabuleiros pré-litorâneos chegam até próximo ao mar, pode-se diferenciar outros dois tipos de solos correspondentes a cada feição de relevo: os Solos Aluviais e os Solos Podzólicos Vermelho-Amarelos. Os primeiros são pouco desenvolvidos, argilosos a arenosos, com horizonte “A” diferenciado e com média a alta produtividade agrícola. Os Podzólicos são solos profundos, com textura média a argilosa, bem drenados e com seqüência de horizontes A, B e C. Eles possuem um médio a alto potencial agrícola.

## VEGETAÇÃO

Na faixa litorânea do Ceará, as formações vegetais são: a Vegetação Pioneira Psamófila, a Vegetação Subperenifólia de Dunas e a Vegetação Perenifólia Paludosa Marítima de Mangue.

**Vegetação Pioneira Psamófila** – desenvolve-se na zona de pós-praia, iniciando o processo de ocupação vegetal das dunas móveis, sendo assim, uma espécie pioneira. É uma vegetação herbácea, de pequeno porte, que forma um estrato rasteiro, é composta por espécies tolerantes a salinidade, aos fortes ventos e a intensa radiação solar, características da área. Possui talos e folhas suculentos elevado desenvolvimento de suas raízes. Tem função bioestabilizadora nas áreas de pós-praia e campo de dunas, na fixação do substrato arenoso, contribui nos processos de pedogênese, através do aporte de matéria orgânica e da retenção de umidade no substrato.



Podendo se destacar espécies tais como: as gramíneas (Panicum sp. e Paspalum vaginatum), a salsa (Ipomoea pes-caprae), o pinheirinho da praia (Remirea maritima), a barba de bode (Cyperus sp.), o gurgutão (Borreria capitata), a grinalda de noiva (Heliotropium sp.), o bredo da praia (Sesuvium portulacastrum), belduega (Portulaca oleracea) e diversas leguminosas (Chamaecrista diphylla, Crotalaria retusa, Indigofera microcarpa, Senna retundifolia, e Stylosantes sp.).

**Vegetação Subperenifólia de Dunas** – ocupa as áreas de dunas fixas. Com variações fisionômicas apresenta porte predominantemente arbustivo quando a barlavento e arbóreo nas encostas a sotavento. São também encontradas nas encostas adjacentes das lagoas formadas por trás das dunas ou entre elas e em baixadas úmidas. Tem papel fundamental de agente bioestabilizador das dunas, reduzindo o avanço de seus sedimentos rumo ao interior.

É composta por espécies, tais como: o cajueiro (Anarcadium occidentale), o pau pombo (Tapirira guianensis), o pau d'arco (Tabebuia serratifolia), a almécega (Protium heptaphyllum), o genipapo (Genipa americana) e o jatobá (Hymenea courbaril).

**Vegetação Perenifólia Paludosa Marítima de Mangue** – que ocupa as zonas onde as águas dos rios sofrem influência das águas marítimas pela penetração da maré no continente adentro através dos rios, formando um ambiente florestal, de porte arbóreo.

O ecossistema manguezal possui uma vegetação arbórea halofítica, composta por cinco espécies principais, que se distribuem de forma diferenciada nas planícies flúvio-marinhas. Essa unidade de vegetação contribui para que os manguezais sejam o ecossistema de maior produtividade no litoral cearense, atuando na fertilização de suas águas através do aporte de matéria orgânica. O mangue desempenha ainda funções de estabilização geomorfológica protegendo contra inundações, impactos das marés, fixando solos instáveis, diminuindo a erosão das margens dos canais e estuários e regulando a deposição de sedimentos. Dessa forma, a cobertura vegetal, além de atuar no equilíbrio dos processos geomorfológicos da planície flúvio-marinha, diminui o avanço de dunas sobre os cursos d'água e contribui na manutenção da linha da costa. (SILVA)

As principais espécies vegetais dos manguezais cearenses, são o mangue vermelho, verdadeiro ou sapateiro (Rhizophora mangle), o mangue manso, branco ou rajadinho (Laguncularia racemosa), o canoé, preto ou síriba (Avicennia germinans e Avicennia schaueriana) e o mangue ratinho ou botão (Conocarpus erecta).

As variações diárias e sazonais do nível das águas e do regime de salinidade, a diversidade de textura dos substratos e a heterogeneidade da distribuição das espécies vegetais influem diretamente na localização e dispersão da fauna no ecossistema manguezal.

O conhecimento das unidades de paisagem acima descritas são importantes para a compreensão da ecodinâmica que abrange o município de Aracati; por estar localizado em uma zona costeira com muitas praias de alto potencial turístico que já apresenta algumas modificações decorrentes do desenvolvimento da atividade turística, assim o entendimento da dinâmica costeira tem como finalidade mitigar outras possíveis alterações das características naturais acarretando danos irreversíveis ao meio ambiente.

No que se refere às unidades de paisagem, solo e vegetação observa-se que as características físicas são semelhantes as da planície cearense em geral. Entretanto, pode-se descrever algumas características mais particulares, tais como a presença e distribuição dos recursos hídricos e a pluviometria.

Quanto aos recursos hídricos locais observa-se que apesar de ser uma cidade cortada pelo maior rio do Ceará, Aracati apresenta seus recursos hídricos limitados. Os 17 açudes do município têm capacidade de reserva de 30.050.000 m<sup>3</sup>, que são complementados por 589.000 m<sup>3</sup> provenientes de oito lagoas.

As reservas hídricas subterrâneas provém das dunas, aluviões, formações Barreiras e Jandaíras e, subordinadamente, do embasamento cristalino.

Quanto à pluviometria segundo os dados do posto pluviométrico do Município *apud* PDDU – Aracati (2000), a Pluviometria Média Anual de Aracati é de 982,6 mm, com precipitações mais frequentes entre janeiro e junho, e máximas em março, abril, fevereiro e maio.

Sua topografia é formada, na maior parte, de extensas planícies, sendo o rio Jaguaribe seu principal fato geográfico. Este rio corta o município e desaguando no Oceano Atlântico, possuindo desembocadura no município vizinho, Fortim.

Aracati localiza-se no extremo litoral leste do Estado do Ceará, na chamada Costa do Sol Nascente a cerca de 149 km de Fortaleza por estrada de rodagem e 65 milhas por via marítima. de distância de Fortaleza. De acordo com o documento O turismo: uma Política Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará 1995 – 2020 Aracati enquadra-se na Macrorregião Litoral Leste-Apodi composta por 26 municípios. Para a qual estão previstas atividades relacionadas à âncora turística do turismo cultural, de lazer, ecológico, de negócios, esportivo, rural e tecnológico. Nesse contexto Aracati - que é um núcleo turístico regional – se afirma como roteiro de diversas formas de turismo, tais como: de praia, histórico-cultural, náutico, de eventos e rural.

Aracati possui uma área de 1.428 km<sup>2</sup>, equivalente a 0.77% do território estadual. Sua posição geográfica é: Latitude sul 4° 33' 42" e Longitude 37° 46' 11". É o principal núcleo da Macrorregião turística Litoral Leste/Apodi. A sede tem uma altitude de 5.74m, com temperaturas girando em torno de 30° a máxima e 20° a mínima. Faz limite ao Norte com o Oceano Atlântico, ao sul com os municípios de Itaiçaba, Palhano e Jaguaruana, a leste com o Estado do Rio Grande do Norte e Icapuí e a Oeste com os municípios de Beberibe e Fortim. Tem como distritos Aracati (sede), Cabreiro, Mata Fresca, Barreira dos Vianas, Córrego dos Fernandes, Jirau e Santa Tereza. Partindo de Fortaleza, os principais acessos rodoviários são a BR 116, CE 040 e BR 304. (PAT – 2000)

Assim observa-se que Aracati é um município mais rico em termos paisagísticos, destacando-se praias inseridas no roteiro do turismo internacional. Quanto aos aspectos econômicos, Aracati posiciona-se como décimo primeiro dentre os quinze municípios mais ricos do Estado, sendo um núcleo polarizador de um imenso fluxo turístico. Canoa Quebrada, seu principal atrativo turístico, é uma praia de fluxos internacionais. (CORIOLANO,2002)

Canoa Quebrada está situada a 12 km da sede do município está localizada em uma APA (Área de Proteção Ambiental) criadas de acordo com a Lei n° 6.902 de 27 de abril de 1981, regulamentadas pelo Decreto n° 99.274 de 6 de junho de 1990, pertencem a esse grupo e são constituídas por áreas públicas e/ou privadas que têm o objetivo de disciplinar

o processo de ocupação das terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, de modo a assegurar o bem-estar das populações humanas que aí vivem, resguardar ou incrementar as condições ecológicas locais e manter paisagens e atributos culturais relevantes.

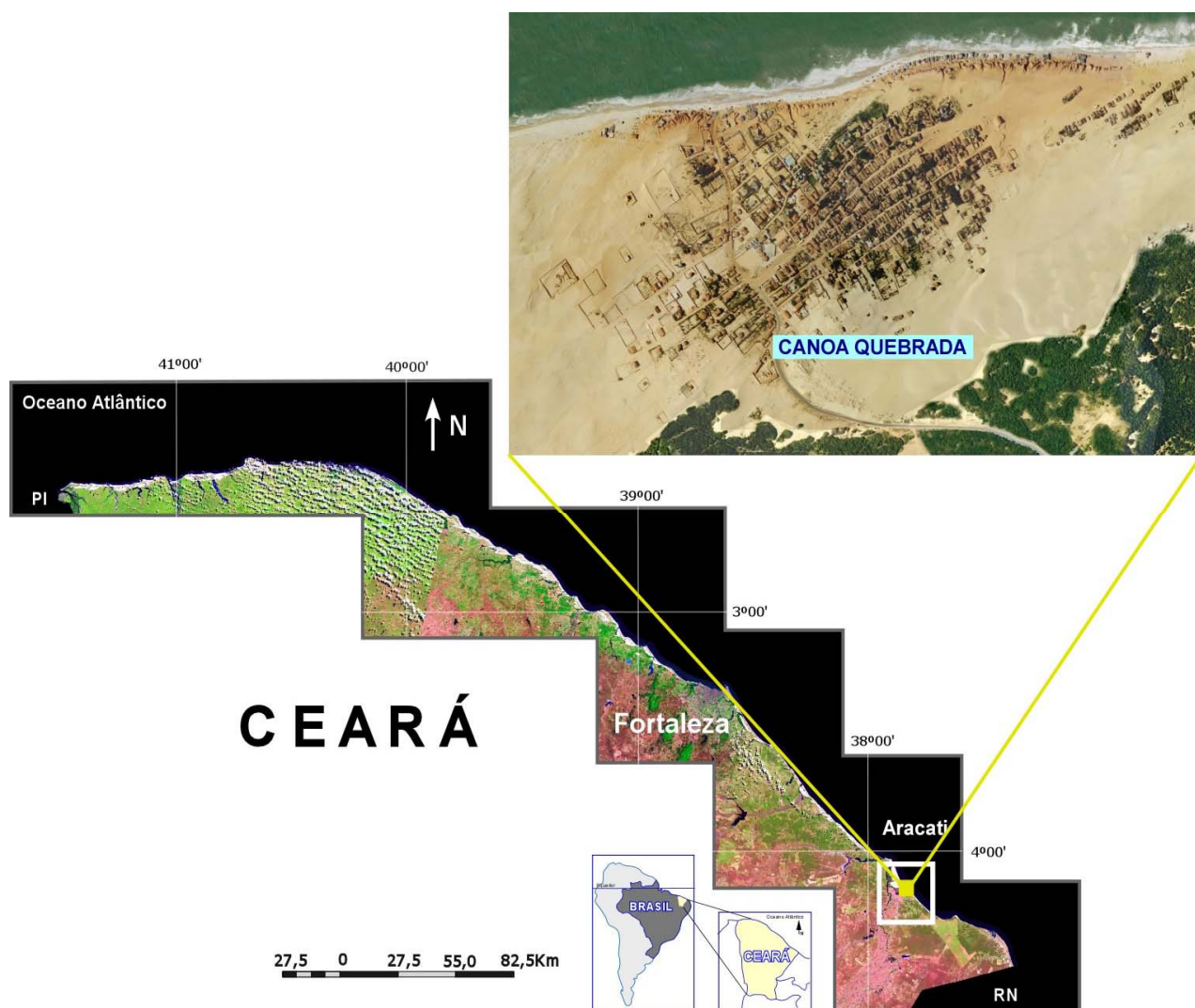


Figura 14: Localização da área de estudo Fonte: Arquivo J. Meireles (2006)

Segundo Sousa Filho, 1993 (*apud* Carneiro 2003:29) as áreas de proteção ambientais são:

Unidades de conservação criadas por ato do poder público, normalmente extensas, que visam proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes. As áreas criadas passam a ser especialmente protegidas, não se alterando nem a situação dominial nem a destinação de sua vocação natural, de tal modo que o que previamente existia dentro da área antes de ser declarada de proteção ambiental, continuará existindo, sejam regiões urbanas, sejam rurais, sejam por normas muito mais rígidas de preservação ambiental do que o resto do país. Dita noutras palavras, a criação de uma APA determina para aquela área uma legislação de proteção ambiental própria e substancialmente mais rígida.

Nesse sentido, a APA destaca-se das demais unidades de conservação por ter também como objetivo a experimentação de formas concretas de desenvolvimento sócio-econômico, em harmonia com os preceitos ecológicos e as normas de preservação ambiental. Em suma, deve ter um processo de gestão direcionado pela criação de um espaço ideal para as práticas do Desenvolvimento Sustentável. (Projeto de Requalificação Urbana de Canoa Quebrada, 2002)

Ao contrário de outras áreas de conservação, as APA's não impede o desenvolvimento da região, não exige a desapropriação de terras e permite a manutenção das atividades antrópicas existentes, apenas orienta estas atividades de modo a conter a degradação dos recursos naturais.

Em 1989 foi elaborado o ante-projeto da APA de Canoa Quebrada, que englobava o trecho do litoral compreendido entre o complexo hoteleiro Porto Canoa e a foz do rio Jaguaribe. Esta área foi eleita pela Prefeitura Municipal Aracati, pela singular presença de falésias e cordões dunares associados a manguezais, que formam ambientes de alto valor cênico, potenciais para o desenvolvimento do turismo.

Em 2001, a Lei nº 052/01, atualizando a anterior, foi aprovada pela Câmara Municipal ampliando a área da APA para 6.340,7543 hectares, com perímetro de 38.139,22 metros.

A APA de Canoa Quebrada, localizada em zona de praia ao norte do Município de Aracati, Estado do Ceará, passa então a compreender o trecho da faixa litorânea do Município, incluindo falésias, dunas móveis e fixas, mangue, mananciais e lagoas, além dos povoados de Canoa Quebrada, Estêvão, Canavieira, Cumbe e Beirada.

De acordo com a lei, a criação da APA de Canoa Quebrada tem por objetivos:

- a) proteger as comunidades bióticas nativas, as dunas fixas e móveis, as paleodunas, as falésias, as gamboas, as lagoas perenes e intermitentes, os mangues, as formações geológicas de grande potencial paisagístico, os arrecifes e os solos;
- b) proporcionar e desenvolver na população regional uma consciência ecológica e conservacionista através de métodos e técnicas apropriadas ao uso do solo, de maneira a não interferir no funcionamento dos refúgios ecológicos.

A criação dessa unidade de proteção ambiental em Canoa quebrada se justifica por se tratar de um trecho da zona costeira do Município com grande acervo ecológico e potencial paisagístico que tem sofrido ao longo do tempo vários impactos, o que pode ser constatado quando se analisa o histórico do uso e ocupação do litoral.

ZCQ – ZONA TURÍSTICA DE CANOA QUEBRADA
Unidades Formadoras
Comunidades de Canoa Quebrada, dos Esteves, da Beirada e Dunas
Fisionomia
Praia com enseada situada na base das falésias. A topografia é caracterizada por formações arenosas, falésias com dunas de areia coloridas e avermelhadas de até 30 metros de altura. As médias pluviométricas da região situam-se em 1.088 mm, com precipitações mais frequentes ocorrendo nos meses de janeiro e junho. A temperatura média anual varia de 27°C a 28°C
Infra-estrutura Turística
A oferta de equipamentos turísticos concentra-se na comunidade de Canoa Quebrada e restringe-se, fundamentalmente, aos restaurantes, barracas de praia, agência de turismo, lojas de artesanato e estabelecimentos de hospedagem, pousadas e <i>resorts</i> , com uma estrutura para pequenas convenções e encontros de grupos.
Atativos
Trilhas ecológicas, dunas brancas e móveis, falésias, coqueirais e lagoas Diversidade de culinária nacional e internacional. Festas típicas e artesanato local. Passeios de bugue e em jangada.
Unidades de Conservação
Área de Preservação Ambiental (APA) de Canoa Quebrada
Símbolos da Região
Lua e Estrela – Representam a noite iluminada pelas estrelas e pela lua, um “pano de fundo” para momentos do muito romance e alegria. Broadway – Principal rua de Canoa Quebrada, funciona como ponto de encontro de pessoas de diversos lugares e culturas, na busca de diversão e de compras de artesanato local e de outros produtos típicos da região.

Figura 15: Características naturais e estruturais da Zona Turística de Canoa Quebrada

Fonte: SETUR,2004

## **5 APERCEPÇÃO LOCAL DOS IMPACTOS DO TURISMO: UM REGISTRO DA DEGRDAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL**

Na busca da congruência na literatura articulada na primeira fase deste estudo, se expõe, neste momento, a análise das informações coletadas na pesquisa de campo, com base nos objetivos específicos da pesquisa. Fazendo-se, inicialmente, uma análise da evolução de Canoa Quebrada enquanto destino turístico até a implementação do projeto de requalificação urbana e seu impactos sócio-ambientais.

Percebe-se que a atividade turística ao se instalar em uma comunidade influencia e impacta a cultura local, criando uma nova percepção do modo de vida e da cultura que podendo transformar a população autóctone como “mais um atrativo” da destinação turística.

Em Canoa Quebrada assim como em outras comunidades litorâneas era caracteristicamente uma vila de pescadores e possuía relativa auto-suficiência proporcionada pelo isolamento do continente decorrente da presença de seu cordão dunar que cerca a vila e que por muito tempo serviu como forma de proteção da população local e a manteve desarticulada do seu entorno, mantendo contato somente para a comercialização do excedente da produção de labirinto. Nesta época haviam praticamente apenas duas famílias na região: os Rocha e os Freire, que mantinham um relacionamento harmonioso. O surgimento da comunidade dos Estevão se deu a partir da chegada do Sr. Estevão Pereira da Silva que havia emigrado do lugarejo de Fontainha, por sua personalidade forte e geradora de conflitos, assim em 1932, o pescador e agricultor, constrói sua casa, a uma pequena distância que a separava das demais e batizou o lugar de “Estevão”.

A lógica de vida era pautada na pesca artesanal e na produção de labirinto até a década de 1970 quando os primeiros andarilhos (*hippies*) descobrem as belezas do lugar. Em seguida aparecem artistas e estudantes de antropologia e sociologia vindos das regiões sul e sudeste do Brasil e, também, do exterior, França, Suíça e Estados Unidos, principalmente. Canoa Quebrada era vista como lugar exótico; não haviam ações voltadas para o turismo, a divulgação do lugar era feita boca-a-boca.

Havia uma maior interação entre população autóctone e visitante, havia respeito aos limites impostos pela cultura local. Apesar de grandes diferenças de hábitos dos visitantes



como a prática do nudismo e o consumo de drogas, que não incomodavam por serem realizados em ambientes reservados, pois o vasto campo de dunas e as depressões entre as lagoas interdunares permitia este isolamento.

A relação estabelecida entre visitantes e nativos não tinha, inicialmente, caráter comercial nem mesmo quanto à hospedagem. A alimentação era compartilhada entre todos e a acolhida era feita na casa dos pescadores da vila, que ao final da estadia recebiam presentes dos seus hóspedes que ia desde roupas e até utensílios que carregavam na mochila. A grande maioria comprava o artesanato característico do lugar, o labirinto.

Para Valdênia, comerciante local:

A melhor época do turismo foi entre a década de 1970 e a década de 1980, porque tinha circulação de dinheiro, os turistas tinham relação direta com o nativo de amizade e respeito. Antes as pessoas vinham pra passar e acabavam passando um mês, compravam labirinto e compravam o peixe com o pescador e faziam o peixe na casa. Muitos tinham quartos que emprestavam e depois começaram a alugar, então os nativos participavam mais do turismo, porque os turistas se interessavam pela nossa história e ajudavam na renda.

Apenas em 1978 que os habitantes de Canoa Quebrada demonstram alguma preocupação em relação à especulação imobiliária, quando um grupo de empresário de Fortaleza diziam ser proprietários da vila.

A década de 1980 marca uma fase de mudanças no lugar, incitada pelos próprios moradores que passaram a reivindicar a construção de uma estrada e aceitaram de forma pacífica os primeiros loteamentos. Ocorre, neste momento, uma maior divulgação da área e a construção de uma estrada carroçável para Canoa Quebrada, em 1984, como consequência deste evento tem-se um aumento no fluxo de visitantes, assim o turismo de pequenos grupos dá lugar ao turismo de massa.

Para atender a demanda crescente inicia-se a construção de quartos extras nas casas dos nativos. E agora os turistas passam a exigir certo conforto em troca de pagamento e ao contrário dos primeiros visitantes que chegavam a passar longas temporadas e a criar vínculos de amizade estes visitam o lugar apenas para admirá-lo e fotografá-lo. Dá-se início, então, ao crescimento desordenado com: novas casas, bares, barracas, pousadas, restaurantes e lojas, estas construções são realizadas de maneira desalinhada. Mesmo na rua

principal, as casas e estabelecimentos comerciais formam um traçado em zigue-zague. Isso gerou conflitos quanto à luta por espaço, pois uma parcela da população não aceitava tamanha especulação e procurou se organizar e criou, em 1986, a primeira associação denominada “Associação dos Moradores de Canoa Quebrada” tendo como objetivo disciplinar a construção de casas na comunidade. A principal restrição era a proibição da construção de casas por não-nativos e quanto aos nativos, estes só poderiam construir casas para uso familiar. Mas esta tentativa de controle não teve êxito, por não ter apoio de grande parte da população, que continuou a construir casas financiadas que eram vendidas certo tempo depois, aumentando o número de moradores não-nativos em Canoa Quebrada.

Neste momento há o encontro de diversas culturas no espaço de Canoa Quebrada, o que, inicialmente, a transformou em um não-lugar, onde o vínculo afetivo é rompido e a identidade local é transformada em função de um fenômeno que traz para o local a diversidade cultural e uma série de novas informações, costumes e estilos de vida que passam a influenciar e até mesmo a “dominar” a cultura local. Verifica-se mudança no padrão de consumo, que por meio do “efeito demonstração” e aumento do nível de renda a população passa a ter o desejo de consumir aparelhos eletrônicos e equipamentos associados à mudança de comportamento. Como exemplo dessa mudança pode-se citar o caso da D.Maria, 54 anos, ex-artesã no final da década de 1980, disse ter trocado sua casa na rua principal por uma televisão a cores e foi morar na rua detrás. Ela relata que:

Naquela época há mais de dez anos num fez diferença eu trocar minha casa da rua principal pela televisão, porque como antigamente tinha muito terreno livre agente cercava a faixa de terra detrás da nossa casa até onde desse, então eu tinha muitos terrenos.

Fatos como este passam a ocorrer com frequência em Canoa Quebrada provocando um desequilíbrio na população local, levando a ruptura de valores e a terra que tinha apenas valor de uso passa a ter valor de troca.

Com o aumento do número de construções aparecem, também, novas ruas e becos sinuosos, construções sobre as dunas e no sopé das falésias, quando não destruídas, o que provoca aumento da erosão e deposição de sedimentos; o aumento de caminhos da praia ao topo da falésia contribuem para um acelerado processo de voçorocamento, bem como para

mudanças no sistema de drenagem, haja vista que nos períodos de chuva esses caminhos funcionam como canais de escoamento pluvial. Assim, eles são alargados tornando as falésias mais susceptíveis à destruição e pondo em risco as construções localizadas no topo e na base destas, podendo haver queda de bloco das falésias.

Quanto à construção nas dunas e falésias os nativos têm noção da importância destas paisagens para a ecodinâmica do local e se mostraram insatisfeitos com as construções que destroem falésias inteira em troca do pagamento de multas, esta insatisfação aparece no discurso de Jerônimo, pescador local:

É importante preservar as falésias, a gente sabe disso, mas quando envolve dinheiro parece que eles esquecem que isso é importante. Porque um espanhol, conhecido meu, comprou um terreno na falésia aqui perto, na Lagoa do Mato, aí ele foi começar a construção quando apareceu o pessoal do IBAMA, IDACE, desses órgão que defendem o meio ambiente e proibiu a obra. Aí, ele foi em Fortaleza falou com eles de novo pagou uma multa de sessenta mil reais e construiu. Derrubou uma falésia alta. E fez a casa dele, uma casa enorme com piscina de frente pro mar. É isso que revolta agente, porque nessa hora a gente vê que o dinheiro sempre fala mais alto.

Além das modificações no meio ambiente o turismo promove impactos na economia local com o aumento do fluxo de visitantes e o incremento do comércio decorrente, causando transformações na estrutura de trabalho; com as novas oportunidades de emprego geradas pelo turismo, grande parte dos residentes que trabalham com a pesca e com artesanato abandonam estas atividades para trabalhar com o turismo. A jangada perde sua função original, passando a ser utilizada para a realização de passeios turísticos, o mar passa a ser visto não mais como meio de subsistências, mas como paisagem a ser explorada, o que transforma o ambiente natural em recurso econômico. Essa mudança de ocupação é verificada no relato de Diana, labirinteira:

Deixamos de fazer o artesanato, por causa da computação eles pegaram e copiaram nosso trabalho tudo para o computador; e hoje eu trabalho por encomenda as vezes passo três dias pra ganhar cinco reais, porque agora a gente num tem pra quem vender diretamente, aí para ajudar em casa, faço lavagem de roupa pra fora, o artesanato quase num dá. Meu marido trabalhava como

pescador, mas agora trabalha em construção, porque a pesca ficou escassa e a construção dá mais renda hoje, porque sempre tem alguém construindo ou reformando em Canoa, então pra ele, agora num falta trabalho. Mas se o turismo se afastar de Canoa hoje vai ficar mais difícil.

A relação do turista com a população local mudou radicalmente, bem como a relação dos visitantes que se tornaram permanente, pois sentiram a necessidade de se espacializar mais seus costumes o que fez com que a cultura local fosse desconsiderada. Assim, as mudanças se disseminaram por várias dimensões daquele espaço.

Desta forma, percebe-se a ocorrência de mudanças nas relações culturais, ambientais e sociais e apresentam-se problemas. Com as mudanças do tipo de turismo, transformam-se as relações entre turistas e nativos. As trocas de experiências espontâneas dão lugar às relações comerciais. Os nativos passam a ver Canoa Quebrada não somente como lugar paradisíaco, mas como um produto turístico gerador de emprego e renda. Deste modo o turismo passa a ser considerado um vetor de desenvolvimento da economia local, levando a exploração dos recursos naturais, históricos ou culturais como negócios.

O turismo desenvolve-se rapidamente, mas uma dificuldade que aparece neste momento é o acesso que realizado por uma estrada sem pavimentação que rerepresentava uma barreira para o aumento do número de turistas. Surge, então, a oferta de um novo serviço - o transporte de passageiros em carros de tração. Posteriormente, como consequência da demanda turística e também da pressão popular, o acesso foi facilitado com a e pavimentação da estrada.

A construção da estrada transforma-se em um marco para a história do turismo em Canoa Quebrada, já que foi a partir deste momento que a especulação imobiliária passou a ser uma prática comum, sendo responsável por uma configuração espacial desordenada. Tanto alguns segmentos nativos, quanto empreendedores de fora passaram a construir e vender casas e pontos comerciais de forma desenfreada, resultando numa urbanização aleatória. Segundo Esmeraldo (2002:103) a especulação imobiliária começou desde a década de setenta com alguns empresários do setor imobiliário se dizendo donos de Canoa Quebrada.

Segundo, Jeovah, pescador local:

Por falta de conhecimento dos nativos, os turistas tanto nacionais quanto estrangeiros souberam se aproveitar disso para comprar vários terrenos a um preço baixo dos nativos e hoje tem estrangeiro que tem três a quatro terrenos. Tem gente do Rio de Janeiro e São Paulo que chega aqui e em dois anos têm várias casas, pousadas e terrenos vendidas por mil, oitocentos, quinhentos reais, na realidade os nativos entregaram essa terra para as pessoas de fora. Eles vêm pra se aproveitar mesmo! Eles sabem que os nativos não tinham tanta informação. Não houve um preparo ou planejamento com relação à chegada do turismo. Poucos foram os nativos que souberam aproveitar a oportunidade que o turismo deu de se desenvolver, a grande maioria, trabalha para os gringos ganhando um salário que mal dá pra sustentar a família. Que hoje não têm uma casa pra morar, moram por trás da duna.

Nessa etapa, a população autóctone já passava por um processo de aculturação, pois havia perdido as suas características originais de comunidade pesqueira tradicional e adquirido as características de uma comunidade turística, o que significa a perda da sua identidade cultural.

A territorialidade em Canoa Quebrada, nesse momento, cria uma nova forma; pessoas de diversos lugares do Brasil e do mundo foram se estabelecendo aos poucos e impondo os seus costumes ao lugar. Isso provocou uma reterritorialização da população local a partir da interação com outros grupos de culturas distintos, de tal modo, que a condição de “nativo de Canoa Quebrada” passa a ser mais enaltecida, a comunidade local passa a utilizar esse artifício como um elemento a seu favor, como forma de diferenciação e valorização.

Para muitos turistas a conotação de nativo tem um sentido pejorativo, sendo reduzida, muitas vezes à sexualidade, à ociosidade e ao folclórico. Essas características são harmônicas com as necessidades dos turistas quando estão em férias. Assim a população local, até mesmo como uma forma de defesa e auto-valorização, passa a se utilizar desses atributos, colocando-os como uma peculiaridade que os diferencia dos visitantes, na tentativa de resgatar a sua auto-estima.

Além do impacto na cultura local e no ambiente natural a violência, também, começa a aparecer sob a forma de assaltos, estupros e assassinatos contra turistas que

caminhavam em áreas mais isoladas da praia. Soma-se a isso o acúmulo de lixo na vila e na praia. Para Jeovah, antigo pescador e morador da Vila dos Estevão:

A melhor época e a mais bonita que Canoa Quebrada viveu com relação ao turismo foi logo no início, quando vinham os mochileiros e os hippies, ficam no jardim da gente, nos ajudavam, consideravam, se integravam de verdade com a comunidade, não existia essa história de “bandidagem”, de roubo, antes os turistas estrangeiros, brasileiros vinham deixavam máquinas e bolsas com dinheiro encima da mesa e quando voltavam estava tudo lá, no mesmo lugar, agora, não, a coisa mudou de uma forma que as pessoas têm que conhecer alguém para confiar. Essa mudança foi muito ruim pra Canoa, foi repentina e chocou muito nativo. Francisca, comerciante confirma que: Antes era uma praia muito tranqüila, antes não tinha como chegar, as pessoas deixavam o carro no pé do morro e tinham que caminhar a pé. Agora tem muita insegurança.

Na década de noventa chega a telefonia pública, energia elétrica em Canoa Quebrada e há a instalação de poços de captação de água pela CAGECE, sendo criada a infra-estrutura básica para o turismo. Em 1998, o Conselho Comunitário local consegue a decretação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Canoa Quebrada/Estevão, que visa proteger uma área de 6.345 hectares, sendo complementada pelo plano de gestão e requalificação urbana, ou projeto Canoa, que teve início em 2002.

O Projeto Canoa surgiu como Projeto Estruturante de Aracati quando da elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município, tendo em vista a importância de Canoa Quebrada no cenário turístico do Estado e seu frágil e rico patrimônio paisagístico-ambiental. (PMA,2002). Tendo como objetivos básicos o ordenamento da ocupação urbana e desenvolver a potencialidades paisagísticas e turísticas de Canoa Quebrada/Estevão; equacionar situações indesejadas possibilitando um sistema de circulação satisfatório; dotar os núcleos urbanos de infra-estrutura básica, espaços urbanos qualificados e equipamentos apoio à comunidade e às atividades turísticas. Este projeto inseriu uma série de mudanças estruturais importantes no espaço de Canoa Quebrada, tais como: rede coletora de esgotamento sanitário com estação de tratamento; sistema de drenagem de águas pluviais, terraplanagem, iluminação pública e pavimentação em pedras das principais vias; edificações de apoio à comunidade e às atividades turísticas,

como: centro esportivo, centro de apoio à comunidade e ao turismo, terminal de passageiros, Praça Dragão do Mar e Praça dos Pescadores com tratamento paisagístico e urbanístico; calçada da Broadway, além de estacionamentos e obras de contenção e restauração das falésias.



Figura 16 - Mapa de localização dos Equipamentos  
Fonte: Projeto Canoa – PMA (2002)

O projeto foi debatido com a comunidade, através da realização de oficinas de modo a informar a população local e para que este correspondesse aos seus anseios. De acordo com relatórios produzidos em decorrência das oficinas, verificou-se que a consciência ambiental vem sendo firmada, embora não em toda a comunidade, bem como a importância que a atividade turística vem exercendo na localidade; passando a exigir um maior controle sócio-ambiental para o núcleo, assim como intervenções destinadas a construção de infraestrutura e novos espaços de convivência, de modo a mitigar a degradação progressiva da área.

O projeto teve o financiamento do BIRD, que exigiu que fosse elaborado um plano de gestão da APA de Canoa Quebrada simultaneamente aos projetos físicos, o que demonstrou uma preocupação ambiental, visto que não se poderia requalificar um espaço

para o turismo sem um mecanismo de ordenamento e controle do uso e ocupação da APA. Este plano envolveu seis fases: diagnóstico sócio-ambiental, zoneamento ambiental, legislação ambiental, programas de ação, sistema de gestão e monitoramento ambiental.

A pesquisa de campo procurou conhecer a se os moradores do núcleo turístico Canoa Quebrada e da vila do Estevão estão satisfeitos com as mudanças estruturais e quais as suas perspectivas com relação ao futuro da atividade turística na região.

Verificou-se que somente uma parte dos moradores demonstrava interesse e se interessou em participar das reuniões e discussões sobre o projeto. Na realidade, quem mais se interessou e se envolveu com o projeto de requalificação e controle urbanístico foram os moradores que vieram de outros estados e países e que possuem algum empreendimento ou negócio em Canoa Quebrada, isso porque o projeto tinha como objetivo a melhoria da estrutura turística o que os beneficiaria. Os nativos quase não tinham conhecimento acerca do que seria projeto, não por falta de divulgação, mas por falta de interesse por desacreditarem que realmente ia acontecer. O desinteresse estava aliado a informações truncadas de que haveria desapropriação e os nativos seriam expulsos e perderiam o direito aos terrenos que lhes pertenciam há gerações.

O que se percebe é que quem melhor usufrui da atividade turística que acontece, hoje, em Canoa Quebrada são os hoteleiros, donos de restaurante ou comércio na Broadway, principalmente e os bugueiros que possuem uma associação e trabalham em parceria com operadoras turísticas de Fortaleza.

Esta parceria firmada entre operadores turísticos e bugueiros é um dos pontos que mais incomoda aos pequenos comerciantes e nativos que ainda trabalham com algum tipo de artesanato. De acordo com relatos o tipo de turismo realizado pelos turistas que passam apenas um dia em Canoa Quebrada beneficia a poucos, já que o “pacote” é fechado e proporciona acesso restrito aos pequenos empresários, pois o turista é direcionado as atividades previamente programadas, não tendo muita liberdade de escolha, até mesmo porque, em sua grande maioria, é a sua primeira visita ao núcleo turístico e as informações sobre o lugar são restritas a passadas pelos guias durante o percurso de Fortaleza a Canoa Quebrada.

Muitos descreveram o turismo realizado pelos excursionistas como sendo “amarrado”, pois os ônibus chegam a Canoa Quebrada estacionam no Terminal de



Passageiros, logo em seguida os turistas são direcionados para os bugues que já estão devidamente preparados para recebê-los e levá-los para um passeio de aproximadamente uma hora e meia de duração, logo após o passeio os guias indicam as barracas de praia que eles farão suas refeições. Esta “indicação” faz com que, a grande parte dos donos de barraca na praia fiquem insatisfeitos, pois apenas quatro grandes barracas usufruem dos benefícios do turismo.

Chicão, dono de barraca de praia, declarou que:

Se não forem dadas melhores condições para que os barraqueiros pequenos melhorem pra receber o turista, vão resta somente as barracas que têm convênio com as agências, nos temos que fazer o marketing boca-a-boca, pegando o turista que passa caminhando na praia. Eles falam que essas barracas conveniadas têm mais condições que a gente pra receber os turistas, mas se não tivermos apoio de algum órgão que dê financiamento para poder melhorar nossa estrutura, porque senão não conseguiremos trabalhar melhor, porque pra reformar uma barraca dessa são gastos de vinte a trinta mil reais e fica muito difícil juntar essa quantia se a gente num tem oportunidade de participar mais desse turismo.

Depois que os turistas passam pelas barracas da praia são direcionados para os ônibus novamente, muitos não conhecem a rua principal, pois os que resolvem voltar com o bugue passam pela rua detrás, apenas uma minoria que sobe a falésia pelas escadas lá fincadas, passam pela Broadway.

Esta situação é confirmada por Nonato, dono de restaurante, nativo, na Rua Principal, quando declara que:

Esses grupos trabalham como um cartel, saem dos ônibus, fazem o passeio, vão para as barracas que estão preparadas e depois vão embora, assim os turistas passam apenas algumas horas em Canoa e muitos nem passam por aqui. Pra conseguir viver aqui agente tem que trabalha dia e noite e num pode esperar muitos desses turistas de um dia só, agente tem que trabalhar para os que vêm passar o final de semana. Se esses que vêm na semana passassem pelo menos uma noite ia melhorar pra todo mundo, porque eles ficariam mais soltos.

Pode-se dizer que Canoa Quebrada saiu, em um curto espaço de tempo, do estado de simples vila de pescadores para a condição do segundo destino turístico do Ceará depois de Fortaleza de maneira muito rápida de acordo com dados da Secretaria de Turismo do Estado, em 2005, Canoa Quebrada recebeu um total de 170.695 visitantes com uma média de permanência de 2,3 dias.

Assim, o crescimento populacional aliado às novas atividades criaram novas relações econômicas, sociais, espaciais e ambientais. Na Broadway, a rua principal, em toda sua extensão, o perfil arquitetônico é constituído de formas variadas, sem qualquer compromisso com o lugar o que demonstra, por sua vez, a heterogeneidade do perfil dos proprietários, estrangeiros de várias nacionalidades e brasileiros de vários estados da Federação, resultando numa paisagem urbana confusa, não identitária nem da comunidade nativa, nem das cidades de onde vieram os novos moradores de Canoa, o que nos leva a questão da produção do não-lugar, que de acordo com Carlos (2002) é um processo que produz a não-identidade e, com isso, o não lugar, pois longe de se criar uma identidade produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida[...].

A faixa compreendida entre as falésias e a praia encontra-se ocupada por aproximadamente 30 barracas, algumas poucas de grande porte, com padrões arquitetônicos, incompatíveis com a paisagem, algumas incrustadas nas falésias, sem infraestrutura, contribuindo para poluir e degradar o ambiente. Segundo, donos de barracas, são utilizadas fossas sépticas nos banheiros destes equipamentos, que precisam ser limpas com certa periodicidade, mas, ainda de acordo com eles não isentam o lençol freático. E quanto a água utilizada na lavagem dos utensílios, parte é escoada para a parte detrás das barracas. A apropriação do “espaço praial” pelas barracas tem um outro aspecto a ser considerado: sua presença prejudica ou mesmo impede o acesso de pessoas quando a maré está cheia.

Outra área que também merece atenção é a que abrange da rua principal até a Duna do Pôs-do-Sol, que não gera tanto interesse dos empresários locais, sendo constituída de habitações simples, pertencentes a nativos, apresenta precariedade na oferta de serviços públicos, esta área é denominada por alguns nativos como sendo parte do início do processo de favelização em Canoa.

Canoa também tem uma área considerada nobre; localizada a esquerda da rua de acesso ao núcleo turístico, predominando construções mais requintadas, com lotes maiores,

apesar a existência de algumas residências de veraneio o que predomina são as pousadas de melhor padrão.

Desta forma, observa-se uma situação que requer maior atenção do ponto de vista ambiental, já que há uma intensa ocupação em uma área de fragilidade ambiental, sem considerar padrões de segurança; o elevado adensamento promove impermeabilização do solo e o desmonte de falésias e dunas concorrem para aceleração do processo erosivo, que é um fenômeno natural, mas está sendo acelerado devido a este tipo de conduta.

No que se refere ao aspecto da aceitação das mudanças realizadas pelo Projeto Canoa, há uma certa divergência quanto a satisfação gerada por ele, uma vez que para alguns nativos percebem estas mudanças como chocantes, pois transformou o seu “paraíso” natural em um ambiente artificializado chegando até a afastar muitos turistas que apreciavam o tipo de turismo praticado anteriormente, consideram que houve uma descaracterização extrema, que poderia ter sido melhor pensada, de modo a conservar algumas características mais primitivas que foi o que motivou seus primeiros visitantes, além do que elevou a temperatura ambiente. Outra discordância quanto ao Projeto é a localização da passarela ficada na falésia e as praças ainda precisam de um tratamento paisagístico, tomando emprestado a fala do Sr. Jonas a praça é um aglomerado de concreto que na faz sentido nenhum, não combina com a imagem de Canoa, para ele não houve um acompanhamento adequado. Além de só terem sido urbanizadas três ruas, as ruas por trás da rua Principal ainda existe muito beco estreito e sujo que dão a aparência de uma favela.

No entanto, para a grande maioria as transformações ocorridas em Canoa contribuíram melhoria da estrutura e para elevar a qualidade do turismo, quanto ao fluxo, e do turista, quanto ao perfil tanto intelectual quanto de consumo. Com a requalificação acabou o problema da poeira em dias de muito vento e do acúmulo de água barrenta no período de chuva. Essa nova estrutura proporcionou maior conforto, saúde, por ter ficado um ambiente mais limpo e agradável e que proporcionou mais segurança para a circulação de pedestres na rua principal, uma vez que foi retirado o tráfego de veículos, diminuindo também a poluição sonora, porque apesar de Canoa possuir uma vida noturna agitada, antes o som das boites uniam-se ao ruído dos veículos. Além do que melhorou a qualidade dos equipamentos e cursos foram ofertados pelo SEBRAE/CE.

Na dimensão social do território, destaca-se a organização das atividades sociais, culturais, esportivas e de conservação ambiental, sob a forma de associações, coordenadas por um conselho comunitário. Os agentes que desenvolvem atividades diretamente destinadas ao apoio às atividades turísticas concretizam sua organização em duas associações. Uma associação reúne os empreendedores de hotéis, pousadas, restaurantes, barracas de praia, e outros lojistas de produtos típicos da região. Os responsáveis pela realização de passeios ecológicos e visitas aos atrativos naturais da região, representados por pessoas físicas operadoras de carros especiais (bugues), se organizaram em outra associação, independente dos empresários, apesar de suas ações estarem diretamente relacionadas às atividades de apoio ao visitante.

Este quadro mostra as parcerias estabelecidas com órgãos de apoio setoriais e organizações não-governamentais do Brasil e do exterior. A presença de instituições estrangeiras em atuação no território é uma característica marcante de Canoa Quebrada, dentro de um processo histórico que projetou e deu contornos singulares à região.

Instituições que atuam em Canoa Quebrada		
Dimensão econômica	Dimensão Social	Dimensão Político-institucional
Associação dos empreendedores de Canoa Quebrada (ASDEC)	Conselho Comunitário de Canoa Quebrada (CCCQ)	Secretaria de Turismo do Estado
Associação dos Bugueiros de Canoa Quebrada (ABCQ)	Associação dos Moradores do Estevão (AME)	Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional
Associação dos Artesãos de Canoa Quebrada (ASACQ)	Associação dos Amigos RECI-CRIANÇA	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE –CE)
	Associação Cultural de Canoa Quebrada – FM Malazartes	Fundação Bernard Van Leer ONG Criança Feliz.
	Associação dos Catadores de Material Reciclável (CAPALIMPA)	

Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo.

A iniciativa de organização dos empresários da região é recente (Aprox. 3 anos) e ainda está em desenvolvimento. Assim, percebe-se a falta de integração mais efetiva de todas as atividades econômicas com foco no turismo, destarte a atuação e o papel do conselho comunitário na construção de um processo de governança local.

Na dimensão institucional, identificou-se a atuação do governo estadual, por meio da Secretaria de Turismo, que desenvolve projetos e empresta apoio para a melhoria da infra-estrutura e para a realização de eventos setoriais. Por sua vez, a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional implementou o processo de reurbanização e requalificação da sede da comunidade. A administração municipal também está presente, com sua Secretaria de Turismo, contudo é objeto de reclamações das lideranças comunitárias, por sua limitada participação no desenvolvimento da região.

Evidencia-se, ainda, a formação de parcerias com o SEBREA-CE, organizações não-governamentais de Fortaleza e de outros países. Neste ambiente, ressalta-se a participação decisiva do SEBRAE na mobilização dos empresários para a organização e a realização de trabalhos conjuntos e interdependentes e ainda, na busca de envolvimento de toda a comunidade nas atividades associativas.

O Conselho Comunitário de Canoa Quebrada foi criado para possibilitar a coordenação do trabalho das associações e também para servir como fórum de discussões dos problemas, das dificuldades e das necessidades da comunidade. Contudo, segundo os relatos de representantes de associações, esse papel de governança em decorrência de presença de fortes lideranças locais à frente das atividades econômicas do arranjo.

Por outro lado a participação da comunidade é evidenciada nos aspectos sociais, culturais e de preservação do meio ambiente, representado por associações distintas. Quanto às atividades associativas voltadas para a dimensão econômica do arranjo, deve ser ressaltado que as relações entre as associações (ASDEQ e ABCQ) não são estáveis e se caracterizam pela limitada integração e pela existência de ressentimentos de suas lideranças, o que é refletido nos insuficientes níveis de cooperação. Contudo essa situação não é sentida na totalidade das atividades das ações desenvolvidas entre os agentes da dimensão econômica do território, realizadas a partir de relações informais de cooperação e de trabalho conjunto, apesar de compromissos e vínculos formais desses agentes com as respectivas associações.

Finalmente, observou-se que, a região de Canoa Quebrada destaca-se por abrigar pessoas de diferentes procedências, tanto de outros Estados brasileiros como de outros países. Conforme ressaltado, essa diversidade de origens e culturas representa mais um obstáculo para a implementação de uma gestão integrada e participativa no território do

arranjo, pois essas pessoas participam das atividades sociais, culturais e econômicas voltadas para o turismo e levam consigo extensa gama de interesses pessoais e de visões que, muitas vezes, não conflitantes com os interesses da comunidade e das lideranças locais, o que dificulta a cooperação e o trabalho conjunto.

“A participação da comunidade na formação de uma identidade local e na competitividade do destino turístico é fundamental. Contudo, suas relações devem ser integradas juntamente com as instituições governamentais e empresas (LEITE,2003 *apud* BARROS,2005:107) Canoa Quebrada mostra singular mobilização comunitária, haja vista o número de associações existentes no território, que distingue a partir de um processo de respeito às tradições e costumes, aspectos de implícito civismo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o espaço de Canoa Quebrada enquanto sistema dinâmico complexo que envolve um espaço social composto por uma diversidade de sensações e imagens do indivíduo e suas relações sobre um simbolismo espacial que envolve o mesmo. Este espaço é constituído de impressões da evolução histórica da sociedade e da sua relação com os meios de produção o que resulta em “cultura” o que marca e diferencia cada sociedade, esta identidade cultural pode ser tida como um potencial atrativo; a principal evidência deste processo esta na forma que é utilizada enquanto produto de atração turística; sendo Canoa Quebrada um espaço de convergência de diversas culturas a miscigenação e entre as mesmas produziu um espaço peculiar, mas sem identidade definida.

Em Canoa Quebrada as paisagens representam a maior motivação para a ocorrência do fenômeno turístico, entretanto estas paisagens fazem parte de um sistema, composto por atrações e os equipamentos de apoio para o visitante. Ressalta-se, portanto, que é no destino que estão localizados os elementos mais significativos e dramáticos do sistema turístico. Com o crescimento da demanda turística, a pressão do crescente número de visitantes e as mudanças realizadas em um sistema tão frágil vem causando impactos negativos, alterando a dinâmica natural dos geossistemas, causando aceleração do processo de erosão.

Os estudiosos dos impactos ambientais estão mais preocupados com a identificação dos efeitos imediatos e locais do que com o estudo e a interpretação dos processos que geram os impactos. Entretanto, os impactos ambientais só podem ser conhecidos se se conhecer os processos que o geraram. Os processos de mudanças só podem ser explicados a partir de teorias que considerem a interação entre os processos físico, biológico, químico, social, político e cultural.

Ao se reconhecer a multidimensionalidade dos processos de impacto ambiental, aceita-se a *interdisciplinaridade* como sua prática de pesquisa, devendo-se superar, pois, a abordagem mecanicista, reducionista e determinística. Ideal privilegiar-se uma abordagem holística, que valorize a diversidade e complexidade. Esta atitude amplia a possibilidade de decisões e de ações, isto é, amplia a possibilidade de soluções alternativas mais eficazes.

Uma vez que a comunidade se torne a protagonista da sua própria história, as prioridades são facilmente redefinidas e as necessidades sociais são trazidas para primeiro

plano pelos sujeitos que as sintam e experimentem. Saneamento básico, pavimentação de estradas, escolas e creches, habitação e centros de saúde. Em Canoa Quebrada ainda não existe um sistema de transporte público, assim a lógica vigente é da circulação de automóveis particulares, o que muitas vezes dificulta a locomoção dos seus residentes e em casos de emergência, ocorrem circunstâncias de aproveitamento pecuniário por parte dos donos de transporte coletivo, que cobram altos valores para a prestação do serviço à população.

Em favor do desenvolvimento do turismo, fez-se necessário a criação de uma infraestrutura de apoio mais adequada, como pousadas, bares e restaurantes, para atender à crescente demanda de fluxos de turistas nacionais e internacionais.

Essa urbanização turística reforçou a participação de Canoa Quebrada no mercado de paisagens naturais e artificiais, chegando até mesmo a redefinir sua economia em função dos benefícios do turismo, produzindo paisagens atrativas de consumo e lazer.

Sendo assim, o fenômeno turístico pode ser considerado catalisador desta nova leitura da cidade que é um sistema aberto, dinâmico e de alta entropia. Por constituir-se de uma rede de empresas produtoras de bens e serviços provenientes de diversos setores da economia instala uma nova ordem de relações sociais, econômicas, políticas e ambientais.

O turismo é o setor da economia que mais cresce na atualidade em Canoa Quebrada, com relação à geração de emprego e obtenção de renda envolvendo mão-de-obra em diversos níveis de ocupação, habilidades e conhecimentos.

As modificação ocorrida no espaço e no modo de vida da comunidade de Canoa fez com que despertasse em seus moradores a necessidade de organização a fim de gerenciar o seu desenvolvimento, o que resultou na formação de várias associações que desenvolvem trabalhos em parceria com ONG's e grupos empresariais nacionais e estrangeiros que visam além do desenvolvimento sustentável, a promoção humana e social da população como o Projeto Recicriança, uma ONG ambientalista, que desenvolve um trabalho com cem crianças de três a seis anos da comunidade do Estevão e têm sua filosofia ligada a sustentabilidade, que trabalha a educação de forma lúdica, ações voltadas para a reciclagem e os princípios de respeito, comprometimento, trabalho em equipe, também realizam trilhas com escolas da Prefeitura de Aracati para a discussão sobre a educação ambiental e a partir de então formar futuros guias para o desenvolvimento da atividade de ecoturismo.



A criação da APA de Canoa Quebrada e da ARIE do Estevão representaram para a comunidade local a legalização do seu território e proteção com relação a abusos no uso e ocupação.

É interessante destacar a diferença no desenvolvimento da atividade turística em Canoa Quebrada e no Estevão. Enquanto na primeira localidade observa-se a prática de um turismo de massa, com uma maior oferta de equipamentos de hospedagem e alimentação, no Estevão já se percebe um maior interesse pelo desenvolvimento do ecoturismo. Essa possibilidade de ampliação da atividade na região pressupõe a necessidade do desenvolvimento de um trabalho de conscientização da população autóctone e de um plano de desenvolvimento sustentável para que este espaço tenha os possíveis impactos mitigados, tanto no que se refere ao meio natural quanto com relação a degradação humana.

O trabalho de conscientização da população para a prática do turismo sustentável é uma tarefa árdua e contínua, pois é necessário que se faça entender que a utilização dos recursos naturais de forma organizada resultará, também, na melhoria da qualidade de vida para toda a comunidade.

A educação ambiental envolve uma pedagogia multidimensional de aprendizagens dialógicas e significativas para a construção plural de atores sociais capazes de ampliar as possibilidades para a recriação de mundos alternativos, guiados pelos valores da democracia e os princípios da sustentabilidade. Isso envolve um processo de informação e formação continuado, que possibilitará a comunidade perceber a importância do seu papel para a conservação do seu espaço e cultura, sendo assim gerado um sentimento de identificação e pertença que culminará na motivação para a proteção do seu espaço.

Durante o desenvolvimento da pesquisa foram diagnosticados impactos oriundos do processo de fomento da atividade turística em Canoa Quebrada, que sofre um rápido crescimento urbano e como a maioria dos fenômenos sociais, o crescimento urbano apresenta efeitos paradoxais: economias de escala e externalidades, que, inicialmente, aparentam prover benefícios, contudo, ao mesmo tempo, tendem a produzir custos ambientais e sociais camuflados, dificilmente perceptíveis no início, mas desastrosos a longo prazo.

Como resultados têm-se deterioração da qualidade de vida, custos mais altos de investimentos em infra-estrutura, perda de eficiência na economia, degradação dos valores

estéticos e, acima de tudo, problemas sociais como: violência, disseminação de doenças como a AIDS, perda da solidariedade e aumento do consumo de drogas por um público cada vez mais jovem.

Para amenizar a questão relativa ao consumo de drogas entre os jovens, seria interessante o investimento em oficinas e cursos de qualificação, além do desenvolvimento de atividades artísticas e desportivas, inclusive no período da noite e uma maior fiscalização nos bares e danceterias para evitar a entrada de menores.

A associação dos motoristas de transportes coletivo deveria realizar uma ação de combate a violência, por meio a não aceitação do transporte de objetos oriundos de furtos. A falta de segurança, o aumento do número de roubos e pequenos furtos, coloca como premente a necessidade da criação de um serviço gratuito de denúncia e investimento no quesito segurança, que ainda apresenta-se deficiente em Canoa Quebrada, pois esta é realizada por 03 policiais, que possuem apenas um bugue que foi doado por empresários locais, mas nem sempre têm dinheiro para o combustível.

Outra ação importante seria a realização de campanhas contínuas de educação com relação à separação do lixo orgânico do inorgânico, aumentar os depósitos de lixo e placa educativas para incentivar a conservação ambiental e conscientização da importância a APA de Canoa Quebrada.

Dessa forma percebe-se a importância do desenvolvimento do planejamento de políticas ambientais para um desenvolvimento sustentável, fundamentado no manejo integrado dos recursos naturais e culturais de uma sociedade, conduz à necessidade de compreender as inter-relações que se estabelecem entre processos históricos, econômicos, ecológicos e culturais no desenvolvimento do turismo e dos modos de produção. Isto leva a refletir a cerca das relações de interdependência entre os processos sociais e ecológicos.

## 7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, José Vicente. **Turismo** : fundamentos e dimensões. São Paulo: Ática, 1995.

BARROS, Francisco Sávio de Oliveira. **Aglomerações produtivas de Micro e pequena empresas**: um estudo do arranjo produtivo turístico de Canoa Quebrada – CE. Fortaleza: Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Dissertação de Mestrado, 2005.

BARRETO, M. **Planejamento e organização do turismo**. Campinas, SP: Papyrus, 1991.

\_\_\_\_\_. **Espaço público**: usos e abusos. In: **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. Eduardo Yàzigi, Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz (Org.). 3.ed São Paulo: Hucitec, 2002.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP.: Edusc, 2002.

BRANDÃO, R. L.. Sistema de Informações para Gestão e Administração Territorial da Região Metropolitana de Fortaleza – Projeto Sinfor, Fortaleza 1995.

BRASIL. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: MICT/MMA-EMBRATUR/ IBAMA, 1994.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável**: Dimensões e desafios. Campinas, SP: Papyrus, 2003

CALOS, Ana Fani Alessandri. Turismo e a produção do não lugar. In: **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. Eduardo Yàzigi, Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz (Org.). 3.ed São Paulo: Hucitec, 2002.

CARNEIRO, Dulcinda Silva. **Demanda Turística em Canoa Quebrada – CE**: um estudo à luz do Modelo Psicográfico de Stanley Plog. Fortaleza: Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Dissertação de Mestrado, 2003.

CAPRA, F. **O Ponto de mutação**. 8ª edição. São Paulo: Cultrix, 1989

CERVO, A. L. BERVIAN, P.A. **Metodologia científica**: para uso de estudantes Universitários. 3 ed. São Paulo, SP: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CORIOLOANO, Luzia N. **Turismo e organização espacial em Fortaleza**. Espaço Aberto, Fortaleza: AGB, n.1, p. 36-47, 1989.

CUNHA, L. **Economia e política do turismo**. 1.ed. Lisboa: McGraw Hill, 1997.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Hospitalidade turística e fenômeno urbano no Brasil: Considerações gerais In: **Hospitalidade** : reflexões e perspectivas Célia Maria de Moraes Dias (org) Editora: Monole São Paulo 2002

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DONAIRE, D. Considerações sobre a variável ecológica, as organizações e o turismo. In LAGE, B.H.G., MILONE, P.C. (Org.) **Turismo**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.

DREW, David. **Processos interativos homem – meio ambiente** Editora DIFEL Tradução Jaão Alves dos Santos, revisão Suely Bastos – São Paulo: 1986

ESMERALDO, Luiz Régis Azevedo. **Jangadeiros e Pescadores**: os dilemas do turismo em Canoa Quebrada, Aracati – Ceará. Fortaleza: SENAC. CE / SEBRAE.Ce, 2002 Coleção Turismo Cearense . Dissertação (Mestrado em Turismo) Universidade Estadual do Ceará.

FERRARA, Laércio D'Alessio. Turismo dos deslocamento virtuais In: **Hospitalidade** : reflexões e perspectivas Célia Maria de Moraes Dias (org) Editora: Monole São Paulo 2002

FERRARI, Celso. **Curso de planejamento municipal integrado** : urbanismo, Livreria Pioneira Editora São Paulo 2ª Edição, 1979

FRANCO, Maria Assunção Ribeiro. **Desenho Ambiental**: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico – São Paulo: Annablume: Fapesp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume:FAPESP, 2000

GRINOVER, Lucio. Hospitalidade: um tema a ser reestruturado e pesquisado In: **Hospitalidade**: reflexões e perspectivas Célia Maria de Moraes Dias (org) Editora: Monole São Paulo 2002

HILHORST, Jos G. M.. **Planejamento regional**: enfoque sobre sistemas. Tradução Haydn Coutinho Pimenta. 2ª Edição. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1975.

LAGO, Antônio, PÁDUA, José Augusto. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984

LEFF, Enrique, (coord.): tradução de Eliete Wolff. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução: de Lúcia Mathilde Endlich Orth – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de. **Turismo**: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 3 ed., 2001.

MATHEUS, Zilda Maria .A idéia de uma cidade hospitaleira In: **Hospitalidade**: reflexões e perspectivas Célia Maria de Moraes Dias (org) Editora: Monole São Paulo 2002.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Os “usos culturais” da cultura. Contribuições para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. Eduardo Yàzigi, Ana Fani Alessandri Carlos, Rita de Cássia Ariza da Cruz (Org.).3.ed São Paulo: Hucitec, 2002.

MOLINA, Sergio. **O pós-turismo**. Tradução Roberto Sperling – São Paulo: Aleph, 2003 – (Série Turismo).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Tendências de mercado do turismo**: Madrid,1998

PERMAN,R.; MA,Y.; MCGILVRAY,J. **Natural resource & environmental economics**. Essex: Adisson Wesley Logman Limited,1996.

PETRCCHI,Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura,1998

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental In: **Hospitalidade** : reflexões e perspectivas Célia Maria de Moraes Dias (org) Editora: Monole São Paulo 2002

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo (Org.), SILVA, Edson Vicente da, CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Geologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997-( Coleção Turismo)

SACHS, Ignacy. – **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais Ltda., Edições Vértice, 1986.

SILVA, V. UNESP, **Dinâmica da Paisagem**: Estudo Integrado de Ecossistemas Litorâneos em Hauva (Espanha) e Ceará (Brasil). Tese (Doutorado em Geografia Física), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro (SP), 1993.

SANTOS, Milton. **Espaco e sociedade (ensaios)**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SEABRA, Giovanni. **Ecoss do turismo**: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas, SP: Papirus, 2001.

WONG, J.D. The impact of turism on local government expenditures. **Growth and change**, v.27, p.313-326, Summer, 1996

YÁSIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2 ed, 2001.

\_\_\_\_\_. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.